

Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ
Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde

VITOR JOSÉ DA ROCHA MONTEIRO

**DO “EXÉRCITO DE SOMBRAS” AO “SOLDADO-CIDADÃO”: SAÚDE,
RECRUTAMENTO MILITAR E IDENTIDADE NACIONAL NA REVISTA
NAÇÃO ARMADA (1939-1947)**

Rio de Janeiro

2010

VITOR JOSÉ DA ROCHA MONTEIRO

**DO “EXÉRCITO DE SOMBRAS” AO “SOLDADO-CIDADÃO”: SAÚDE,
RECRUTAMENTO MILITAR E IDENTIDADE NACIONAL NA REVISTA
NAÇÃO ARMADA (1939-1947)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz / Fiocruz, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre: Área de Concentração: História das Ciências.

Orientadora: Profª Drª SIMONE PETRAGLIA KROPF

Rio de Janeiro

2010

- M775 Monteiro, Vitor José da Rocha
Do “exército de sombras” ao “soldado-cidadão”: saúde, recrutamento militar e identidade nacional na revista Nação Armada (1939-1947). / Vitor José da Rocha Monteiro. - Rio de Janeiro : s.n., 2010.
166 f.
Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde)-Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, 2010.
Bibliografia: p. 134-153
1. Militares 2. Saúde Pública 3. História. 4. Publicações Periódicas 5. Exército 6. Estado Novo 7. Política 8. Brasil.

CDD: 352

VITOR JOSÉ DA ROCHA MONTEIRO

**DO “EXÉRCITO DE SOMBRAS” AO “SOLDADO-CIDADÃO”: SAÚDE,
RECRUTAMENTO MILITAR E IDENTIDADE NACIONAL NA REVISTA
NAÇÃO ARMADA (1939-47)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz / Fiocruz, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre: Área de Concentração: História das Ciências.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dr^a Simone Petraglia Kropf (Orientadora)
Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz

Prof. Dr. Gilberto Hochman
Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz

Prof. Dr. Celso Castro
CPDOC/FGV

Prof. Dr. Marcos Chor Maio (Suplente)
Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz

Prof. Dr. André Luiz Vieira de Campos (Suplente)
Departamento de História/UERJ

Rio de Janeiro
2010

SUMÁRIO

Agradecimentos	3
Resumo	6
Abstract	7
Introdução	8
Capítulo 1-Militares, saúde e debates sobre o Brasil:perspectivas historiográficas	20
1.1 – Historiografia militar brasileira: Exército, recrutamento e sociedade	20
1.2 – Exército e saneamento no debate sobre a construção da nação	28
1.3 – O Exército brasileiro no Estado Novo	34
1.4 – A saúde no primeiro governo Vargas	39
Capítulo 2 – “Vigilante e defensora” da nação: a revista de uma nação armada	43
2.1 – A estrutura da revista <i>Nação Armada</i>	43
2.2 – “Um brilhante escritor militar”: o criador de <i>Nação Armada</i>	52
2.3 – Identidade nacional, Exército e guerra em <i>Nação Armada</i>	61
2.4 – Saúde para uma nação armada	74
Capítulo 3 – “O quartel é um imenso hospital”: o Exército que cura e constrói a nação	83
3.1 – “É absurdo se querer confiar em homens doentes!”: diagnósticos sobre a saúde do Brasil	83
3.2 – “Médicos de verdade” para o Exército: equacionando os problemas de saúde brasileiros	95
3.3 – Por uma “rigorosa polícia sanitária”: higiene, educação física e esportes	105
3.4 – Eugenia e a cura do “hinterland” brasileiro	115
Considerações finais	130
Bibliografia e fontes	134
1 – Fontes	134
2 – Bibliografia	142
Anexos	154

AGRADECIMENTOS

Este presente trabalho, desenvolvido ao longo de pouco mais de dois anos, teve a colaboração de várias pessoas e instituições. Aproveito este espaço para mencionar meus agradecimentos, muito embora não seja suficiente para mensurar o apreço e o carinho com que fui tratado ao longo deste tempo.

Em primeiro lugar, agradeço a minha orientadora, a Prof^a Simone Petraglia Kropf, que, com dedicação e equilíbrio, conduziu minhas ações ao longo desta pesquisa. Obrigado pela força e incentivo tão fundamentais para a realização deste trabalho, bem como pela forma como apontou caminhos, indicou leituras, leu as várias versões deste trabalho, lapidando-o e ajudando a organizar o raciocínio necessário para sua elaboração. Agradeço pela amizade e consideração em momentos não tão fáceis deste percurso.

Aos professores e pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz, pelo incentivo e apoio dados, sobretudo aqueles que dividiram suas experiências e conhecimentos em sala de aula, como Luiz Otávio Ferreira, Nara Azevedo, Marcos Chor Maio, Robert Wegner, Dominichi Miranda de Sá, Tânia Salgado Pimenta, Tania Fernandes e Dilene Nascimento. Um agradecimento especial ao Prof. Gilberto Hochman pela indicação de leituras, empréstimo de livros e por ter sido membro da banca de qualificação quando, junto ao Prof. Peter Beattie (ao qual também muito agradeço), professor da Michigan State University, proferiu valiosas observações para a realização desta pesquisa. Ao professor Gilberto, e ao Prof. Celso Castro, do CPDOC/FGV, pela disponibilidade e boa vontade em participar da banca de defesa desta dissertação. E também ao professor André Luiz Vieira de Campos, que, assim como o Prof. Marcos Chor Maio, aceitou gentilmente o convite para a suplência da banca.

Quero demonstrar minha gratidão aos funcionários do Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde, Maria Claudia Cruz e Paulo Henrique Chagas da Cunha, e da Biblioteca da Casa de Oswaldo Cruz, que auxiliaram de forma valiosa para a composição deste trabalho. Aos funcionários da Biblioteca do Exército (Biblioteca Franklin Dória), sobretudo ao Capitão Wagner de Souza, à Tenente Fabiana

Vaz, à Sr^a Jucerli Prestes e ao Sr. Eraldo Montenegro. Também agradeço aos funcionários do Arquivo Histórico do Exército, principalmente aos Capitães Correa e Ferreira Júnior, aos Tenentes Mauro e Couto, ao Subtenente Silva Rodrigues e ao Sargento Álvaro. A estas pessoas, a minha amizade por possibilitarem a minha pesquisa.

Sou grato, também, aos colegas do mestrado e doutorado da Casa de Oswaldo Cruz, com os quais dividi importantes debates intelectuais e ansiedades, sobretudo Márcio Magalhães, Danielle Coutinho, Diádiney Helena, Elisabete Kobayashi, Tiago, Nicole, Polyana Valente, Georgina Gadelha e Cecília Chagas.

Agradeço a José Roberto Serra Lima pela amizade e força.

Devo meu agradecimento a todos os professores e funcionários da Escola Municipal Dunshee de Abranches, sobretudo às professoras Walquíria Angelo, Carla Regina Ferreira, Regina dos Santos, Ana Maria, Maria da Conceição Lisboa, Michele Nascimento, Dalva Lisboa, ao Sr. Hélio e à Sr^a Rose, pela força, confiança e amizade. A todos os amigos da Escola Municipal Brasil, principalmente às professoras Denise Cantalupi, Sonia Azeredo, Luiza Rosário, Sandra Maria, Sonia Feitosa, Eliane Melo, Mônica Lazzaretti, Cristina Castro, Maristela Alexandre, Cecília Lourenço; aos professores Miguel Afonso, Alan Escarlata e Leonardo Samu; a Aldo Cesar e Selma e ao Sr. Cardoso, à Sr^a Marlene e à Sr^a Angela, pela parceria, incentivo e carinho.

A todos os meus alunos por “oxigenarem” minha vida com doçura e “realidade”.

Aos meus pais, irmãs e irmão pelo amor e dedicação e por, desde sempre, me ensinarem a importância dos estudos. A D. Hilda, avó “emprestada” pelo carinho com que me trata.

A Elina, minha esposa e parceira, pelo amor compartilhado, compreensão e apoio incondicionais nesses tempos conturbados de mestrado. Sem a sua participação este trabalho não seria possível. Ao meu filho Vinícius, o “menino da videira” (a “árvore da vida”), que “explicou o mundo pra mim”. Ao meu amigo, com quem “fiz” esta pesquisa de mestrado, em meio às sessões de *A era do gelo*, *Backyardigans*, *Cocoricó*, *Os pingüins de Madagascar*, *Ben 10* e aos jogos de futebol no quintal de casa. A vocês eu devo tudo.

“Até há dias, tu eras um brasileiro, apenas. Hoje, és um *soldado brasileiro*. (...) Ama tua Pátria sôbre tôdas as cousas, pois que nada serias mais do que um pária se a Pátria não fizesse de ti um cidadão, se ela não tivesse te concedido, na comunidade humana, o nobre direito de ser alguém sôbre a terra (...). Sê leal e generoso, embora enérgico e inflexível. (...) Uma pátria honrada precisa de que a honra de teus soldados seja inatacável, e antes eu quisera vêr-te morto do que manchasses com uma ação indigna, de que eu tivesse de corar, a tua farda de soldado. (...) O quartel é, hoje, o teu lar. O exército é, hoje, tua família. (...) Hoje, sou eu que me inclino, respeitosa, diante de ti, porque tu és um soldado brasileiro, porque tu representas uma partícula da Pátria, da sua coragem, da sua honra e da sua fôrça”.

Iracema (pseudônimo de Carlos Malheiros Dias), “Carta a um sorteado”. In: Affonso de Carvalho (org.), *Antologia patriótica*, Rio de Janeiro: Jose Olympio, 1940.

Também publicado em: *Nação Armada*, abril de 1940.

“Para que seja possível defender um país, de armas na mão, é necessário antes de tudo e acima de tudo, que se esteja em condições físicas de suportar a arma e de arcar com o dispêndio de energia requerido pelo seu manejo em campanha. Não é possível existir defesa nacional se não houver saude e vigor”.

“Incapazes para o serviço militar”, *Nação Armada*, dezembro de 1940.

RESUMO

A presente pesquisa aborda a importância do tema da saúde no discurso dos militares brasileiros (mais especificamente do Exército) a respeito da construção de uma identidade nacional no período do Estado Novo (1937-1945), com particular ênfase aos anos relativos à Segunda Guerra Mundial. Para isso, serão analisados os textos publicados na revista *Nação Armada, revista civil-militar consagrada à segurança nacional*, editada, com periodicidade mensal, entre novembro de 1939 e março de 1947. Buscou-se avaliar de que maneira a concepção destes militares sobre os problemas sanitários do país (particularmente no âmbito das Forças Armadas), e sobre as intervenções necessárias à sua solução, foi central para a afirmação e a legitimação do papel do Exército como força política e ideológica decisiva para o projeto de “regeneração” do “povo brasileiro” e de elaboração de uma “nova nação” naquele período do primeiro governo do Presidente Getúlio Vargas. Dentre os temas abordados pela revista, as questões relacionadas à saúde estavam, em particular, associadas à questão do recrutamento militar, que ganhou especial visibilidade e importância no contexto do conflito mundial. Preconizando os valores e práticas da higiene, da educação física e da eugenia como elementos fundamentais para a conformação de um “soldado-cidadão”, “apto” a atuar não apenas na guerra, mas fundamentalmente como exemplo/modelo para o “novo homem brasileiro”, a análise dos discursos veiculados em *Nação Armada* proporciona a compreensão histórica dos significados e práticas que nortearam a afirmação pública dos militares como grupo encarregado e aparelhado para promover a “cura”, o “fortalecimento” e o “engrandecimento” da nação de acordo com os preceitos ideológicos firmados pelo regime estadonovista. Nesse sentido, o trabalho pretende contribuir para as linhas de investigação histórica sobre a saúde pública no Brasil na primeira metade do século XX em suas diversas interfaces e relações com os debates e processos mais amplos da vida política e social do Brasil.

ABSTRACT

This research addresses the importance of health as a theme in the public discourse of military leaders in Brazil (especially those of the Army) with respect to the construction of a national identity during the Estado Novo period (1937-1945), with particular emphasis on the years during the Second World War. In pursuit of this theme, texts published in *Nação Armada, revista civil-militar consagrada à segurança nacional* (November 1939 to March 1947), are analyzed. An analysis is undertaken of the ways that military officers' notions of national health issues (particularly as found in their soldiers), and also their belief in a need for interventions was crucial for the affirmation and legitimization of the Army as a political and ideological force decisive in the project towards "regeneration" of the Brazilian people and towards the elaboration of a "new nation" during Getúlio Vargas's first term as president. Among the themes tackled by the magazine, those concerning public health were particularly focused on military recruitment, it being so visible and important during World War II. Extolling the value of good hygiene, physical fitness — and even eugenics — as fundamental to the making of any "citizen-soldier" as "qualified" to serve not only in war, but as an exemplary "New Brazilian Man," the discourse promulgated in the *Nação Armada* is seen, in this analysis, as a means to historical comprehension of the ideals and practices which shaped public approval of the Armed Forces as a group suitable and equipped to promote the "healing" and "strengthening" and "uplifting" of the republic in accord with the ideological assumptions of the "estadonovista" regime. Thus the present research aims to contribute to present-day historical inquiry into public health in Brazil during the first half of the 20th century in its several intersections with the debates in the political and social life in Brazil.

INTRODUÇÃO

Em outubro de 1916, em pleno desenrolar da Primeira Guerra Mundial e cerca de um mês após a criação, no Rio de Janeiro, da Liga de Defesa Nacional, o renomado médico Miguel Pereira, em luxuoso banquete no restaurante do Teatro Municipal do Rio de Janeiro, proferiu um discurso no qual declarou que, caso fosse levado a participar do conflito, o Brasil teria não mais do que um “exército de sombras” a defender a Pátria (Banquete ao Dr. Carlos Chagas, 22 out. 1916).¹ A denúncia do “Brasil imenso hospital”, que ganharia a imprensa, os meios intelectuais e políticos, bem como as tribunas do Congresso Nacional, seria o marco de intensas discussões em torno da saúde – sobretudo a do interior do país – como caminho fundamental para que o Brasil se tornasse efetivamente uma nação. O chamado movimento sanitarista levaria, em 1919/1920, a uma importante reforma nos serviços sanitários federais.²

Vinte e quatro anos depois, quando o mundo assistia ao início do segundo conflito mundial, o Ministro da Guerra do Estado Novo, o general Eurico Gaspar Dutra, em relatório oficial endereçado ao Presidente Getúlio Vargas, manifestou sua preocupação com as condições de saúde dos que iriam compor as tropas sob seu comando, questão premente naquele momento em que todas as forças voltavam-se para o planejamento da “defesa nacional”. Num indício de como os temas da saúde e do recrutamento militar, que marcaram o debate nacionalista na década de 1910, permaneciam na cena pública, o ministro inquietava-se: os brasileiros estariam prontos, ou seriam capazes, de servir ao Exército e defender sua pátria? Os números não pareciam favoráveis; eles eram mesmo “alarmantes”, nas palavras de Dutra: de 1932 a 1939, ano de referência do citado relatório (elaborado e enviado ao Presidente no ano

¹ O evento era uma homenagem ao cientista Carlos Chagas, que regressava de congresso médico na Argentina, e que se notabilizara por ter, em 1909, descrito uma nova enfermidade humana no interior de Minas Gerais; segundo ele, assim como outras endemias dos “sertões do Brasil”, a doença de Chagas produzia sérios danos ao desenvolvimento físico e mental das populações do interior e, conseqüentemente, ao progresso da nação (Kropf, 2009).

² A expressão “Brasil imenso hospital” foi proferida por Pereira em outro discurso, realizado na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, dias antes do discurso a Carlos Chagas, com o mesmo teor crítico aos “arroubos” nacionalistas do momento que desconsideravam as “verdadeiras” condições de saúde e de vida dos brasileiros (A manifestação dos acadêmicos..., 11 out. 1916).

seguinte), o índice de “jovens incapazes fisicamente”, afetados por “afeccções sérias – de degenerescia ou de origens infecciosas”, atingia a 31% dos “convocados ou apresentados (voluntários ou sorteados)”. O quadro era grave e merecia, conforme salientou o Ministro da Guerra, ser “encarado com todo o desvelo” (Brasil. Ministério da Guerra, nov. 1940, p. 45).

A imagem do “exército de sombras”, tal qual proferiu Miguel Pereira naquele ano de 1916, ainda “assombrava” as autoridades militares do Estado Novo. Como transformar estes “espectros” em figuras modelares, capazes de constituir uma tropa não apenas de soldados, mas de “soldados-cidadãos”, modelos de uma “nova nação” que se constituía sob a firme direção de Vargas? Em novembro de 1939, dois meses depois de iniciada a Segunda Guerra Mundial, vinha à baila uma publicação que, em seu próprio título – *Nação Armada* – expressava os anseios dos militares em debater e prover as condições para que tal transformação fosse possível.

O objetivo desta pesquisa é analisar a importância do tema da saúde no discurso dos militares brasileiros (mais especificamente do Exército) acerca da construção de uma identidade nacional no período do Estado Novo (1937-1945), com maior atenção aos anos relativos à Segunda Guerra Mundial.

Para isso, serão examinados os textos publicados na revista *Nação Armada*, revista civil-militar consagrada à segurança nacional, editada, com periodicidade mensal, entre novembro de 1939 e março de 1947 (Figuras 1 e 2, Anexos). Esta revista, cuja redação situava-se no Rio de Janeiro, teve como idealizador Francisco Affonso de Carvalho, oficial do Exército brasileiro da arma de Artilharia. Affonso de Carvalho, como era conhecido e citado, era major no momento da criação do periódico e foi reconhecido no meio militar (e também fora dele) como um importante escritor e jornalista, autor de obra relativamente extensa, com destaque para as biografias de Bilac, Caxias e Rio Branco. *Nação Armada* não foi uma publicação militar estritamente técnica. Pelos seus temas, teores e características, buscou dirigir-se à sociedade mais ampla e, por seu caráter francamente autoritário, esteve situada à direita do espectro ideológico do Estado Novo, do qual fez constante apologia. Sua sobrevivência após o fim do primeiro governo de Getúlio Vargas foi difícil, por conta das subvenções estatais que recebia daquele regime, assim como pela identificação com o ideário estadonovista.

Mesmo levando-se em conta as continuidades entre a presidência de Vargas e a de seu sucessor, foi penoso, para *Nação Armada*, no governo de Eurico Dutra, defender a “democracia”. Em 1947, ela “sucumbiu”, fechando sua redação.

Examinando o discurso dos militares que colaboraram com *Nação Armada*, buscarei avaliar de que maneira a concepção deste grupo sobre os problemas sanitários do país (particularmente no âmbito das Forças Armadas), e sobre as intervenções necessárias à sua solução, foi central para a afirmação e a legitimação do papel do Exército como força política e ideológica decisiva para o projeto de “regeneração” do “povo brasileiro” e de elaboração de uma “nova nação”, naquele período do primeiro governo do Presidente Getúlio Vargas.

Nos escritos presentes nesta publicação, fica clara a aproximação das questões mencionadas acima (os vínculos entre a elaboração de uma identidade nacional brasileira e a resolução dos problemas sanitários do país) com as discussões referentes ao papel das Forças Armadas brasileiras, mais particularmente o Exército, no projeto político do Estado Novo de promover o “engrandecimento” nacional sob o comando de Vargas. Tais discussões se expressam, sobretudo, na questão específica dos esforços e resultados - propostos e esperados – no que toca à passagem dos brasileiros pelo serviço militar.

Os debates sobre o recrutamento e o serviço militar podem ser, portanto, vistos como objetos privilegiados para se pensar os elos entre as instituições militares (principalmente o Exército) e a sociedade brasileira. Como bem sintetizou Rosalina Coelho Lisbôa, uma das raríssimas mulheres a publicar em *Nação Armada*:

“É tua sempre, a responsabilidade total. A Pátria só é, porque tu és.

Hesites, tu, um instante, e é o transbordamento nacional de todos os perigos reprimidos, e é a invasão das fronteiras por todas as ambições extra-nacionais.

Um homem de qualquer outra carreira pode falhar. Falha sozinho. Não se ofende a nação nem se mancha a bandeira. Mas se tu, mesmo o mais humilde, falhares a um dever, o Brasil inteiro falha um pouco em tua falha.

Um de nós perde-se no anonimato. Tu, nunca! Por onde passas, a gente te observa, te estuda, e aquilata. Ao teu uniforme remarcado de alames, de galões, ou na tua farda simples, é o Brasil que passa” (Lisbôa, out. de 1940, p. 16).

Para esta signatária da revista *Nação Armada*, o soldado, com distinção, era a síntese da nacionalidade. A construção do “soldado-cidadão”, para os escritos desta referida publicação, era algo possível, apesar dos problemas sanitários citados anteriormente na descrição do ministro Eurico Dutra. A força do nacionalismo autoritário que comandava o regime estadonovista forneceria, na visão destes militares, os elementos técnicos, ideológicos e políticos para que a batalha contra aquelas “manchas” nacionais, expressas nas doenças e nos vícios/desvios físicos e morais delas advindos, fosse vencida.

Minha intenção neste trabalho é, mediante os textos veiculados em *Nação Armada*, compreender que percursos foram construídos, que mecanismos discursivos foram acionados neste processo em que os temas do recrutamento/serviço militar e da saúde foram articulados como marcas decisivas da nacionalidade que se desejava construir e afirmar durante o Estado Novo.

Esta tarefa se particulariza (e ganha contornos mais bem definidos) com o exame de operações discursivas básicas pelas quais eram abordadas as principais questões associadas ao tema da saúde, tais como: a educação física, a eugenia, a higiene, e a “interiorização” dos quartéis como espaços para a melhoria das condições sanitárias em todo o país. Tais questões convergiam no sentido da elaboração de uma figura ideal de “soldado-cidadão” como base para uma “nova nação”.

O debate sobre as relações entre o Exército (como força de “salvação nacional”) e os problemas sanitários do país postos em evidência pelo movimento sanitarista da década de 1910 constitui, ao nosso ver, ponto de partida importante para pensar algumas representações e posicionamentos que foram utilizados, no período do Estado Novo, acerca da mesma questão. Naquele momento, podemos identificar duas posições emblemáticas, expressas nas concepções de Olavo Bilac (1917), criador da Liga da Defesa Nacional e entusiasta do Exército como força de “redenção nacional”, e de Belisário Penna (1918; 1920), médico que, junto a Miguel Pereira, constituiu a grande liderança do movimento sanitarista. Tais posições guardam entre si proximidades e diferenças. Ambos diagnosticaram, cada um ao seu modo, em termos cívicos e sanitários, uma situação nacional drástica e enxergaram o Exército brasileiro como a instituição que poderia “salvar” o país. No entanto, o primeiro viu o problema da

nacionalidade como um desafio de ordem moral, “espiritual”, podendo ser resolvido com a educação integral do brasileiro. O segundo, por sua vez, encarou a mesma questão como um dilema social, de saúde pública, devendo ser solucionado com ações transformadoras, sobretudo através do saneamento do interior. Consideramos que, no contexto do Estado Novo, as perspectivas de diagnóstico expressas, com matizes diferentes por Bilac e Penna, convergiram e se fundiram, graças às novas condições que o próprio Exército reunia, em termos políticos, ideológicos e de infra-estrutura técnica, para se afirmar como tendo as condições necessárias para solucionar o grave diagnóstico do “Brasil imenso hospital”.

A historiografia vem indicando a importância do tema da saúde como central no debate sobre a formação nacional tanto durante a Primeira República, quanto no primeiro governo Vargas e, mais especificamente, no período do Estado Novo (Castro-Santos, 1985, 1987; Lima, Hochman, 1996; Hochman, Fonseca, 1999; 2000; Hochman, 2001; Fonseca, 2007). Por sua vez, muitos trabalhos têm analisado o Exército, levando em consideração o novo ordenamento das forças políticas, colocado em prática a partir de 1930, em sua atuação como força política e ideológica de fundamental importância no processo de construção da identidade nacional durante o Estado Novo (Capelato, 2003; Carvalho, 2005a; McCann, 2007). A análise dos discursos presentes nos escritos de *Nação Armada* permite evidenciar como as questões relativas à saúde foram centrais no processo de constituição e de atuação do Exército como força política e ideológica naquele período histórico.

Esta pesquisa dialogou com horizontes teóricos que auxiliaram a pensar questões fundamentais para a sua realização. A idéia de elaboração e afirmação das identidades nacionais é um destes temas. Uma das acepções de construção de nacionalidade pode ser percebida através da relação do “outro” com a “morte” da nação ou do perigo da “desnacionalização”. A alteridade constrói e destrói a nacionalidade, seja ela entendida como outras forças nacionais (“desnacionalizantes”), como qualquer grupo sócio-cultural circunscrito, ou um diferente posicionamento ético e/ou estético que não esteja ligado ao que pode ser considerado “nós”. As diferenças físicas e culturais entre os

seres humanos sempre criaram receios e resistências³. Histórias de alteridades ameaçadoras quase sempre povoaram as mitologias e os compêndios destinados a narrar o nascimento e o desenvolvimento das nações: comumente visto como forasteiro, feio, astuto e traiçoeiro, o “outro” é identificado como a própria condição de impossibilidade da nação. Não é difícil encontrarmos espíritos mobilizados pela idéia de que o outro cheira à morte, portanto ele merece o ódio⁴.

No século XIX, considerado o momento da gênese das nações modernas, há um exemplo claro de como o pensar e o agir em direção à criação da nacionalidade percorrem caminhos diversos. Segundo Claudine Haroche, a experiência da criação do II Reich foi responsável por dinamizar, elaborar e dar volume, às discussões e reflexões sobre o perfil das nações e dos povos modernos. Após a “mutilação afetiva” (Haroche, 2002, p. 81) de Alsácia e Lorena e da aclamação de Guilherme I, em Versalhes⁵, os pensadores, políticos e homens públicos franceses, cada vez mais, não só tentavam entender o porquê e o sentido daquele processo, mas buscavam uma espécie de remédio e de medidas profiláticas para que os seus espíritos (nacionais) não fossem mais “ultrajados”.

Não foi gratuito, portanto, que nesse contexto surgisse uma gama de teorias e teóricos referindo-se e debruçando-se sobre o que se pode chamar de “psicologia dos povos”, com o intuito de alcançar respostas acerca da vida coletiva no que toca aos processos e fenômenos psicológicos. As preocupações ligadas ao “eu” e ao “outro”, logo, se tornaram cada vez mais cruciais e presentes, levando homens como Fouillé, Fustel de Coulanges, Ernest Lavisse, entre outros a construir teorias explicativas do viver em comunidade, bem como dos sentimentos de pertença e de alteridade, buscando entender a gênese das nacionalidades. Não cabendo pormenorizar as diversas opiniões e nuances dos pensamentos desses autores, vale a pena recorrer a uma espécie de síntese que Haroche traça a partir dos tons dos discursos estudados: tentando superar os problemas de método (como analisar o povo no qual se está inserido) e morais (como

³ Para se ter um panorama amplo de como foi edificada a idéia de uma alteridade ameaçadora de um projeto nacional no Brasil, ver Guimarães (1988). Em termos raciais, esta temática pode ser analisada em Schwarcz (1993; 2003).

⁴ Ver Mosse (1996), para se ter uma frutífera análise das “alteridades ameaçadoras” de projetos grupais e/ou nacionais: judeus, ciganos, homossexuais e mulheres aparecem nesta obra como um “espelho convexo” em relação a tudo que é interessante e pertinente na elaboração da imagem do homem (nação) moderno.

⁵ Referência à guerra franco-prussiana (1870-1871) que ajudou a forjar a nação alemã.

observar o estrangeiro sem ser preconceituoso), aqueles pensadores viram que, entre o voluntarismo e as energias e fenômenos psicológicas profundos, “o que une os homens, entre um passado venerado e um presente partilhado, é a comunhão das lembranças e das idéias, das afeições e das vontades, ‘um princípio espiritual’, a alma de um povo” (Haroche, 2002, p.87).

É comum referir-se também ao século XIX quando se quer falar sobre o início da criação da nacionalidade brasileira. Esse processo, todavia, não se deu como “*mimesis*” do que ocorreu na Europa, sobretudo na França. Há que se pensar, ao contrário, que a identidade nacional configura-se como um *locus* de conflito perene e, sendo assim, como reflexo das lutas históricas, e que também é “resultado de construção social que convém compreender, ao mesmo tempo, em sua elaboração estratégica e em sua dimensão cultural” (Déloye, 2002, p. 96). Dito de outra maneira, é necessário entender, quando se estudam os meandros da construção das identidades nacionais ao longo do tempo, a forma com que elas são planejadas, mesmo desejadas, do ponto de vista do Estado ou de outras instituições que têm o papel de trabalhar na sua elaboração; de igual forma, cabe perceber como se verifica tal constituição no que tange à sociedade como um todo, seja abordando questões sociais, culturais, psicológicas ou políticas dos atores envolvidos. Portanto, a identidade (alteridade) nacional, como resultado das construções sociais e históricas elaboradas por atores sociais no passado e no presente, é digna de exames mais detidos, cabendo comparações no tempo e no espaço como forma de compreender os detalhes e percursos, seus estímulos e implicações.

Como nos propõe Benedict Anderson (2000), o esforço constitutivo da nação implica a elaboração de uma “comunidade imaginada” inerentemente limitada (por suas fronteiras e pela inimaginável possibilidade de uma comunidade mundial única) e soberana (pela pretensão ontológica de liberdade). A nação deve ser considerada “imaginada” porque a grande maioria de seus membros, por menor que ela seja, nunca conhecerá seus compatriotas. Sendo assim, o que os une é a operação mental (cotidiana e, na maior parte das vezes, inconsciente) de imaginar esta comunhão. Mais do que isso, as nações se diferenciam pelas maneiras específicas através das quais são imaginadas. Ela (a nação) se imagina como uma comunidade porque se concebe a partir de um companheirismo profundo, eminentemente horizontal, apesar de todas as desigualdades existentes no seu interior (Anderson, 2000, p. 23-4).

Dessa forma, podemos considerar como um dos elementos de grande importância na historiografia sobre a construção (ou imaginação) da nação brasileira, o papel do Exército nesta experiência conflituosa que é o forjar de uma nação. Celso Castro nos alerta para a questão de que a elaboração de reflexões históricas sobre o Exército deve ser acompanhada do desenvolvimento de uma visão aguçada sobre o caráter “tradicionalista” desta instituição. Analista de longa data deste tema, Castro nos convida a olhar para a dimensão inventiva dos diversos aspectos que rondam a vida e as pessoas ligadas aos quartéis ao longo do tempo, rompendo a atmosfera quase mitológica dos procedimentos, cerimônias, ética e organização das fileiras da nossa mais antiga força armada. De acordo com este autor, é preciso, primeiramente, despir-se de uma visão “substancialista e naturalizada sobre as noções interdependentes de identidade e memória” (Castro, 2002, p. 9), cujo estatuto de “coisas” pudessem transformá-las em algo que possa ser perdido / resgatado / encontrado e assim por diante. Na realidade, estas noções (e todos os procedimentos que signifiquem esforço identitário) não podem ser analisadas fora das relações que unem e perpassam a instituição e a sociedade em que estão inseridas: são construções culturais.

Recorrendo a Eric Hobsbawn (1987), Castro nega a idéia de uma “falsidade” destas invenções (são construções culturais, mesmo que tenham sido “inventadas” no sentido de uma ação deliberada), cuja presença pode ser verificada em vários contextos e sociedades visando coadunar uma continuidade com um passado idealizado. A noção de “invenção das tradições”, tomada daquele importante historiador inglês, é ampliada (invertida) no sentido de que, para o historiador brasileiro, o que deve ser levado em consideração é o caráter perene destas invenções, que leva a pensar numa “tradição da invenção” (Castro, 2002, p. 10-11), já que estes elementos simbólicos são permanentemente elaborados, reconstruídos e atualizados.

É sob tal perspectiva que buscarei analisar os discursos sobre a nação produzidos pelos que escreveram em *Nação Armada* no contexto do Estado Novo; considero que os valores, significados e representações sobre a saúde dos soldados e, num deslizamento discursivo interessante, sobre a saúde da nação, são ingredientes importantes deste processo pelo qual os militares “inventaram” (ou “imaginaram”) um ideal de nação, associaram-no à “tradição” do próprio Exército como força da nacionalidade, e, ao fazê-

lo, projetaram sua própria identidade como indissociada da “nação” que se buscava construir e consolidar naquele período.

No processamento das informações obtidas na documentação utilizada, foi necessária a superação do impulso básico (enormemente citado e criticado, porém presente e sedutor) pela imediaticidade do sentido do texto, o material de trabalho do historiador. Tal situação pode ser ainda entendida, invertendo a direção do raciocínio, como o postulado insustentável (também criticado, mas igualmente presente) de que a estrutura interna de um texto é rígida e não é suscetível à análise histórica. A grande intenção, portanto, da aplicação de um método pertinente e fundamentado na análise de uma documentação é poder ver a “letra fria” do texto com outros olhos. De outra forma, é sempre ter uma visão crítica em relação aos artigos produzidos no passado, artigos esses que, examinados historicamente, são textos ou, de forma mais ampla, discursos. Dessa maneira, há que se considerar que o trabalho historiográfico é justamente fazer uma ligação entre os textos (discursos) e as condições de produção dos mesmos, condições estas de inspirações e implicações sociais, econômicas, psicológicas, etc., e que podem ser encaradas também como textos ou discursos, mas não só como tais. Em suma, deve-se relacionar sempre “texto e contexto” (Cardoso; Vainfas, 1997, p. 378), ou seja, ligar os discursos aos elementos sócio-culturais historicamente circunscritos.

Nesse sentido, vale destacar o trabalho já bastante conhecido, utilizado e criticado de Laurence Bardin (1976), que viabiliza uma análise semântica dos conteúdos dos discursos através do processo que ficou conhecido como análise de conteúdos. A idéia básica para a colocação em prática deste método reside em três operações fundamentais: a descrição, a inferência e a interpretação.

A descrição, a primeira intervenção, pressupõe a escolha de fatores elementares presentes nos discursos e a organização deles em grupos relacionados e relacionais, onde tais componentes possam dialogar entre si e com os componentes de outros grupos. A inferência significa, no trato dos discursos do material empírico, uma dedução lógica e crítica de conhecimentos ligados ao momento (condições) de produção desses discursos, realizando um trabalho de mediadora entre as outras duas operações. Dito de outra forma, a inferência lida com as questões relacionadas ao que levou à emissão dos discursos e a suas determinações e desdobramentos. Enfim, a interpretação

é a fase em que se busca e se consegue apreender as significações finais que vão dar origem ao texto a ser produzido, servindo como seu esteio (Bardin, 1976, p. 78-79).

A análise de conteúdo, guiada pela semântica, denota, em última instância, buscar o significado das unidades relevantes para o tipo de teoria e hipóteses que se quer trabalhar. Nesse sentido, Bardin sugere a retirada do texto de “unidades de registro”, que são os fragmentos elementares para se alcançar significados a partir do esquema supracitado e da relação quantidade – qualidade. A unidade de registro pensada para ser utilizada nesta pesquisa foi o “tema”, dentre outros oferecidos, a saber: a “palavra”, o “objeto” ou “referente”, o “personagem”, o “documento” (Bardin, 1976, p. 104-105). Esta metodologia possibilitou a escolha de grandes eixos temáticos, ligados às hipóteses de trabalho, que podem conter ou ser subdivididos em vários outros temas ou sub-temas⁶, de acordo com os pressupostos da análise temática sugerida por Bardin. Assim, a partir dessas escolhas, foram construídos os meios de analisar os discursos, inferindo e interpretando as questões essenciais para a elaboração do texto final.

Esta dissertação está dividida em três capítulos. O primeiro destina-se à apresentação dos distintos campos historiográficos a partir dos quais se constrói o objeto e as questões que orientam a pesquisa. Em primeiro lugar, os estudos históricos sobre o Exército como “força de salvação nacional”, desde o final do século XIX, levando-se em consideração as suas interfaces com a sociedade, sobretudo a partir dos mecanismos de recrutamento, nas primeiras décadas do século XX, em especial no contexto do debate nacionalista durante a Primeira Guerra Mundial (1914-8) e nos anos sucessivos a ela, assim como as relações entre estes mecanismos de recrutamento militar e aos “diagnósticos” sobre as condições sanitárias dos brasileiros. A partir destas questões, foram analisadas as principais referências historiográficas sobre o papel do Exército e da saúde pública no primeiro governo Vargas (1930-45), indicando elementos de continuidade (sobretudo ideológicos) em relação ao momento anterior e salientando as especificidades históricas deste período, relacionadas tanto ao projeto político de Vargas, quanto às características e diretrizes que o campo da saúde assumiu em conformidade com ele.

⁶ Estes temas e/ou sub-temas serão apresentados ao final do capítulo 2, após o exame das características e tores mais gerais dos discursos da revista *Nação Armada*, para serem analisados, mais adiante, no capítulo 3.

No segundo capítulo, foi realizada uma avaliação pormenorizada da revista *Nação Armada*, seus escritos e as idéias que veiculavam. São apresentadas e analisadas informações sobre seus idealizadores e colaboradores mais presentes, as características estruturais da própria revista, a natureza dos artigos e dos temas mais recorrentes (com destaque para o lugar ocupado pelo tema da saúde), assim como de seu material publicitário e a comparação com outros periódicos militares, tanto de sentido geral, como de natureza estritamente médica. Busca-se destacar em que medida a revista vocalizou, de modo bastante expressivo, as intenções e estratégias do Exército de se afirmar como alicerce da nova ordem que se estruturava no país naquele momento.

No terceiro capítulo, o foco da análise incide sobre os assuntos especificamente ligados à saúde, tal como tratados e discutidos em *Nação Armada*, no que se refere tanto ao diagnóstico, por parte do Exército, das péssimas condições sanitárias brasileiras, quanto à idéia da construção de um ideal de homem (soldado). Este ideal estava baseado nos debates sobre as ações sanitárias realizadas pelo Exército no que tange às práticas de educação física, higiênicas e eugênicas, assim como da interiorização deste “espírito sanitário” para o conjunto do Brasil, integrando-o de forma a forjar sua identidade. Estas operações discursivas de construção de um “soldado-cidadão” saudável e sadio, física e moralmente – operações estas que, naquele contexto de guerra, se intensificavam sobretudo no que dizia respeito aos soldados a serem recrutados ao serviço militar –, foram decisivas para a idéia-força que o Exército pretendia afirmar quanto à sua atuação na sociedade brasileira.

Para realizar tal pesquisa, recorri, fundamentalmente, à consulta aos seguintes arquivos: Arquivo Eurico Dutra, Arquivo Gustavo Capanema e Arquivo Getúlio Vargas, todos sob a guarda do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV); Arquivo Histórico do Exército (AHEx) e os setores de periódicos da Biblioteca do Exército (BibliEx) e da Biblioteca Nacional (BN).

O recurso a periódicos como fonte de pesquisas históricas era relativamente esparsa no Brasil até a década de 1970. De acordo com Luca (2006), neste período, influenciada pelas proposições da “História nova” e da “virada lingüística”, a historiografia brasileira atribuiu diferente estatuto à imprensa em geral, fruto de

deslocamentos teóricos e metodológicos. Os periódicos, utilizados como fontes de uma “História da imprensa” e “por meio da imprensa”, passaram a ser, nesta década de 1970, *objeto* de pesquisa histórica. As características de materialidade dos impressos (as questões ligadas aos métodos de impressão, por exemplo), além dos discursos neles presentes, são elementos constitutivos destas análises, transformando a produção historiográfica relacionada aos periódicos também em uma “história da indústria gráfica” (Luca, 2006, p. 118-32). A análise do periódico *Nação Armada* buscou caminhar nesse sentido, tendo em vista avaliar, principalmente, as relações entre um grupo social específico – os militares – e a sociedade mais ampla.

Nesse sentido, este trabalho baseia-se em uma perspectiva de articulação e diálogo entre vertentes da historiografia social e da produção histórica sobre a saúde pública no Brasil. O destaque dado, na presente pesquisa, às questões acerca do recrutamento e serviço militar (considerando-se um horizonte de permanências e vicissitudes destes mecanismos) vinculadas, através da análise dos discursos da revista *Nação Armada*, aos temas do saneamento e “cura” da nação, da criação da imagem de um “homem / soldado brasileiro saudável”, pode ser um viés interessante da conjugação entre saúde pública e sociedade em determinados contextos históricos. Dessa forma, pretende-se contribuir para o alargamento dos estudos sobre a saúde pública brasileira no período pós-1930. Importantes trabalhos relativos à saúde no primeiro governo de Getúlio Vargas (Hochman, Fonseca, 1999; 2000; Hochman, 2001; Fonseca, 2007; Campos, 2006) têm viabilizado o entendimento das transformações, continuidades e enraizamento das políticas de saúde pública neste período, bem como de suas implicações nos níveis profissionais, políticos e sociais. A perspectiva de analisar um ator-chave neste momento histórico, o Exército, em suas interfaces com os temas da saúde pública e, de modo mais geral, com o debate sobre a nação, busca fazer avançar os esforços historiográficos já empreendidos em relação à saúde na “era Vargas”.

CAPÍTULO 1

MILITARES, SAÚDE E DEBATES SOBRE O BRASIL: PERSPECTIVAS HISTORIOGRÁFICAS

1.1 - Historiografia militar brasileira: Exército, recrutamento e sociedade.

Na segunda metade do século XIX, a produção histórica em relação aos assuntos militares no Brasil foi composta fundamentalmente de trabalhos que misturavam memórias pessoais e a veia literária de seus autores, em geral os próprios militares, tendo como eixo o maior conflito armado de que o país participara até então: a Guerra do Paraguai. Estes relatos são ainda fontes de estudos de suma importância para aqueles que se debruçam sobre os temas referentes à reflexão histórica sobre os militares em nosso país, em especial sobre o papel das Forças Armadas – e especificamente do Exército – no tecido de relações que possibilitaram o processo de “construção” da nação na passagem do século XIX ao XX⁷.

No final do XIX - a partir, sobretudo, da década de 1890 -, começa a surgir de forma mais encorpada uma história militar brasileira, cujo desenrolar é contemporâneo ao crescimento e ao fortalecimento institucional do Exército. Com apoio da própria instituição (recursos financeiros, editoração), vários militares passaram a produzir trabalhos que, apesar de terem como objetivo demonstrar o caráter épico e patriótico de biografias e campanhas, vinham sustentados em fontes documentais. Emílio Fernandes de Souza Docca, Augusto Tasso Fragoso e Francisco de Paula Cidade são alguns dos

⁷ Ver Castro, Kraay, Izecksohn (2004), para um panorama da produção histórica sobre os militares no Brasil.

militares que confeccionaram trabalhos nestes moldes, de forma contínua na primeira metade do século XX (Castro, Kraay, Izecksohn, 2004, p. 15-17).

Da década de 1960 em diante, principalmente após o aparecimento da coleção *História Geral da Civilização Brasileira* (organizada por Sérgio Buarque de Holanda e editada entre 1968 e 1978), ocorre uma mudança na abordagem histórica dos temas militares. Há que se destacar, nesse sentido, o pioneiro artigo de José Murilo de Carvalho (1985), intitulado *As Forças Armadas na Primeira República*, cujo objetivo principal foi mapear os tipos de intervenções militares na política brasileira desde a proclamação da República, até a chegada de Getúlio Vargas ao poder em 1930. Carvalho articulou, a um só tempo, os modelos de recrutamento, examinando as origens sociais dos indivíduos que ingressaram nas Forças Armadas (oficiais e praças), e o arcabouço ideológico desses modelos (firmados por padrões estrangeiros ou por conta da dinâmica política interna, incluindo aí as diversas revoltas do período) como fatores a sustentar as permanências e vicissitudes do que era considerado o papel do Exército e da Marinha no cenário político nacional da República Velha.

Houve, também, a preocupação em explicar o sentido da participação dos militares na vida política do Brasil através da análise das origens e disputas de classe dentro da sociedade brasileira, mostrando-se claramente um viés marxista de interpretação. Nesse sentido, pode-se citar o trabalho de Nelson Werneck Sodré (1979), *A história militar do Brasil*.

O golpe de 1964 e a longa duração da ditadura militar então implantada criaram um sentimento paradoxal e frustrante: se por um lado havia a necessidade de tentar explicar as origens e os sentidos daquele momento histórico, em contrapartida existia uma dificuldade muito grande no acesso às fontes e com isso um freio à produção histórica sobre o tema. Um importante exemplo de trabalhos desta época é o livro de Alfred Stepan, *Os militares na política* (1975), onde o autor desenvolveu o conceito de “novo profissionalismo” para qualificar as práticas e idéias dos militares a partir do golpe de 1964, em contraponto à concepção que lhes atribuía fundamentalmente o papel tradicional de moderadores de conflitos.

Na década de 1980, o fim do regime militar e a democratização no campo político, bem como a influência da história social, da história cultural, da antropologia e

das teorias do pós-moderno, no campo historiográfico, possibilitaram uma revisão da história militar, afastando-se alguns estigmas que prejudicavam, muitas das vezes, a reflexão acadêmica sobre esta. Como apontam Celso Castro, Vitor Izecksohn e Hendrik Kraay, a “nova” história militar emergiu tendo como principal diretriz analisar as relações entre os militares e a sociedade na qual eles estavam inseridos em distintos momentos históricos. Buscou-se, assim, levantar novos questionamentos e / ou trazer novas luzes para antigos problemas do campo (a Guerra do Paraguai ou a participação dos militares no processo de proclamação da República no Brasil, por exemplo). O acesso mais fácil aos arquivos (como o Arquivo Histórico do Exército) e à documentação até então pouco ou nada tangíveis colaborou para este revigoramento da história militar no Brasil, criando novas tendências de investigação (Castro, Izecksohn, Kraay, 2004, p. 23-30).

Tal produção historiográfica valeu-se, em alguns casos, da aproximação com as ciências sociais. É o caso dos estudos de Celso Castro, que publicou diversos trabalhos sobre os militares, apontando a importância dos ritos e símbolos da “caserna” para a formação da identidade sócio-cultural deste grupo específico. Seu livro *O Espírito Militar* (1990) constitui importante referência para as recentes pesquisas sobre os militares no Brasil. Resultado da publicação de sua dissertação de mestrado, apresentada ao Programa de Pós-graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), o trabalho examina processo de construção da identidade social do militar através da análise da formação de oficiais do Exército brasileiro na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). Com uma abordagem sócio-antropológica, o autor elaborou seu estudo a partir de entrevistas com alunos da Academia (os cadetes), com “ex-cadetes” (desistentes ou expulsos do curso) e “antigos cadetes” (oficiais de carreira egressos da AMAN), bem como através de conversas com os cadetes e oficiais, e de sua “experiência de observação participativa” (Castro, 1990, p. 12-13). Seu objetivo foi trazer à luz a simbologia, os rituais, os valores e as características e práticas particulares de construção e afirmação identitária destes militares. Ao chamar a atenção para a importância das dimensões internas e peculiares ao meio militar, o trabalho de Castro inscreve-se em uma vertente historiográfica que problematiza os estudos tradicionais cuja preocupação em vincular os militares aos interesses e comportamentos das classes sociais (concebendo-os como parte das “classes

médias urbanas”, por exemplo) teria levado a uma diluição das especificidades da própria instituição militar (Castro, 1990, p. 14).⁸

Outro trabalho que valoriza os elementos intrínsecos às instituições militares é o livro *Em busca de identidade* (2000), de Edmundo Campos Coelho. Nesta obra, Coelho afirma a idéia de que as Forças Armadas devem ser tratadas como organizações que têm aspirações próprias e autonomia, pelas quais elas agem nas sociedades através dos tempos. Analisando as vivências do Exército brasileiro da independência ao século XX, este autor traça as peculiaridades inerentes a esta instituição que a ajudaram a vocalizar e agir ao longo deste período, no sentido de afirmar as suas características e estabelecer, em cada período histórico, relações específicas com a sociedade em geral.

Um dos temas centrais para se pensar a relação entre militares e sociedade levando-se em conta tais especificidades é a questão do recrutamento, a forma pela qual os indivíduos ingressam nas fileiras das Forças Armadas, mais particularmente do Exército. Os métodos de recrutamento – que não formam um conjunto de procedimentos homogêneos ou cristalizados no tempo – são importantes não apenas por constituírem um mecanismo básico de formação e reprodução da instituição militar, mas porque expressam, por excelência, as relações que tal instituição estabelece com a vida social mais ampla na qual está imersa em distintos contextos históricos, bem como os aspectos internos que lhe são constitutivos em cada época.

É o que nos chama a atenção José Murilo de Carvalho (1985). Ele afirma que, assim como os mais tradicionais exércitos europeus, o brasileiro representou bem a tendência de relacionar o oficialato aos grupos politicamente dominantes, isolando-o dos praças, oriundos das classes política e economicamente subalternas (Carvalho, 1985, p. 184-185).

Como assinala Carvalho, o ano de 1874 – data em que se promulgou a última lei importante do Império acerca de alistamento militar⁹ – marca a tentativa de se criar um

⁸ Como importantes referências desta nova perspectiva, Castro cita os trabalhos de Costa (1984), Carvalho (1985) e Coelho (2000).

⁹ Trata-se da lei n. 2556, de 26 de setembro de 1874, que “estabelece o modo e as condições do recrutamento para o Exército e Armada”.

alistamento universal, com a utilização do sorteio para dar conta das vagas não preenchidas pelo voluntariado. Contudo, esta própria legislação continha em seu texto e espírito a sua impossibilidade, pois permitia àqueles que não desejassem servir pagar ou apresentar substitutos, bem como concedia isenções a bacharéis, padres, empresários da agricultura, entre outros (Carvalho, 1985, p. 190-191). Isso fazia com que, na prática, o recrutamento à força fosse a modalidade mais marcante da época, despertando a antipatia de parte da população e fazendo do serviço militar algo visto com desconfiança e sem admiração.

No âmbito desta renovação da historiografia militar brasileira, uma importante contribuição foi dada por brasilianistas, tais como Peter Beattie (2001) e Frank McCann (1982; 2007), que buscaram explicar a participação política dos militares mediante análises das mudanças internas às instituições, envolvendo elementos referentes à educação e à socialização dos grupos militares e suas relações com a sociedade em geral.

Entre tais elementos, o tema do recrutamento militar, desde as últimas décadas do século XIX até meados do século XX, mereceu análise minuciosa do historiador norte-americano Peter Beattie. Segundo este autor, a formulação e a implementação da Lei de Serviço Militar Obrigatório de 1908 (Brasil, 1908), que ficaria conhecida como “Lei de Hermes” (referência ao Marechal Hermes da Fonseca, Ministro da Guerra à época) estão situadas num contexto de busca por reformas que levassem à modernização/profissionalização no Exército e no país¹⁰.

Boa parte do novo oficialato desta instituição, formado por Hermes, cujo ímpeto modernizante foi comparado ao dos oficiais que protagonizaram a criação do novo Estado laico na Turquia¹¹, se manifestava a favor de mudanças no critério de recrutamento, defendendo a sua obrigatoriedade, vista como um componente de modernização do Exército e de aproximação em relação à sociedade. Da mesma forma, jovens congressistas da base de apoio do Presidente Affonso Pena (grupo chamado de

¹⁰ O artigo primeiro da lei estabelece que “Todo o cidadão brasileiro, desde a idade de 21 à de 44 anos completos, é obrigado ao serviço militar, na fôrma do art. 86 da Constituição da Republica e de accordo com as prescrições desta lei” (Brasil, 1908).

¹¹ Os referidos oficiais passaram a ser chamados de “jovens turcos”.

“Jardim de infância”) deram a sustentação legislativa para tal projeto. Envoltos em uma atmosfera de nacionalismo e busca por modernização do Estado e das instituições, num contexto de consolidação da jovem república brasileira, os grupos citados vão coadunar forças políticas e populares em torno da idéia do Serviço Militar Obrigatório como elemento de renovação do Exército e do país (Beattie, 2001, p. 207-210).

O impulso modernizador do serviço militar, de acordo com Beattie, estava inserido em uma conjuntura internacional em que o recrutamento era visto como marca de Exércitos e nações preparados para os desafios dos “novos tempos”. A própria idéia da conscrição¹² em tempos de paz era considerada como exemplo de atitude necessária e moderna. Tal idéia viabilizou o reforço de um ideal mais amplo de “soldado-cidadão”; ou seja, a passagem dos indivíduos pelas fileiras do Exército se constituiria como forma de construção e afirmação da nacionalidade. Alguns dos vizinhos (e rivais) do Brasil, como Chile, Bolívia, Peru e Argentina, já haviam adotado este sistema de alistamento, assim como alguns dos mais importantes exércitos do mundo, da Alemanha, Itália, França e Espanha (Beattie, 2001, p. 210-213).

A lei foi aprovada em 1908, mas não sem críticas e desconfianças. Entre políticos, homens públicos e manifestações populares, era grande o temor de que o serviço militar obrigatório fosse mais um instrumento de sujeição da população mais pobre. A Liga Anti-Militarista Brasileira (LAMB), por exemplo, afirmava que os interesses do Estado eram opostos aos dos trabalhadores mais pobres que, segundo esta organização, não queriam servir à pátria e sim trabalhar e viver dignamente com suas famílias. Para a Liga e outros críticos da lei, o recrutamento obrigatório poderia recair somente nos ombros dos trabalhadores e dos mais pobres, sendo um elemento daquilo que, de forma bem humorada, um artista popular chamou de “parafuso apertado”, ou seja, uma maneira a mais de “arrochar” a população humilde já sofrida, descrente e sem identificação com o Estado (*apud* Beattie, 2001, p. 217-222).

¹² Segundo Fernandes (1970), o termo “conscrição” é sinônimo de recenseamento e alistamento militar com vistas à incorporação dos indivíduos nas fileiras das forças armadas. “Alistamento” seria a atitude dos indivíduos, ou das autoridades estatais, de colocar estes mesmos indivíduos (geralmente por força de lei ou voluntariamente), através de recenseamento, em condições de serem recrutados pelas forças armadas. “Recrutamento”, no sentido mais amplo, é o chamamento aos indivíduos para ingressarem nas fileiras das instituições militares. Por “sorteio” militar entende-se a escolha (por vezes, mas não exclusivamente, aleatória), após o alistamento, daqueles que vão ser recrutados.

Houve, por outro lado, aqueles que encararam o sorteio militar – pelo seu caráter universalista, visto por alguns como “democrático” – como a possibilidade de melhoria das condições sociais e econômicas (e até raciais) do Brasil. Utilizando-se de uma retórica amparada na idéia de higiene física, social e espiritual, os defensores do serviço militar obrigatório justificavam a intromissão do poder público no seio das famílias brasileiras: os filhos poderiam ser retirados de seus lares, pois seria para um bem maior e por um motivo mais elevado. Nesse sentido, a passagem dos jovens pelas fileiras militares funcionava como “filtro admirável” que ia purificar a nação sem que a família deixasse de ser reconhecida como um dos alicerces da grandeza nacional (Beattie, 2001, p. 228-232). A expressão “filtro admirável” foi cunhada por Olavo Bilac em discurso aos estudantes da Faculdade de Direito de São Paulo, em 9 de outubro de 1915:

“A caserna é um filtro admirável, em que os homens se depuram e apuram: d’ella sairiam conscientes, dignos, brasileiros, esses infelizes sem consciencia, sem dignidade, sem patria, que constituem a massa amorpha e triste da nossa multidão...” (Bilac, 1917, p. 7)¹³.

O autor desta metáfora foi uma das figuras mais representativas desta visão positiva acerca do serviço militar obrigatório. Poeta, escritor e jornalista, Olavo Bilac estava no epicentro de um debate político e intelectual que envolveu, nas primeiras décadas do século XX, diferentes olhares acerca da identidade nacional brasileira¹⁴. Reconhecido como grande orador, Bilac estabeleceu uma espécie de “cruzada” de civismo, levando a vários círculos (estudantes, militares, cientistas, literatos, etc.) a sua crença (e de muitos de seus contemporâneos) na “essência boa” do povo brasileiro. Segundo ele, o que lhe faltava era educação no sentido amplo (cívica, física, sanitária, etc). Tendo como ápice os anos de 1915 e 1916, o esforço de Bilac em professar o patriotismo necessário aos brasileiros foi permeado pela fé inabalável na necessidade da efetiva implantação do serviço militar obrigatório no país, cuja lei já existia desde 1908, mas que até então não havia sido colocada em prática de forma regular. Em discurso aos estudantes da Faculdade de Direito de São Paulo, em 9 de outubro de 1915, ele chamou a atenção para a idéia de que o serviço militar se tornaria um elemento constitutivo de nivelamento das classes, posto que democrático, ou seja, abarcava todos os jovens em

¹³ Este e outros pronunciamentos de Bilac foram reunidos na coletânea *A Defesa Nacional*, publicada em 1917.

¹⁴ Sobre o panorama intelectual brasileiro da virada do século XIX ao XX, ver, entre outros: Sevcenko, 1995; Alonso, 2002; Sá, 2006.

igualdade de condições de serem sorteados. O serviço militar seria, portanto, o *locus* onde a educação cívica é obrigatória, “é o asseio obrigatório, a hygiene obrigatória, a regeneração muscular e psychica obrigatória” (Bilac, 1917, p. 7).

Em discurso diante de estudantes da Faculdade de Medicina de São Paulo, em em 14 de outubro daquele mesmo ano, Bilac utilizou a ação do câncer no corpo humano como metáfora para falar do “cancro social”, igualmente corrosivo e degenerador, para o qual existia já remédio “ao alcance de todos, a um só tempo prophylatico e regenerador, preventivo e curativo: a crença individual, o entusiasmo pessoal, - a coragem cívica, que é a salvaguarda da collectividade, a manutenção e a grandeza da pátria” (Bilac, 1917, p. 14). Com seu nacionalismo nuançado de cores ufanistas, Olavo Bilac enxergava os problemas brasileiros como “distúrbios” de espírito, cujo retorno à normalidade dependeria de uma mudança moral e da educação cívica. Lúcia Lippi Oliveira (1990) chama a atenção para o fato de Bilac ter pertencido a um grupo de intelectuais que criticou os argumentos raciais e biológicos utilizados pelos que acreditavam que o Brasil estava condenado a um fracasso inexorável. Segundo esta autora, para ele a educação era central “no processo de construção da consciência do cidadão”, a “chave para a salvação nacional” (Oliveira, 1990, p. 146). De acordo com Bilac, a passagem pelas fileiras do Exército, instituição que encarnava este espírito de “regeneração” como nenhuma outra, através do serviço militar obrigatório, seria fundamental para tanto.

O esforço discursivo de Bilac, sobretudo entre 1915 e 1916 – quando o tema do recrutamento militar ganhava ainda mais centralidade no debate nacionalista que se intensificava em função da Primeira Guerra Mundial –, foi decisivo para a efetivação, a partir de 1916 (primeiro sorteio desta lei foi em dezembro deste ano), da Lei do Serviço Militar Obrigatório, aprovada desde 1908. Para Bilac, este mecanismo seria fundamental para o que ele chamava de extinção da supremacia da “casta militar”, na medida em que transformava todos os cidadãos em soldados; tratava-se, em síntese, da “militarização dos civis” (Bilac, 1917, p. 7). Esta idéia foi reforçada no discurso com que agradeceu o banquete promovido pelo Exército em sua homenagem, no Club Militar, em 6 de novembro de 1915: para o “engrandecimento” nacional, seria necessário, afirmava Bilac, que “seja a nação o exército e o exército seja a nação” (Bilac, 1917, p. 21). Preocupado com as questões da unidade nacional (as disputas do

Contestado eram decisivas para essa inquietação na época), este orador via o serviço militar obrigatório e o sorteio universal como um significativo mecanismo promotor da identidade e da unidade nacionais.

A atuação de Bilac esteve associada à criação e ao desempenho da Liga de Defesa Nacional (fundada em 7 de setembro de 1916), sociedade “patriótica” cujo substrato ideológico eram os próprios discursos do escritor em torno do “engrandecimento”, da “salvação” e da “defesa” da nação. Segundo Olavo Bilac, a Liga tinha como objetivo:

“estimular o patriotismo consciente e coesivo; propagar a instrução primaria, profissional, militar e civica; e defender: com a disciplina, o trabalho; com a força, a paz; com a consciencia, a liberdade; e, com o culto do heroismo, a dignificação da nossa história e a preparação do nosso porvir.

O intuito principal dos que nos animam é este: a fundação de um centro de iniciativa e de encorajamento, de resistencia e de conselho, de perseverança e de continuidade para a acção dos dirigentes e para o labor tranquillo e assegurado dos dirigidos” (Bilac, 1917, p. 76).

A Liga de Defesa Nacional publicava e difundia os pronunciamentos de Bilac, patrocinava eventos e atraía a atenção da imprensa, contando com o apoio do governo e do Exército: o presidente Venceslau Brás e o Ministro da Guerra à época, José Caetano de Faria, eram, respectivamente, presidente e vice-presidente honorários (McCann, 2007, p. 230-231). Esta mobilização foi decisiva para que, em dezembro de 1916, tivesse início o sorteio para o serviço militar (Figura 3, Anexos).

1.2 – Exército e saneamento no debate sobre a nação nas primeiras décadas do século XX.

A discussão sobre o recrutamento militar e o papel do Exército como força de construção / salvação nacional, travada no contexto da Primeira Guerra Mundial, esteve presente de modo decisivo nos debates sobre a saúde como elemento conformador da nacionalidade brasileira, constitutivos do chamado movimento sanitarista, tema que

mereceu particular atenção da historiografia sobre a saúde no Brasil (Labra, 1985; Castro-Santos, 1985; 1987; Lima, Hochman 1996; Hochman, 1998; Lima, 1999). Sob a liderança do médico Belisário Penna – que idealizou e dirigiu, entre 1918 e 1920, a Liga Pró-Saneamento do Brasil –, este movimento reuniu médicos, cientistas, políticos e intelectuais na denúncia quanto aos entraves que as doenças, especialmente as endemias do interior, representavam ao “progresso” da nação.

O movimento sanitarista, entre 1916 e 1920, produziu e influenciou discursos e ações que se opuseram à idéia, por muitos defendida, de que o Brasil estava fadado ao “fracasso” pela sua composição racial e por seu clima tropical; preconizava a idéia de que um dos principais problemas da nação eram as doenças e o abandono que afligiam a população das áreas rurais e que, sendo assim, eles poderiam ser revertidos, mediante ações do poder público. Tal como foi expresso na célebre personagem do Jeca Tatu, de Monteiro Lobato (partidário deste movimento), o país não “era” doente, ele “estava” doente; vislumbrava-se, assim, a possibilidade de sua “cura”. No plano político, a campanha em prol do saneamento defendia o aumento da intervenção do Estado no campo da saúde pública, como meio fundamental de construção da nacionalidade (Hochman, 1998).

Impulsionado, de modo particular, pelas viagens realizadas pelos cientistas do Instituto Oswaldo Cruz ao interior do país – que descortinavam as más condições sanitárias e de vida nas diversas regiões dos “sertões” brasileiros (Lima, 1998, 1999) -, o argumento sanitarista, além de se contrapor ao determinismo racial e climático que “condenava” o país à “degeneração”, confrontava também a visão ufanista do Brasil, que o exaltava como país “resolvido” e pronto para

a civilização. Nascida no contexto do forte debate nacionalista intensificado durante o conflito mundial e nutrindo-se dos questionamentos aos governos oligárquicos da República, a campanha pelo saneamento disseminou uma visão crítica do Brasil que gerou mudanças no pensamento sobre saúde pública e ações (governamentais ou não) destinadas a “curar”/“re-criar” o país.

A idéia de doença – referida, principalmente, às enfermidades endêmicas das áreas rurais, como a malária, a ancilostomose e a doença de Chagas – passou a ser tratada como elemento central de uma dada visão da nação e de seus problemas, bem como dos meios para a sua solução. A atuação da Liga Pró-Saneamento do Brasil – que levaria a uma ampla reforma nos serviços sanitários federais cujo marco foi a criação, em conformidade com os preceitos do movimento sanitaria, do Departamento Nacional de Saúde Pública, em janeiro de 1920 – converteu a questão da saúde do Brasil / brasileiro em um assunto público¹⁵.

Combater as endemias do país se transformou na tônica dos debates sobre a nação, com vistas a ultrapassar o abandono em que vivia a maioria de sua população, resultado, segundo os membros do movimento sanitaria, de sucessivas políticas estatais que não possibilitaram a integração nacional. Segundo Belisário Penna, a estrutura descentralizada da República instaurada em 1889, originada do formato federalista estabelecido pela Constituição de 1891, se tornara, juntamente com as próprias doenças, a grande responsável pela precária situação sanitária do país. “Apenas tres ou quatro das antigas provincias”, de acordo com Penna, estavam em condições de

¹⁵ Ver Hochman (1998), sobre os debates parlamentares que levaram à criação do Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP) e sobre sua atuação no sentido de ampliar a ação do poder federal no campo da saúde pública, tendo em vista, sobretudo, a melhoria das condições sanitárias do interior.

ter “limitada autonomia” até que virassem realmente estados (Penna, 1918, p. 59).

O célebre discurso do médico Miguel Pereira¹⁶, proferido em outubro de 1916 e apontado pela historiografia como marco de origem do movimento sanitarista ao declarar ser o Brasil “um imenso hospital”, evidencia como a discussão sobre o papel do Exército na elaboração de uma identidade nacional entrecruzava-se com esta perspectiva que via na saúde o caminho para a “redenção” do país.¹⁷ A metáfora cunhada por Pereira – e que teria intensa e duradoura repercussão como emblema da denúncia quanto aos “males” de uma “nação doente”¹⁸ – a declaração de Pereira foi parcialmente uma resposta a um “ilustre parlamentar” (o deputado mineiro Carlos Peixoto¹⁹) que, num momento de entusiasmo oratório na Câmara dos Deputados, declarou que, se necessário, em caso de conflito ou guerra, “iria ele, de montanha em montanha, despertar os caboclos desses sertões”. De acordo com Miguel Pereira, não seria possível um exército forte porque não existiria a homogeneidade necessária a todo exército, “símbolo” de uma idéia de nação também alicerçada na perspectiva da homogeneidade. Faltavam aos brasileiros, a serem recrutados pelo Exército, o vigor e a

¹⁶ Miguel Pereira se formou na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1897, onde, posteriormente, atuou como renomado professor e clínico. Ainda como estudante, foi interno na enfermagem do médico e catedrático Francisco de Castro (pai de Aloysio de Castro), de quem foi assistente entre 1898 e 1901. Era presidente da Academia Nacional de Medicina em 1910, no momento em que esta associação tomou contato com os estudos de Carlos Chagas sobre a doença que leva seu nome, a qual se tornaria uma das enfermidades a compor a “trindade maldita”, nas palavras de Belisário Penna (1918), que impediam o progresso nacional no sertões brasileiros.

¹⁷ O discurso, publicado em sua íntegra no *Jornal do Commercio*, foi pronunciado em solenidade na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em homenagem ao seu diretor Aloysio de Castro, que havia representado o Brasil em congresso médico na Argentina. Nas palavras de Pereira: “É bem que se organizem milícias, que se armem legiões, que se cerrem fileiras em torno da bandeira, mas melhor seria que se não esquecessem nesse paroxismo do entusiasmo que, fora do Rio ou de S. Paulo, capitais mais ou menos saneadas, e de algumas outras cidades em que a providencia superintende a higiene, o Brasil ainda é um imenso hospital” (A manifestação aos acadêmicos..., 11 out. 1916).

¹⁸ Ver, a respeito, os artigos que integram o número especial da *revista História, Ciências, Saúde – Manguinhos* editado em julho de 2009 (v. 16, supl. 1) em comemoração ao centenário da descoberta da doença de Chagas e aos noventa anos do movimento sanitarista.

¹⁹ De acordo com Sá (2009), Carlos Peixoto foi um destacado parlamentar do Partido Republicano Mineiro (PRM), tendo sido líder da bancada de seu estado e presidente da Câmara no período de governo do Presidente Affonso Penna (1906-9). Formado em Direito pela Faculdade de Direito de São Paulo, em 1890, estava ligado, junto a outros parlamentares, ao grupo denominado “jardim de infância”, assim conhecidos pela pouca idade e pelas idéias consideradas “imaturas” e “românticas” pelos seus pares. Segundo Carvalho (1985; 2005a) e Beattie (2001), o “jardim de infância” foi de suma importância nos debates parlamentares que aprovaram a legislação de serviço militar obrigatório de 1908, capitaneada pelo Ministro da Guerra, o general Hermes da Fonseca.

saúde indispensáveis para que pudessem, de fato, servir como defensores da pátria. Segundo Pereira, ao ouvir o clamor entusiasta do deputado mineiro, boa parte

“desta brava gente não se levantaria; inválidos, exsanguês, esgotados, pela ankylostomiase e pela malária; extropiados e arrasados pela moléstia de Chagas; corroídos pela sífilis e pela lepra; devastados pelo alcoolismo, chupados pela fome, ignorantes, abandonados, sem ideal e sem letras ou não poderiam estes tristes deslembados se erguer de sua modorra ao apelo tonitruante de trombeta guerreira, ecoando de quebrada em quebrada ou quando, como espectros, se levantassem, não poderiam compreender, porque a Pátria, que lhes negou a esmola do alfabeto, lhes pedia agora a vida e nas mãos lhes punha, antes do livro redentor, a arma defensiva. (...) Uma legião de doentes e de imprestáveis. Quais os soldados que o orador iria equipar?” (A manifestação dos acadêmicos..., 11 out. 1916).

Alguns dias depois, outro discurso de Pereira foi publicado no mesmo jornal. Em jantar em homenagem a Carlos Chagas – descobridor da doença que leva seu nome e que era considerada, juntamente com outras endemias rurais, um dos grandes “flagelos” dos sertões brasileiros²⁰ - Miguel Pereira reafirmou sua denúncia quanto ao “imenso hospital”. Referindo-se aos problemas sanitários brasileiros e sua relação com a impossibilidade de se ter uma organização militar forte e homogênea no Brasil, Pereira descreve a situação dos brasileiros do interior do país como a de um “exército de sombras que não acabaria de desfilar diante do paiz attonito” (Banquete ao Dr. Carlos Chagas, 22 out. 1916).

A referência a um “exército de sombras” não era somente uma metáfora para demonstrar/denunciar as condições sanitárias brasileiras, mas fazia parte, também, dos debates que clamavam pela busca de uma homogeneidade (“cura”) nacional que deveria se refletir (ou se originar, na visão de alguns) na homogeneidade no Exército, instituição que deveria defender e expressar a nacionalidade. Nas palavras de Pereira:

“O exercito, a força armada de uma nação, a nação em armas, é a unidade nacional, e dessa unidade, una e indivisa, desentranhar uma dualidade é operação de que só nos manicômios se teriam as provas. Não será exercito o que não for homogêneo...” (A manifestação dos acadêmicos..., 11 out. 1916).

²⁰ De acordo com Kropf (2009), desde 1909, quando descreveu no norte de Minas Gerais a tripanossomíase americana, ou doença de Chagas, o pesquisador do Instituto Oswaldo Cruz vinha afirmando publicamente a importância da nova doença como símbolo da “decadência” das populações rurais, e a necessidade de se estabelecer medidas por parte do Estado para combatê-la.

As estreitas relações entre o debate sobre o serviço militar e sobre o papel do Exército como força de “salvação nacional” e as discussões em torno do “Brasil imenso hospital”, que conformariam o movimento sanitarista, foram analisadas por Beattie (2001). O próprio discurso de Miguel Pereira, de decisiva influência nas visões e políticas de saúde pública dali em diante, esteve diretamente inserido nas discussões mais amplas sobre a identidade, os problemas e a segurança nacionais, e teve como um de seus balizamentos fundamentais, conforme indicou Dominichi Miranda de Sá (2009), a discussão sobre a importância do recrutamento militar e da atuação do Exército como “escola de civismo” e elemento formador da nacionalidade. Os pronunciamentos de Penna – veiculados em artigos publicados no *Correio da Manhã*, entre 1916 e 1917, e reunidos no livro *Saneamento do Brasil*, de 1918 - seguiram a trilha aberta pelo diagnóstico / denúncia de Pereira quanto ao Brasil ser um “imenso hospital”.

Em suas declarações, Penna também explicita o quanto os debates sobre saúde e Exército se mesclavam naquele momento na perspectiva dos que pretendiam identificar os “males” da nação e apontar seus caminhos de “redenção”. Enquanto Bilac apontava a resolução dos problemas nacionais como uma questão de educação cívica, de doutrinação, algo mais ligado a um investimento “moral” e “espiritual”, Belisário Penna via os problemas nacionais como questões fundamentalmente sociais e políticas, que só seriam equacionadas com investimentos do poder público na melhoria das condições de vida da população. Entretanto, mesmo que a partir de ênfases e perspectivas diferenciadas, o discurso de Penna se aproximava do de Bilac no que se refere aos caminhos da construção nacional e, particularmente, ao papel que o Exército deveria desempenhar diante destas questões.

Afirmando ser a saúde o pilar do progresso de um povo e de uma nação, Belisário Penna pintava um quadro mais desalentador que o descrito por Bilac. Em conferências realizadas em 1920 no Club Militar e publicadas sob o título de *Exército e Saneamento*, expressou uma visão “desanimada” em relação ao povo brasileiro devido às suas precárias condições sanitárias, mas uma fé inabalável de que o Exército Brasileiro poderia ser um dos pilares salvadores do país no sentido de transformar a sua gente, tanto quando da passagem dos recrutados pelas suas fileiras, como no auxílio ao combate técnico às doenças que assolavam o Brasil. Este destacado médico – que desde 1916 vinha publicando artigos sobre a necessidade do saneamento do Brasil – reiterou

suas concepções sobre a situação do país em termos sanitários, que o levavam a uma conclusão drástica, mas, segundo ele próprio, previsível: o Brasil estava extremamente doente (Penna, 1920, p. 5-8). Afastando o determinismo do clima e da raça como causas de decadência da saúde dos brasileiros, Belisario Penna traçou um panorama da situação sanitária nas zonas rurais e nos subúrbios das grandes cidades revelando uma realidade social devastadora. Além das verminoses e das outras doenças parasitárias, o brasileiro sofria com o analfabetismo, a desnutrição, a ausência de educação higiênica.

Para Penna, a doença era um problema social que só iria ser freado com mudanças estruturais em vários aspectos da vida do país. Os governos, segundo ele, até então pouco tinham feito para responderem aos problemas de falta de saúde e de abandono nas paisagens interioranas e suburbanas brasileiras. Nesse sentido, ele afirma que o Exército teria um papel fundamental de transformar, através do sistema de sorteio militar (obrigatório desde aquele momento), a saúde dos brasileiros que ali passassem, já que os que compunham o Exército “não poderiam deixar de ser o reflexo do que se observa na população do país” (Penna, 1920, p. 53-56). Ou seja, o Exército deveria refletir o seu povo, mas este não poderia ser um povo “doente” e “debilitado”. Por isso, o próprio Exército teria a atribuição de trabalhar para o “melhoramento” dos brasileiros.

Este debate nas décadas de 1910 e 1920 marca o paroxismo das ações e esforços por uma legislação e uma prática acerca do serviço militar em sua interface com o debate nacional mais amplo. A Lei de Serviço Militar de 1908 - mas colocada em prática somente oito anos depois - contribuiu para uma mudança significativa na visão que se tinha do recrutamento, bem como, de igual forma, ajudou a transformar o papel do Exército na história da recém implementada república. O sorteio militar, gradativamente, dentro de um contexto/processo de busca pela nacionalização/profissionalização do Exército, aproximou de forma mais enfática todo o aparato médico-burocrático ligado ao serviço militar com os temas da realidade sócio-sanitária brasileira. Surgiu com mais força o questionamento, amparado no tipo de crítica feita por Belisário Penna descrita acima, sobre se o homem brasileiro estaria preparado para servir ao Exército brasileiro e, conseqüentemente, para servir à nação.

De acordo com Peter Beattie, a questão da saúde dos conscritos ganhou assim uma centralidade até então não vista, ampliando a percepção em relação à premência de reformas na estrutura sanitária e nos mecanismos de recrutamento. Tornaram-se,

portanto, cada vez mais estreitas as afinidades entre o ideário do movimento sanitarista e a mobilização empreendida no âmbito específico das Forças Armadas, principalmente do Exército, tendo em vista maximizar as condições para sua atuação como força de “redenção” nacional (Beattie, 2001, p. 254-255).

1.3 - O Exército brasileiro no Estado Novo.

A partir de 1930, ocorreram mudanças significativas na política nacional, gerando um quadro de incertezas políticas, especialmente até a implantação do Estado Novo. O grupo que surgiu como força política hegemônica neste momento foi o resultado da correlação de forças e atores distintos que, por motivos diversos, se contrapunham ao modelo oligárquico afirmado durante a República Velha e solapado por conta das contradições internas que se agravaram ao final da década de 1920, especialmente com a crise de 1929. Havia uma grande heterogeneidade neste grupo que, além de outras lideranças, contava com a presença de Getúlio Vargas. De acordo com Dulce Pandolfi (2003), a chamada Aliança Liberal (coligação oposicionista que lançou a candidatura de Vargas em 1929, mas, também, liderou o golpe que derrubou o presidente Washington Luís) contava com elementos tradicionalmente contrários ao sistema da Primeira República, incluindo forte apoio tenentista; mas, de igual forma, entre os aliancistas estavam opositores conjunturais, contrários somente ao então presidente e não àquela estrutura oligárquica. Adesismos ocasionais de Artur Bernardes, Epiácio Pessoa e Venceslau Brás, entre outros²¹.

Com a Revolução de 30, muitas instituições brasileiras passariam por um processo de transformação intenso, assumindo, com a reordenação das forças políticas e da estabilização do novo governo, um formato centralizador e uma grande capacidade de intervenção na economia e na sociedade. José Murilo de Carvalho adverte que o Exército surgiu deste processo como uma “organização fragmentada que teve dificuldade em sobreviver no ambiente quase caótico que se seguiu” (Carvalho, 2005, p. 63).

²¹ Sobre a chamada “Revolução de 1930”, ver Pandolfi (2003). Sobre o primeiro governo Vargas, ver: D’Araujo (1999), Pandolfi (1999); Ferreira, Delgado (2003).

O Exército havia sido o condutor do processo revolucionário, sobretudo através das ações dos tenentes, muito embora vários elementos que não haviam participado das revoltas militares da década de 1920 tivessem aderido fielmente às movimentações de 1930. O general que se tornaria um aliado fundamental de Vargas, Pedro Aurélio de Góes Monteiro²² é um importante exemplo disto (Pandolfi, 2003, p. 17). Estas adesões seriam um grande passo para a consolidação das forças militares, principalmente do Exército, como protagonistas da condução política nacional.

Não houve, entretanto, consenso no Exército acerca do movimento revolucionário de 1930. Ainda segundo Carvalho, a Marinha “praticamente ignorou o movimento” (Carvalho, 2005, p. 62). A ação política dos militares (do Exército) seria caracterizada, daí em diante, por três elementos fulcrais: o primeiro (e já citado) foram os antagonismos dentro da instituição produzidos pela falta de consenso quanto ao engajamento nas movimentações que derrubariam o presidente e instalariam um governo provisório liderado por Vargas. Boa parte do êxito das mobilizações contrárias à Primeira República se deveu à participação decisiva dos estados de Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

O segundo elemento relevante para o entendimento da participação política dos militares dali em diante é o fato de que somente uma minoria se rebelou contra o governo de Washington Luis. Minoria esta, sobretudo, composta de oficiais subalternos (tenentes e capitães), muitos deles originários das revoltas na década anterior, ou simpáticos a elas.

²² Pedro Aurélio de Góes Monteiro nasceu em Alagoas, em 1889, descendente de família de proprietários de engenhos. Era o mais velho de nove irmãos e, após a morte de seu pai, transferiu-se para o Rio de Janeiro a fim de entrar para o Exército, atraído pelo ensino gratuito e pelas vantagens da carreira. Ingressou na Escola do Realengo em 1904, pretendendo terminar seus estudos na Escola Militar da Praia Vermelha, sendo declarado aspirante em 1910, após ter completado sua formação na Escola de Guerra de Porto Alegre, para onde foi em 1906. Permaneceu no Rio Grande do Sul (onde se casou), já como segundo tenente, até 1916, voltando para a Capital Federal. Ao longo da década de 1920, manteve posição e atuou de forma legalista contra as agitações promovidas pela oficialidade do Exército contra, principalmente, o governo de Artur Bernardes (1922-6). Em 1930, comandando o Regimento de Cavalaria no Rio Grande do Sul, aproximou-se de Getúlio Vargas, por intermédio de Osvaldo Aranha (então secretário do Interior daquele estado). Entre 1934 e 35, foi Ministro da Guerra e, alguns anos mais tarde, foi figura chave para a implementação do Estado Novo (Beloch, Abreu, 1984, p. 2246-59).

Em terceiro lugar, cuidadosas observações acerca dos levantes em diversos quartéis demonstram a relevante participação dos sargentos em grande parte deles²³. Ainda que reconhecendo a atuação dos oficiais subalternos (capitães e tenentes), tais observações levaram ao questionamento da historiografia que tradicionalmente sobrevalorizava a participação destes oficiais “como parte da mitologia criada em torno do tenentismo” (Carvalho, 2005, p. 62-3).

O mal-estar e as tensões acerca das quebras de hierarquia, dos afastamentos e das ascensões rápidas no meio militar, principalmente no Exército, foram temas importantes ao longo da década de 1930, sobretudo até a instalação do Estado Novo. Foram também mecanismos de “limpeza” e aparo institucional utilizados por Getúlio Vargas com a justificativa de propiciar um ambiente político renovado e exequível. O caminhar para um governo constitucional transcorreu sobre um tênue equilíbrio entre ações centralizadoras, manutenção da ordem dentro do Exército com expurgos e promoções, aposentadorias e adesões, perseguições à esquerda e à direita. Após a revolta paulista de 1932, ocorreu uma reestruturação das forças políticas em nível nacional e a “depuração” empreendida nas Forças Armadas abriu o caminho para que elas se transformassem em atores políticos relevantes no cenário nacional nos governos de Vargas e nos seguintes. A implantação do Estado Novo em 1937 foi exemplo do êxito destas ações que buscavam a homogeneização do Exército, fator de extrema importância na afirmação dos ideais daquele regime.²⁴

É simplificador e equivocado observar o Estado Novo como simples mimetismo de manifestações fascistas da Europa, como Itália e Alemanha. Todavia, conforme afirmou Maria Celina D’Araújo (2000), não se deve apagar de maneira alguma as influências da conjuntura internacional no regime estadonovista. Pode-se perceber a aproximação com os fascismos europeus, sobretudo o de Hitler e de Mussolini: o projeto de um regime de caráter radicalmente nacionalizante e de um Estado forte, cuja organização se sobrepusesse aos interesses dos indivíduos, dos grupos econômicos ou

²³ A hierarquia do Exército, em escala decrescente, está assim disposta: oficiais gerais: General-de-Exército, General-de-Divisão e General-de-Brigada; oficiais superiores: Coronel, Tenente-Coronel e Major; oficiais subalternos: Capitão, 1º Tenente, 2º Tenente e Aspirante-a-Oficial; graduados: Subtenente, 1º Sargento, 2º Sargento, 3º Sargento, Cabo e Soldado.

²⁴ Sobre este processo de adequação institucional e ideológico do Exército, ver Pandolfi (2003), McCann (2007) e Carvalho (2005).

classes, longe ao mesmo tempo do “corrupto” e “selvagem” capitalismo / democracia liberal e do comunismo “internacionalizante” (D’Araújo, 2000, p. 7-23).

Da mesma forma, o Estado Novo foi influenciado por outros movimentos políticos autoritários que ocorreram basicamente no primeiro quartel do século XX, em países como a Polônia (não é gratuita a alcunha de “Polaca” atribuída à Constituição de 1937); a Turquia de Mustafá Kemal Atatürk que, tomando o poder na década de 1920, ocidentalizou o Estado turco; e a Romênia (que, com base nas teorias de Mihail Manoilescu, pregava uma volta às corporações de ofício medievais como modelo de organização social, porém com um Estado forte e centralizador) (D’Araújo, 2000, p. 9-11). Getúlio e seus “asseclas” defendiam a concepção de um Estado com princípios organizacionais técnico-científicos, em nome da construção e integração nacional em substituição às lutas políticas.

A perspectiva de nacionalizar e modernizar o Estado, a política e as instituições (como as Forças Armadas) surgiu como uma das possibilidades dentro do jogo político originário da Revolução de 1930. Podemos considerar o período entre 1930 e 1937 como o do surgimento (ou da construção) de atores políticos importantíssimos para o cenário nacional: Vargas e os militares. Foi um movimento de mútua ajuda, dialético (Carvalho, 1999, p. 341), que serviu como o arcabouço de um modelo de modernização via autoritarismo, da qual o Estado Novo foi o momento crucial. A “lua-de-mel” entre estes dois atores políticos viabilizou o fortalecimento do poder de ambos, relegando seus adversários ao esquecimento e acabando com sua capacidade de reação, pelo fechamento dos mecanismos de participação (Carvalho, 2005, p. 109-110).

Frank McCann (2007) corrobora a visão sobre o marco do Estado Novo na conformação de novas forças políticas dentro do Exército, sobretudo do generalato da época, representado pela dupla Dutra²⁵ – Góes Monteiro (Figuras 4 e 5, Anexos) . Este

²⁵ Eurico Gaspar Dutra nasceu em Cuiabá, no estado do Mato Grosso, em 1883, numa família de humildes comerciantes. Seu pai, José Florêncio Dutra, veterano da Guerra do Paraguai, obteve certidão forjada do nascimento de Eurico Dutra, diminuindo-lhe dois anos. Com este artifício, conseguiu superar a inaptidão certificada por junta de saúde no ano de 1901, quando de seu alistamento no Exército. Na posse deste documento falso pode se alistar, mais tarde, em outra junta militar (em Corumbá), sendo considerado apto. Em 1902, ingressou na Escola Preparatória e de Tática do Rio Grande do Sul, localizada em Rio Pardo, terminando, no ano seguinte, seus estudos em Porto Alegre, após transferência desta escola para tal cidade. Em 1904, matriculou-se na Escola Militar da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro (então capital federal), de onde foi expulso, neste mesmo ano, por se engajar num levante contra o

“novo generalato” da década de 1930, viabilizado em parte pela ação de Vargas no que tange às promoções e aos expurgos, colocados em prática neste período, sustentou o regime estadonovista. A possibilidade (e antigo sonho) de ter um Exército moderno e apropriadamente equipado, preparado para entrar em ação num conflito com um inimigo externo, promessa de Getúlio, desempenhou papel fundamental nas relações entre aquela instituição militar e as esferas políticas e sociais do período. A participação do Exército na sustentação do Estado Novo não foi instrumentalizada, em nome de uma ou outra força política. Seus anseios e configurações internas é que moldaram os tipos de relacionamento do Exército com a sociedade.

Nesse sentido, a questão da participação social na compreensão do Estado Novo é de extrema importância. Maria Helena Capelato (1998) cita uma dupla lógica para entender a adesão da sociedade ao movimento estadonovista: uma lógica material, ligada à organização do trabalho e à criação da legislação trabalhista; e outra relacionada às questões de cunho simbólico e ideológico, como a construção de uma identidade nacional, enfim, de um sentimento nacional (Capelato, 1998, p. 142). Tal processo pressupõe um autoritarismo que não se faz contra a sociedade e os indivíduos, mas, ao contrário, estabiliza-se por contar com a adesão da sociedade, gerando o que os próprios analistas e ideólogos do Estado Novo chamaram de uma “democracia autoritária” (Capelato, 1998, p. 156). Entende-se por isto que a base “democrática” estava na participação e no apoio da população, fato que dispensava o parlamento, as eleições, os partidos, legitimando a ausência destes e referendando, segundo seus defensores, a idéia que se tinha de uma democracia liberal e de um liberalismo econômico “corruptos”, contrário aos interesses da nação.

Ângela de Castro Gomes (1982; 1994) apresenta igualmente uma chave interpretativa bastante interessante para a compreensão das relações entre Estado e sociedade no período estadonovista. Ela analisa o projeto político-ideológico de

governo do Presidente Rodrigues Alves, que tinha como pano de fundo as agitações populares daquele ano. Anistiado no ano seguinte, ingressou na Escola Militar de Realengo e, em 1906, voltou para Porto Alegre, onde foi contemporâneo de Góes Monteiro. Manteve atitude legalista tanto em 1922 (contra os tenentes) como em 1930 (defendendo Washington Luis). Estas atitudes não prejudicaram sua carreira. Aproximou-se de Getúlio Vargas através da amizade que tinha com o filho deste, Benjamim Vargas, cativada na revolta paulista de 1932. Atingiu o generalato ainda neste ano. Comandava a 1ª Brigada de Infantaria, quando dos levantes de 1935. Foi Ministro da Guerra de 1936 a 1945. Ocupou a Presidência entre 1946 e 1950. Morreu em 1974. (Beloch, Abreu, 1984, p. 1126-54).

construção de um “novo homem brasileiro” neste período a partir da noção de “trabalhador” que, para esta autora, foi o resultado da articulação de elementos econômicos, sociais, pedagógicos e também sanitários, cujo substrato ideológico e simbólico legitimou a inserção / incorporação social dos “setores populares” no regime estadonovista.

A análise sobre o perfil do “soldado ideal” – tal como veiculado, entre outros processos, pela revista *Nação Armada* – pode contribuir para esta perspectiva historiográfica. As maneiras pelas quais se concebiam e se preconizavam, no período em questão, o que seriam os elementos constitutivos deste soldado que representava a nação – como suas condições de saúde e vigor físico e moral – foram um elemento fundamental das discussões acerca da construção do Brasil como uma “nova” e “forte” nação.

1.4 – A saúde no primeiro governo Vargas.

A década de 1930 também foi marcada pela organização, padronização e adequação das estruturas do Estado à nova realidade política. No campo que nos interessa particularmente, tal processo expressou-se na implementação de novas instituições estatais de saúde pública. De acordo com Gilberto Hochman (2001) e Cristina Fonseca (2007), Vargas, se por um lado preservou elementos da agenda sanitária das décadas anteriores e deu continuidade ao processo de fortalecimento do Estado no âmbito da política sanitária federal, de outro, produziu inovações institucionais e políticas que perduraram por décadas. A criação do Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP), em 1930, foi o marco fundamental deste processo.

As reformas levadas a cabo na gestão de Gustavo Capanema neste ministério (1934-1945) deram o tom da política de saúde pública no primeiro governo de Getúlio Vargas.²⁶ Caracterizadas pela lógica já citada de continuidades e transformações, o MESP (MES, Ministério da Educação e Saúde, a partir de 1937) conformou tais

²⁶ Sobre a atuação de Gustavo Capanema como ministro da Educação e Saúde, ver Gomes (2000).

políticas através de uma nova lógica institucional e política, que se relacionava com as diretrizes mais gerais do regime: a centralização e a verticalização de decisões e ações (Hochman, 2001, p. 136).

O advento do Estado Novo aprofundou o processo de criação e implementação das estruturas administrativas estatais no campo da saúde pública. O caráter centralizador (e autoritário) deste regime impulsionou os acordos e convênios entre o governo federal e os estaduais, cujos interventores eram escolhidos pelo poder central, montando-se uma estrutura consideravelmente organizada e ampla em nível nacional. Paralelamente a este processo, intensificou-se um movimento que já vinha se delineando desde a década de 1920: a formação de quadros profissionais especializados no campo da saúde pública, a serem alocados em cargos e postos específicos da estrutura administrativa do governo federal de modo a viabilizar as ações estatais nas diversas regiões do país. A partir de 1937, médicos, enfermeiros, engenheiros sanitários e outros profissionais da saúde pública tiveram à sua disposição vários cursos de especialização e aperfeiçoamento em diversos estados (Fonseca, 2007, p. 196-197). Como consequência disso, implementou-se estrategicamente, ao longo da gestão de Capanema, uma cadeia hierárquica de execução e normatização dos serviços e de normatização através dos padrões e orientações ditados pelo Ministério. Tal cadeia hierárquica foi construída a partir da presença, nos postos e cargos, espalhados pelo Brasil, dos técnicos especializados e treinados nas estruturas do Departamento Nacional de Saúde (DNS), órgão central do Ministério (Fonseca, 2007, p. 199).

Em termos ideológicos, o campo da saúde pública durante o Estado Novo foi marcado pela permanência de alguns elementos-chave do movimento sanitário (o saneamento dos sertões como fator de integração e desenvolvimento nacional e a necessidade de ampliação da intervenção do poder federal em todo o território), inclusive no terreno específico que dizia respeito às relações internacionais no contexto da Segunda Guerra Mundial. Marco fundamental desse processo foi a criação do Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), em 1942, como agência bilateral dos governos brasileiro e norte-americano. Conforme analisou André Luiz V. Campos (2000, 2006), o SESP foi resultado direto dos interesses militares dos Estados Unidos, tendo como objetivo central o saneamento de regiões produtoras de matérias-primas estratégicas, como a borracha do vale amazônico e o minério de ferro e a mica do vale

do Rio Doce. Sua atuação foi mais um elemento a reforçar a importância e a visibilidade política, social e econômica da saúde e do saneamento como meios para o desenvolvimento nacional na década de 1940²⁷.

O primeiro governo Vargas, no que toca às preocupações e ações com a saúde pública, guarda, como visto acima, permanências e mudanças em relação ao período anterior da Primeira República (Hochman, 2001; Fonseca, 2007). No entanto, de acordo com Luiz Antonio de Castro-Santos,

“os propagandistas do saneamento do interior do país abandonam a atividade quase ‘missionária’ dos primeiros passos do movimento, para amoldarem-se ao *role model* de burocratas do Ministério recém-criado [na década de 1930]. Reduzida a força simbólica de construção da nacionalidade que empolgará o movimento sanitário durante a Primeira República, ele se despolitiza, e seu potencial de transformação social no campo permanecerá, desde então, inaproveitado (Castro Santos, 1985, p. 207).

De acordo com Simone Kropf, contudo, esta idéia de burocratização no sentido de um esvaziamento ideológico quanto aos preceitos associados ao movimento sanitário deve ser problematizada.

“[...] ainda que em termos ideológicos o discurso do saneamento não tivesse mais a intensidade com que se manifestara na década de 1910, as novas estruturas administrativas da saúde pública brasileira proporcionaram justamente a criação de condições institucionais e políticas concretas para a viabilização e o aprofundamento do projeto sanitário. Além disso, este ganhava nova força simbólica a partir mediante os significados que, a partir da Segunda Guerra Mundial, vinham sendo conferidos à relação entre saúde e desenvolvimento” (Kropf, 2009, p. 319).

Segundo esta autora, o fato de que as idéias e diretrizes preconizadas pelos partidários do movimento sanitário tenha se rotinizado no âmbito da administração federal não significou a completa desmobilização do conteúdo ideológico e do poder de suas principais idéias. O que ocorreu foi um re-ordenamento da agenda associada ao ideário sanitário da década de 1910, mantendo-se, com vigor, a idéia do saneamento dos sertões – e, num sentido mais amplo, do saneamento do Brasil -, presentes desde o início da organização do referido movimento, como chave para uma dada idéia de “nacionalidade”.

²⁷ Sobre a força da idéia de que as doenças, especialmente as de natureza infecciosa, eram “obstáculos” ao desenvolvimento econômico e social mais amplo, ver análise de Packard, Brown (1997).

Kropf (2009) assinala que, apesar da ênfase que o governo Vargas imprimia à industrialização, a preocupação com a formação no “novo homem brasileiro”, tal como analisada por Gomes (1982), incluía a inquietação com a saúde do “novo trabalhador”, tanto nas cidades quanto nas áreas do interior do país, indicando uma continuidade, ainda que em outro contexto, dos preceitos do movimento sanitarista. Outro aspecto a ser salientado quanto ao vigor ideológico de algumas idéias-força deste movimento na década de 1930 é a permanência do diagnóstico de que o “Brasil imenso hospital”, “denunciado” por Miguel Pereira, devia ser objeto de sistemáticas ações por parte do poder público, de modo a viabilizar o progresso/desenvolvimento da “nova” nação, composta por “novos brasileiros”. Este diagnóstico – e as medidas “terapêuticas” advogadas para enfrentá-lo – estaria presente de modo destacado no discurso dos militares sobre seu próprio papel como agentes desta “cura”.

O presente trabalho pretende mostrar que a análise da revista *Nação Armada* pode contribuir para evidenciar a importância do tema da saúde / higiene / saneamento como central ao projeto ideológico do Estado Novo, no sentido da formação do “novo homem brasileiro”, neste caso mediante a elaboração da idéia de um “novo soldado”, exemplar de uma “nação armada”. O discurso veiculado nas páginas da revista – cujos escritores e signatários eram, em sua maioria, militares do Exército (uma instituição altamente burocratizada), mas também alguns civis simpáticos à grande presença deste na política nacional – afirmaria com força e entusiasmo ideológico, no contexto específico do Estado Novo, uma agenda de saneamento para o Brasil, claramente articulada com a idéia-matriz do movimento sanitarista da década de 1910: a saúde como base para a construção da identidade nacional.

CAPÍTULO 2

“VIGILANTE E DEFENSORA” DO BRASIL: A REVISTA DE UMA NAÇÃO ARMADA.

2.1 - A estrutura da revista *Nação Armada*.

A revista *Nação Armada* foi um periódico publicado entre novembro de 1939 (dois meses após o início da Segunda Guerra Mundial) e março de 1947. Manteve, em quase todo seu percurso, uma periodicidade mensal. Entre o primeiro e o segundo número (de janeiro de 1940), houve um hiato de um mês sem a sua publicação. A partir de fevereiro de 1946, sua edição foi irregular, com aparições mensais (em abril e maio de 1946 e janeiro de 1947), bimensais fevereiro/março, junho/julho e agosto/setembro de 1946 e fevereiro/março de 1947) e trimestrais (outubro/novembro/dezembro de 1946).

Tal revista ocupou (e, ainda ocupa, como referencial histórico e de memória) um lugar de destaque dentre as publicações ligadas aos assuntos militares, auto-intitulada e reconhecida pelos seus colaboradores, organizadores e analistas como um periódico “civil-militar”. Diferentemente de outras publicações²⁸, *Nação Armada* não era um veículo oficial do governo nem do Exército, mas recebia subvenção estatal (Santos, 1960). Enquanto foi publicada, contou com artigos, reportagens e ensaios realizados em sua maioria por militares, mas também por personalidades políticas, jornalistas, escritores e juristas. Teve em suas páginas escritos da autoria de importantes pensadores/intelectuais da época, entre os quais Pedro Calmon, Gustavo Barroso, Menotti del Picchia, Azevedo Amaral²⁹. Tornou público, também, discursos, “ordens do

²⁸ Serão analisadas, mais adiante, de forma breve e com intenção comparativa, importantes revistas militares como *A Defesa Nacional*, *Revista Militar Brasileira* (que originalmente era chamada de *Revista do Exército Brasileiro*, nome retomado mais recentemente e que permanece até os dias atuais) e, as publicações militares ligadas à saúde, *Revista de Medicina e Higiene Militar* e *Revista de Medicina Militar*. A *Revista Militar Brasileira* e a *Revista de Medicina Militar* eram veículos oficiais do Exército brasileiro.

²⁹ Os textos destes intelectuais, em *Nação Armada*, reforçavam aspectos ideológicos importantes do Estado Novo: o autoritarismo, o nacionalismo e o grande valor de um poder central forte para a construção de uma “nova nação”. Foi recorrente, nestes textos, a referência ao “glorioso” passado

dia”, avisos e pronunciamentos do Ministro da Guerra, Eurico Gaspar Dutra, do Chefe do Estado-Maior do Exército, Góes Monteiro, bem como do próprio Presidente Getúlio Vargas. Esta publicação abordou assuntos militares (sobretudo ligados ao papel do Exército na sociedade), porém não era alheia a outros assuntos gerais, não sendo, assim, um organismo puramente técnico.

A revista *Nação Armada*, pouco analisada pela historiografia, pode ser considerada uma fonte muito importante para as análises sobre o período do Estado Novo, sobretudo nos seus anos de guerra. Pela diversidade de temas abordados, *Nação Armada* é um interessante veículo para a compreensão de aspectos ligados à política nacional e internacional (num contexto de autoritarismo e de guerra), ao papel do Exército neste mesmo contexto e às ações em saúde pública, perpetradas e / ou pensadas por seus colaboradores. Constitui, portanto, uma fonte rica para examinar o debate acerca da identidade nacional daquele momento (1939-47), sobretudo em relação à atuação do Exército como agente construtor de uma nova ordem, em que a saúde, enquanto atributo do soldado – e, a partir do seu exemplo, do cidadão –, constituiria um elemento fundamental.

Seu idealizador e diretor, Affonso de Carvalho (major do Exército na época da inauguração da revista), era homem público e letrado, que atuava na esfera político-militar e também no cenário intelectual mais amplo, sendo interventor em Alagoas (entre dezembro de 1932 e março de 1934) e autor de vários livros. Sua trajetória será apresentada mais adiante.

A revista, cuja sede era no Rio de Janeiro, contou com sucursais em São Paulo (a partir de julho de 1941), Buenos Aires (desde agosto de 1942), Belo Horizonte (a partir de novembro de 1942), Curitiba (a partir de janeiro de 1945) e Porto Alegre (inaugurada em março de 1944), o que demonstra uma estrutura considerável e uma significativa amplitude de leitores. No penúltimo e último números de *Nação Armada*, editados em janeiro e fevereiro/março de 1947 respectivamente, há referência, em seus expedientes, a uma nova sucursal em Santa Catarina, sem especificar-se a cidade.

brasileiro para afirmar tais características ideológicas e o próprio regime estadonovista como responsável por “devolver” ao Brasil a “grandeza” abalada pelas experiências da Primeira República. (Amaral, mar. 1940; abr. 1942; Barroso, jun./jul. 1946; ago/set. 1946; Calmon, abr. 1940; jun. 1941; Picchia, dez. 1940; dez. 1941).

Do ponto de vista da estrutura física e de sua organização interna, a revista *Nação Armada* guarda características peculiares e importantes no que se refere ao seu projeto gráfico, bem como à disposição e ao modo de abordagem de seus temas. Foi editada em forma de brochura (costurada e colada) com número médio de 180 páginas, tendo suas folhas a medida aproximada de 22 cm x 15,5 cm. Contou com uma disposição gráfica considerada moderna, sobretudo se comparada aos padrões de outras publicações similares da época. O responsável pela parte gráfica e artística da revista *Nação Armada* foi Alberto Lima (1898-1971) (Figura 6, Anexos). Formado no Liceu de Artes e Ofício do Rio de Janeiro, foi um renomado desenhista, ilustrador e heraldista, reconhecido em todo o Brasil pela criação de vários brasões de municípios (“heráldica de domínio”) e de mais de seiscentos “ex-libris”. São Fidélis, Petrópolis, Teresópolis, Mangaratiba, Barra do Piraí e Nova Iguaçu são alguns dos municípios cujos brasões ele produziu. Foi responsável, também, pelo símbolo da Força Aérea Brasileira (o “gládio alado”) e trabalhou na feitura de símbolos e uniformes militares, sobretudo quando dirigiu o Gabinete Foto-cartográfico do Exército, na década de 1940.³⁰

Contando com caracteres bem definidos e organizados, com fontes (letras) utilizadas de modo diversificado nos diferentes textos (títulos e subtítulos em tamanhos e estilos variados, etc.), com desenhos e fotografias (inclusive no corpo dos textos), e com o recurso da dicromia e da tricromia³¹ em algumas edições, foi considerada “a publicação mais bem feita e artística já surgida nos meios militares” (Santos, 1960, p. 411).

A questão da publicidade em *Nação Armada* também merece uma atenção um pouco mais detida. Pela análise feita para esta pesquisa, as propagandas de produtos, serviços, empresas e eventos foram de suma importância para a sobrevivência da referida revista e apresentam indícios de características e aspectos ideológicos que, sem a devida atenção, podem, por vezes, parecer contraditórios. No primeiro número de *Nação Armada* aparecem quatro páginas com publicidades³², quantidade que cresceu

³⁰ Sobre Alberto Lima, ver Stickel (2004), República Federativa do Brasil (2010) e Confederação Nacional dos Municípios (2010).

³¹ Trata-se da utilização, em processos gráficos, de duas ou três cores respectivamente (Fernandes, 1970).

³² O termo “páginas com publicidade” significa tanto páginas especificamente destinadas aos anúncios de produtos, empresas, serviços, eventos, etc. (em maior número), encontradas nas folhas finais e na contracapa da revista, bem como se refere às propagandas no corpo dos textos do periódico. Estas últimas geralmente aparecem nas seções de caráter mais amplo (como “Noticiário”) e nunca entre as páginas dos artigos de colaboradores, dos editoriais, das reportagens ou das seções mais “oficiais” (como “Legislação Militar”).

rapidamente nos exemplares seguintes: a edição de junho de 1940, por exemplo, já contava com vinte páginas de publicidade e, depois de um ano de publicação, no exemplar de novembro de 1940, estavam presentes vinte e sete páginas de propagandas. A edição de número 82, a derradeira de *Nação Armada*, trazia vinte e duas páginas com publicidade, totalizando, em toda a sua trajetória (de novembro de 1939 a março de 1947), 2.488 páginas com propagandas, com uma média aproximada de trinta páginas por exemplar, com um pico de setenta e quatro na edição de número 45, de agosto de 1943.

Do ponto de vista qualitativo, a publicidade na revista *Nação Armada* apresentou marcas de diversidade, demonstrando a intenção de atingir um público igualmente diverso e amplo. Nesse sentido, a julgar pelo espaço publicitário dentro do referido periódico, que pode ser considerado grande, e o nível de investimento que os anunciantes direcionaram à *Nação Armada*, este público-alvo foi procurado (e alcançado), podendo-se inferir disto uma boa tiragem e vendagem (dados não conseguidos de forma direta com esta pesquisa). As páginas especificamente destinadas às propagandas eram diagramadas de modo a conter um, dois ou três anúncios de produtos, empresas, serviços ou eventos. Como dito anteriormente, estes referidos anúncios eram diversos: cerveja, medicamentos em geral (analgésicos, produtos contra a malária, laboratórios, etc.), empresas de construção civil ou produtoras de energia, creme dental e outros itens de higiene (sabonetes, fungicidas ou inseticidas, dentre outros), instituições bancárias (públicas ou privadas), Institutos de Previdência (dos Bancários, Comerciais, etc.), cigarros, alimentos, eletrodomésticos, indústrias (curtumes, ferragens, porcelanas, tecidos, dentre muitas outras), instituições de ensino, cassinos (como os da Urca e de Icaraí), papelarias, madeireiras, shows, eventos e lançamentos de livros, automóveis, entre outros.

Alguns desses anúncios, por vezes, podem ser vistos como contraditórios a certos aspectos ideológicos da revista *Nação Armada*. Após o rompimento e a declaração de guerra, por parte do Brasil, contra o “Eixo”, em agosto de 1942, passou a ocorrer, nas páginas de *Nação Armada*, uma “campanha” contra a realização do carnaval (principalmente no Rio de Janeiro, distrito federal), considerado uma manifestação que simbolizava excesso, desordem e sensualidade, “diante da qual até mesmo a Guerra eclipsa”. Num momento em que eram esperadas, de acordo com os

escritores e organizadores da revista, seriedade, ordem e retidão, no ano de 1944, tal “campanha” se caracterizou desta forma:

“Embora a Prefeitura já tenha anunciado, alto e bom som, que não haverá Carnaval oficial nem concederá auxílio a préstitos ou cordões, os foliões inveterados não se conformam. Com auxílio ou sem auxílio querem Carnaval.

Querem é Carnaval, seja lá de que modo fôr, querem é pândega de qualquer maneira. Pândega com vastas ‘carraspanas’ de éter e álcool e copioso trabalho às autoridades policiais.

Mas, - é a pergunta que ocorre – freudianos recalques precisarão do Carnaval para expandir-se? Não cremos. Carnaval temos tido o ano inteiro, através de várias manifestações.

(...) por exemplo, as telas do Senhor Portinari e os quadris cinematográficos da Senhora Carmem Miranda, verdadeiros carnavais estemporâneos!” (Informações e Comentários, fev. 1944, p. 146-147).

Neste mesmo número da revista *Nação Armada*, entretanto, publicou-se publicidade de evento carnavalesco do Cassino da Urca, na cidade do Rio de Janeiro. Neste referido anúncio, estava presente a seguinte chamada: “Yes, Carnaval! Os melhores sambas do carnaval de 1944 – O maior ‘cast’ em cena – O mais lindo guarda-roupa – 12 cantoras – 50 girls no mesmo ‘show’” (Na Urca..., fev. 1944, p. 187) (Figura 7, Anexos). Além de ir contra a “campanha” de censura ao Carnaval daquele ano, promovida pela revista, a publicidade clamava ao público (com expressões em língua inglesa) a realização e fruição daquela festa popular. Porém, levando-se em consideração aspectos importantes da estrutura do periódico em questão (atingir um público mais amplo e diverso, tendo a propaganda como uma fonte importante de recursos) (Figuras 8 e 9, Anexos), bem como atentando-se para o arraigamento da cultura do carnaval no país e, particularmente, no Rio de Janeiro (vale lembrar que o Cassino da Urca era um destacado estabelecimento de lazer da elite carioca/brasileira), esta possível “contradição” pode ser minimizada e se faz inteligível – não devendo ser esta questão, entretanto, esquecida como um ponto de tensão não só da revista (seus aspectos ideológicos), mas, também, da sociedade brasileira.

Cada exemplar da revista era vendido (tanto o do mês corrente quanto o atrasado) por 5\$000 (cinco mil réis), tendo a assinatura anual o preço de 50\$000 (cinquenta mil réis) e a semestral 30\$000 (trinta mil réis). Estes valores foram mantidos até a mudança da moeda nacional para o cruzeiro, em 1942. A primeira edição com a moeda nova marcava os seguintes preços: Cr\$ 5,00 (cinco cruzeiros) para número avulso do mês corrente, Cr\$ 10,00 (dez cruzeiros) para os números avulsos atrasados e

Cr\$ 50,00 (cinquenta cruzeiros) para a assinatura anual, não aparecendo a possibilidade da assinatura semestral. Os valores do salário mínimo neste momento de transição monetária, ocorrida no final do ano de 1942, eram, respectivamente, 240\$000 (duzentos e quarenta mil réis) e Cr\$240,00 (duzentos e quarenta cruzeiros).

A organização interna das edições de *Nação Armada* obedeceu a um padrão fixo ao longo de sua publicação. Exceto algumas seções que mudaram de nome (“A Guerra na Europa” transformou-se em “A Guerra”), apareceram posteriormente ao primeiro número (a seção “Serviço Militar”, por exemplo, é posterior ao primeiro número da revista) ou deixaram de existir (“Momento Internacional” não aparece mais a partir de maio de 1940), a referida revista se mostrou homogênea no que toca ao seu conteúdo. Da capa constavam o nome da publicação em letra estilizada (elaborada com atributos estéticos) e, abaixo, numa fonte de menor tamanho, o subtítulo da mesma: “Revista civil-militar consagrada à segurança nacional”. Presentes também na capa estavam a data e o número de cada edição, em geral, respectivamente, no seu topo e no seu rodapé, juntamente com o “Sumário” que, na maioria das vezes, só se expressava em sua totalidade com uma continuação na parte de trás da capa, onde estava presente o expediente da revista: Diretor: Major Affonso de Carvalho; Redator-artístico: Alberto Lima; Gerente: Ribas Teixeira; redação e administração à época: Rua Álvaro Alvim, 33 – Ed. Rex, 8º andar, salas 826 e 827 telefone 42-0488 Rio de Janeiro – Brasil; sucursais (São Paulo, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Santa Catarina e Buenos Aires, como descritas anteriormente); distribuição às livrarias: Editora José Olympio – Rio. A contracapa era destinada à publicidade (Figura 10, Anexos).

Nação Armada estava organizada da seguinte maneira: editorial, artigos de autoria de civis e militares ou da redação e seções fixas, tais como:

- 1) “Através da Imprensa”: um panorama, através de notas, das notícias oriundas da imprensa em geral (jornais, revistas, outros periódicos militares) e, por vezes, especificamente das sucursais da revista *Nação Armada*. Na grande maioria das vezes, as informações eram disponibilizadas sem observações, críticas ou opiniões dos redatores de *Nação Armada*.
- 2) “Documentário Nacional”: esta seção tinha a responsabilidade de tornar públicas transcrições de discursos, avisos e memorandos oficiais de personalidades políticas da época (do Exército e do governo), bem como de criar um espaço

para a divulgação de solenidades (desfiles cívicos, comemorações, manobras militares, etc.) e acontecimentos em âmbito nacional.

- 3) “Efemérides Militares”: seção que publicava comentários sobre importantes acontecimentos militares e políticos para a história das Forças Armadas e do Brasil, cujas datas eram comemoradas no respectivo mês da edição.

Cabe destacar que a história militar e a recuperação de personagens históricos foram um dos importantes eixos temáticos da revista *Nação Armada*. Dos 1.804 escritos totais da referida revista, foram observadas 124 ocorrências de temas relativos a governos, batalhas, construções, biografias e ações militares que eram consideradas importantes para os organizadores e escritores da revista, nas diversas fases da história do país (colônia, império e república). Em geral, estes textos reforçavam a idéia de “vivificação” do passado através da transposição da “essência” (heróis, símbolos, batalhas, arquitetura, etc.) deste passado para o presente³³.

- 4) “A Guerra na Europa” (posteriormente, “A Guerra”): apresentava informações geralmente de caráter técnico-militar sobre o “teatro de operações” da Segunda Guerra Mundial, cobrindo os dois lados do conflito (Aliados x Eixo). Manobras, batalhas, estudos sobre as ações, armamentos, técnicas e táticas de guerra dos exércitos envolvidos, assim como as mobilizações diplomáticas referentes ao conflito, os encontros (e “desencontros”) das autoridades e líderes das nações participantes direta ou indiretamente da guerra. A substituição do nome da seção parece ter dois sentidos: o primeiro tem a ver com o sentimento de uma maior aproximação do Brasil (Exército e governo, assim como outros setores) com a guerra, portanto não sendo mais uma guerra “estrangeira”; segundo, pela intenção de dar vazão às informações internacionais (como era realizada na extinta seção “O Momento Internacional”), já que, para *Nação Armada*, o assunto da Segunda Guerra praticamente monopolizava os interesses no noticiário internacional.

- 5) “Informações e Comentários”: em forma de notas, esta seção publicava notícias e informes sempre acompanhados de opiniões, observações, explicações, análises, censuras e / ou críticas da redação. Com o título “FALTA DE

³³ Sobre como este processo de “vivificação” do passado foi central no projeto ideológico da revista *Cultura Política*, importante periódico do Estado Novo, editado pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), ver Velloso (1982, p. 83).

CIVISMO?” a nota presente nesta seção, em 1942, exemplifica tal tendência opinativa, expressa, neste caso, pela ironia:

“Durante vários dias do mês, estive em trabalho no Palácio do Itamarati, a III REUNIÃO DE CONSULTA DOS CHANCELERES AMERICANOS. (...).

Novidades sensacionais deviam interessar dessa forma o numeroso público brasileiro, na Capital e nos Estados. (...).

Um transeunte atreve-se a uma pergunta diante do povo aglomerado em torno do rádio de um café.

- E o resultado?

- Argentinos, dois a um!

E o foot-ball era a razão de todo esse interesse.

Não precisamos continuar no comentário...” (Informações e Comentários, fev. 1942, p. 152-3).

- 6) “Legislação Militar”: compunha-se de resenhas de decretos, regulamentos, leis, atos e avisos caracteristicamente militares, reportando-se principalmente ao *Diário Oficial* e ao *Boletim do Exército*, mecanismos de publicação diária do governo e do Exército, respectivamente.
- 7) “Livros e Autores”: trazia sugestões de leitura, resenhas e informações sobre escritores e seus livros (militares ou civis). Registrava-se, nesta seção, o recebimento (às vezes, em forma de permuta com números de *Nação Armada*) de livros e periódicos do Brasil e do exterior.
- 8) “Mês Militar”: noticiário mensal de acontecimentos da caserna, tais como comemorações, publicações, aposentadorias de militares considerados importantes, etc.
- 9) “O Momento Internacional”: como dito acima, esta seção teve curta duração. Ela divulgava informações sobre as relações entre os países e / ou exércitos dos países envolvidos direta ou indiretamente na Segunda Guerra Mundial. Como o assunto da guerra quase praticamente monopolizava a referida seção, as informações de natureza mais geral foram distribuídas para outras seções e os textos específicos sobre o segundo conflito mundial foram direcionados para a seção “A Guerra na Europa” (que depois se transformou em “A Guerra”), extinguindo-se então a seção “O Momento Internacional”.
- 10) “Noticiário”: em forma de notas curtas, veiculava informações sobre decretos, assunções de cargos, abertura de concursos, recrutamento e dispensa de contingentes, inaugurações, ampliações ou liberação de verbas de (para) unidades militares.
- 11) “Serviço Militar”: com as tensões da proximidade da Segunda Guerra, destinava-se a esclarecer sobre mecanismos e problemas (inclusive sanitários)

relacionados ao alistamento e ao serviço militar, incentivando-os e destacando-se sua importância.

Os textos examinados na presente pesquisa são oriundos de todas estas seções, com exceção de “Legislação Militar”, que, como dito, publicava (ou anunciava a publicação simplesmente) resenhas de leis, regulamentos e decretos, com os seus respectivos veículos de divulgação (o *Diário Oficial* ou o *Boletim do Exército*).

Os editoriais de *Nação Armada* tinham como marcas importantes o fato de que, além de indicar os conteúdos temáticos para cada número da revista, em geral não perdiam o contato com o cotidiano, com as “efemérides” militares / nacionais e com o mundo das decisões políticas nos níveis nacional e internacional. Em seu primeiro editorial, a referida publicação expressava suas características mais substantivas, suas preocupações e seu teor:

“Esta revista é dada à publicidade num momento singular da história do mundo e do Brasil.

Na Europa, a eclosão da guerra, novamente arrastando os povos para resolverem pelas armas, à bruta, as suas pendências e questões, muito ao vivo adverte os líricos e os fracos de que, infelizmente, a civilização ainda não conseguiu banir a força como elemento de solução nos conflitos entre os Estados.

(...)

Quanto ao nosso momento, é fora de dúvida que, com o 10 de novembro, foi creado um clima sensivelmente mais favorável para o desenvolvimento do país, a compreensão dos nossos destinos e a firme decisão de dar à nossa Pátria a armadura de aço de que precisa para a defesa de sua soberania” (Editorial, nov. 1939, p. 1-3).

A associação direta entre o cenário internacional da guerra, qualificado como justificativa concreta do uso da força como caminho inevitável da “civilização”, e o cenário do Estado Novo, valorizado como novo e fecundo horizonte para a “pátria”, apresenta-se como a síntese emblemática da legitimidade e do protagonismo que o Exército reivindicaria como responsável por dotar a nação da “armadura de aço” que a conduziria em ambos os cenários.

A preparação para a guerra e para a “defesa da pátria”, a construção, o “desenvolvimento” e o “crescimento” nacionais foram itens presentes no substrato temático da revista em todo período da sua existência. Estes itens, sob o Estado Novo, alicerçaram a elaboração, de acordo com *Nação Armada*, da idéia de “novo” deste período do primeiro governo Vargas.

A revista *Nação Armada* foi pouco abordada e/ou citada pela historiografia. José Murilo de Carvalho (2005), por exemplo, utilizou artigo da revista, publicado em 1945, para corroborar a idéia de que o sistema de promoção do Exército na ocasião, dependente em parte de contatos políticos, era um dos mecanismos que facilitava a interferência política externa naquela instituição (Carvalho, 2005, p. 91-92). O referido artigo de *Nação Armada*, citado por Carvalho, constituía uma crítica à interferência política nas promoções no Exército. Servia, portanto, como uma “sugestão” de seu autor, o Capitão Paulo de Andrade, para a valorização de princípios hierárquicos e meritocráticos no sistema de promoções (Andrade, dez. 1945).

Robert A. Hayes, analista norte-americano da história do Exército brasileiro, chama a atenção, por sua vez, para a importância mais ampla da revista no que concerne ao debate sobre a nação naquele momento:

“Com a criação do Estado Novo, a Revista Militar Brasileira dedicou-se a assuntos técnicos, tendo surgido uma nova publicação, *Nação Armada*, para a abordagem de temas relacionados ao seu título. Um exame de publicação e das áreas da vida nacional que ela procura abranger proporciona uma boa apreciação do objetivo virtualmente ilimitado da aplicação do conceito de nação armada, que tem grande importância na mística militar” (Hayes, 1991, p. 168).

É importante o comentário relativo ao título da publicação. Conforme ressaltou Hayes, ele refletia o desejo e as balizas ideológicas de seus organizadores no que se referia ao papel do Exército e sua relação com a sociedade: toda a nação (militarizada) preparada para enfrentar os “dilemas” daqueles “tempos difíceis”.

2.2 - “Um brilhante escritor militar”: o criador de *Nação Armada*.

Francisco Affonso de Carvalho, fundador e diretor de *Nação Armada*, à época major do Exército brasileiro, foi homem de encorpada vida política e literária³⁴. Filho do Coronel Antônio Afonso de Carvalho, nasceu em 1897 e realizou seus estudos secundários em São Paulo, na cidade de Lorena, de onde partiu para o Rio de Janeiro.

³⁴ Sobre Affonso de Carvalho, ver Affonso de Carvalho. Dados biográficos... (2009), Santos (1960), Beloch, Abreu (1984) e Menezes (1978), bem como suas próprias obras (Carvalho, 1931; 1933; 1937; 1976).

Em 1915, ingressou na Escola Militar de Realengo. Affonso de Carvalho, como era conhecido e citado, encontraria ambiente renovado nesta instituição. Aberta em 1911, a Escola de Realengo converteu-se em reduto dos “Jovens Turcos”³⁵ e foi caracterizada por um rigor militar modernizador no ensino e na disciplina, em contraponto à tradição dos “bacharéis fardados” (Carvalho, 2005a, p. 25).³⁶

Em 1921, já primeiro-tenente, Affonso de Carvalho, através do Clube Militar, participou de forma bastante ativa na reação ao episódio das “cartas falsas” ofensivas ao Exército, publicadas pelo *Correio da Manhã*, atribuídas a Artur Bernardes, então candidato à Presidência. Bernardes chegou à presidência carregando um ar de incompatibilidade com as Forças Armadas.

Promovido a capitão, em 1924, Carvalho cursou a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais em 1929, ano tenso no cenário nacional e internacional. Apoiou, no ano seguinte, o movimento liderado pelo grupo de Vargas. Logo em seguida, em 1931, Carvalho publicou seu livro, o testemunho-ficção denominado *1ª bateria, fogo!*, revelando as suas experiências com o episódio da derrubada do governo de Washington Luís. De narrativa ora factual, ora romanceado, o livro trata dos eventos, antecedentes e forças políticas que concorreram e fizeram parte do que se convencionou chamar de “Revolução de 1930”. Em sua capa, com desenho de Alberto Lima (parceiro de Carvalho em diversos projetos, inclusive *Nação Armada*, da qual foi Redator Artístico), estava estampada a significativa frase: “O verdadeiro Livro da Revolução”.

Tal obra busca destacar o conjunto de temas, posicionamentos e ações políticas e militares que deram origem à derrubada de Washington Luís e à instauração de um governo provisório, com o frescor (e os sentimentos) da proximidade dos acontecimentos. Com destaque para as ações na cidade do Rio de Janeiro, este autor

³⁵ Jovens oficiais que tiveram formação germanófila na gestão de Hermes da Fonseca como titular da pasta da Guerra no governo de Afonso Penna (1906-1909). Estes oficiais participaram de treinamentos (arregimentados) junto ao Exército Alemão, um dos mais bem organizados do mundo na ocasião. Tal fato deu corpo ao ímpeto pela modernização do Exército brasileiro, preconizado por Hermes da Fonseca, desdobrando-se em transformações nos currículos, regimentos e mecanismos de seleção e formação de oficiais, bem como engrossou o coro pelo sistema do sorteio (tido como “democrático” e “nacional”) no recrutamento de praças. Eram chamados assim (muitas vezes pejorativamente) por serem comparados aos oficiais que protagonizaram transformações de cunho nacionalista e militarista na Turquia, no início do século XX, e que, posteriormente auxiliaram na criação do novo Estado laico na Turquia, liderados por Kemal Atatürk (Araújo, 2000; Beattie, 2001; Carvalho, 1985; 2005a).

³⁶ Ver Carvalho (2005a) acerca das disputas que foram travadas dentro e fora do Exército em torno da formação dos oficiais no início do século XX, mais especificamente os esforços para acabar com uma tradição literária e humanista das instituições de ensino militar presente desde o século XIX.

transformou a Fortaleza de Santa Cruz (fortificação localizada na entrada da Baía de Guanabara, na cidade de Niterói, onde Carvalho serviu durante algum tempo) em epicentro de sua narrativa. Sobre as disputas para derrotar as forças legalistas que defendiam um governo já enfraquecido, Affonso de Carvalho fez a seguinte descrição:

“Fogo! E novos estrondos rebôam por toda a Fortaleza!

Começa, então, a symphonia dos canhões.

São João tambem salva. Segue-se a Fortaleza de Lage. São Luiz já está atirando.

(...)

E Vigia e Copacabana completam a formidavel orchestra de Plutão, cada fortaleza dando quinze tiros, correspondentes aos quinze Estados que já se acham fóra da autoridade de Sr. Washington Luis.

(...)

Que será do Governo do Sr. Washington Luis a estas horas?

Parece que não ha duvida...

- Um Governo deposto... e com tiros de polvora seca...” (Carvalho, 1931, p. 107-9).

Neste livro, que contou com críticas e resenhas positivas do *Correio da Manhã*, de *O Malho*, do *Jornal do Commercio*, de *A Noite* e de *O Globo*, Affonso de Carvalho desenhou o governo de Washington Luís (e a estrutura política nacional) como corrupto e mantenedor das forças tradicionais e desnacionalizadoras no país. No entanto, ainda segundo Carvalho, seria necessário que as “forças revolucionárias” fossem além da deposição do presidente e tocassem em frente um projeto de mudanças no Brasil:

“O antigo edificio da Republica Velha foi destruido.

(...)

Revolução não pode unicamente confinar-se ao papel policial de refrescar o rescaldo e fazer guardar os escombros por uma guarda civil... A 24 de Outubro terminou a ‘phase muscular’ para nos servirmos da expressão de Spengler. Estamos em plena phase espiritual, creadora e constructiva. Na primeira, exige-se a espada, o canhão. Na segunda, uma cousa só – a intelligencia”(Carvalho, 1931, p. 207).

Carvalho participou, teorizou, produziu textos e livros e abraçou as bandeiras que mobilizaram os eventos de 1930, dos quais participou diretamente. Iria participar também de modo efetivo das transformações e tensões que se desenrolariam nos anos seguintes. Foi designado, em dezembro de 1932, interventor federal em Alagoas, cargo

que exerceu até março de 1934. Nesta época, ainda como interventor, fundou, em seu estado natal, em 1933, o Partido Nacional (PN), que conseguiu eleger toda a bancada alagoana para a Assembléia Nacional Constituinte neste mesmo ano. Carvalho era o então presidente da comissão executiva deste partido.

Após deixar a interventoria, Affonso de Carvalho, trabalhando no 2º Grupo de Artilharia de Costa, na Fortaleza de São João, no Rio de Janeiro, aproximou-se das idéias integralistas e produziu textos e livro apoiando a Aliança Integralista Brasileira (AIB), Plínio Salgado e o ideário que difundiam³⁷. Sua obra *O Brasil não é dos brasileiros* (1937) foi publicada pela Editora Revista Panorama, a mesma de vários livros de expoentes do integralismo como Miguel Reale e Gustavo Barroso, assim como do próprio Plínio Salgado. Neste livro, Carvalho afirma, através de uma análise da história do Brasil desde o século XIX, que a situação do país era ruim do ponto de vista da salvaguarda e da valorização de suas forças nacionais. Sua política, seu território e sua economia estavam impregnados de elementos e “forças” estrangeiras (ou desnacionalizantes, como os ingleses, os norte-americanos, o capital estrangeiro, os judeus). Seria preciso, portanto, buscar um caminho possível e concreto para reverter a situação “negativa”, instaurada pelo que ele chamou de “poder oculto”, que desvalorizava e minava a nacionalidade (Carvalho, 1937, p. 24).

“Só um povo, forte pela consciencia que tem do seu valor e dos destinos da sua Patria, forte pelo vigor com que sabe defender seus direitos; forte pela eficiencia das suas forças armadas, pode dar base physica ao verdadeiro e sadio nacionalismo.

O Integralismo é mais que uma escola, é a forja onde se pode plasmar um povo com essa tempera.

Só os povos fortes têm o direito de viver. Sómente fortes poderemos realizar o sonho de todos os que luctaram, trabalharam, morreram, pensando na Patria Maior.

E, então, com essa escola de energia e nacionalismo: O BRASIL SERÁ DOS BRASILEIROS!” (Carvalho, 1937, p. 190-1).

A perspectiva integralista de Affonso de Carvalho teve o mesmo destino das de outros personagens menos ou mais destacados. Após as movimentações de caráter golpista contra Vargas e os expurgos de 1938 (Plínio Salgado, por exemplo, exilou-se em Portugal), a AIB foi abafada pelas forças militares do Estado Novo e alguns

³⁷ Sobre a discussão historiográfica acerca de a Aliança Integralista Brasileira (AIB) ter sido (ou não) um movimento fascista no Brasil, ver Maio, Cytrinowicz (2003).

membros, como Gustavo Barroso, foram absorvidos (e neutralizados) pela estrutura estadonovista (Maio, Cytrinowicz, 2003, p. 47-48). Carvalho inclinou-se mais ainda em direção a Vargas e ao Estado Novo, elogiando-os e defendendo seus ideais através, sobretudo, das páginas da revista *Nação Armada*.

Como major, cujo posto havia atingido em maio de 1935, representou, em 1939, o Exército brasileiro nas comemorações da independência da Argentina e, cumprindo o mesmo papel, viajou a Portugal, em 1940, por ocasião das celebrações centenárias (“Comemorações Centenárias da Nacionalidade”) deste país. De 1938 até 1941, serviu no Gabinete do Ministro da Guerra, o General Eurico Gaspar Dutra, evidenciando, assim, uma posição de proximidade aos círculos de poder e aos grupos de decisão. Nesse momento, Carvalho produziu duas de suas maiores obras, pelas quais obteve reconhecimento: a biografia de Luiz Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, publicada em 1938, e a revista *Nação Armada* (1939).

O livro *Caxias* (Carvalho, 1976) foi dedicado à narrativa da história pessoal e profissional daquele que se tornaria o grande símbolo do Exército brasileiro. O culto a Caxias (e o livro de Affonso de Carvalho pode ser considerado parte disso) foi construído e ganhou enorme valor nos meios militares entre as décadas de 1920 e 1940, em detrimento ao culto a Manuel Luís Osório (General Osório, tido como maior herói militar brasileiro da virada do século XIX para o XX), comandante das forças brasileiras na maior batalha da Guerra do Paraguai, a Batalha de Tuiuti, em maio de 1866 (Castro, 2002, p. 13). O livro de Carvalho, caracteristicamente monumentalizador de seu personagem-título, traçava principalmente a predestinação de Caxias ao heroísmo e à distinção, estabelecendo a clara associação entre “soldado” e “cidadão”:

“A linha brilhante da hereditariedade prenuncia-lhe inevitável predestinação de glórias, e glórias militares.

(...) várias gerações de militares se sedimentaram através de séculos, refinando-se com o tempo, até chegar à culminância de um soldado da grandeza de Caxias, cujo conjunto de virtudes militares, morais e cívicas lhe dá o justo direito de ser considerados como um dos mais perfeitos cidadãos da humanidade e dos mais gloriosos cabos-de-guerra que já têm existido” (Carvalho, 1976, p. 4-5).

Ao mesmo tempo em que foi reconhecido como um valoroso escritor, jornalista e crítico, sobretudo nos meios militares, Affonso de Carvalho também ampliou sua participação e sua confiança junto aos homens que ocupavam os altos cargos da

hierarquia estatal e do Exército principalmente. Gustavo Capanema, Ministro da Educação e Saúde do Estado Novo, e homem forte deste regime, por quem Carvalho foi tratado como “amigo”, revelou por carta a sua aproximação com o referido criador de *Nação Armada*, com quem compartilhou as incursões pelas letras e por “escritos patrióticos”:

“Prezado amigo major Affonso de Carvalho:

Tenho o prazer de oferecer-lhe um exemplar do livro, que acaba de ser publicado pelo Ministério da Educação: Gaspar Berlú – O Brasil hollandez sob o conde Mauricio de Nassau.

Nesta oportunidade, agradeço-lhe cordialmente o offerecimento de um exemplar de sua Anthologia patriótica, livro do mais alto merecimento, inspirado em elevado patriotismo e feito com maestria, e que por tudo isto merece ampla divulgação em nossos meios escolares.

Captivou-me de modo especial a inclusão nessa selecta de um desvalioso trecho de minha autoria” (Capanema, 4 maio 1940).

O livro ao qual Capanema se refere é *Antologia Patriótica*, organizado por Affonso de Carvalho e editado pela José Olympio em 1940, contendo texto deste referido ministro de Estado. A obra, dividida em três partes, é composta por textos de vários autores (de diferenciadas matrizes intelectuais), com forte teor nacionalista, que versam sobre a “grandeza” de diversas personalidades do “panteão nacional” e dos “feitos heróicos” que marcaram suas trajetórias. Sem informar a data e o local da publicação original destes textos, esta compilação de Carvalho conta com escritos de Olavo Bilac, Rui Barbosa, Coelho Neto, Euclides da Cunha, Cassiano Ricardo, Castro Alves, Gustavo Barroso, Pandiá Calógeras, Joaquim Nabuco, dentre muitos outros, divididos entre as seções “A Pátria e a Bandeira”, “Grandes vultos do Brasil” e “Pátria gloriosa”. O texto de Gustavo Capanema é uma homenagem a figura de Caxias, cuja vida pública, segundo este ministro, “deu ordem ao caos e unidade à divisão”, garantindo “a nossa permanência, a nossa intangibilidade e o nosso brio” (Capanema, 1940, p. 179-80).

Ao servir no Gabinete do Ministro da Guerra, Carvalho fazia-se parte constituinte – ainda que em papel secundário – dos núcleos de decisão dos assuntos de “segurança nacional”, atuando como homem de confiança da chefia militar. Sua aproximação e convivência com a cúpula militar / estatal lhe conferiram um destaque e uma importância como militar e escritor, jornalista e analista do papel do Exército (e das Forças Armadas em geral) na sociedade (Figuras 11 e 12). Capitaneando

reclamações de alguns generais e preocupado com a “segurança nacional”, Eurico Dutra deu a atribuição a Affonso de Carvalho de mediar, em nome dele, um diálogo com o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), de modo que este órgão tomasse as “providências necessárias” diante de algumas letras de samba que eram transmitidas na “Hora do Brasil”. Em telefonema³⁸, Carvalho expos o problema para o diretor do DIP, Lourival Fontes³⁹:

“De fora, Maj. Afonso de Carvalho fala com Lourival.

Af.: - Vários generais fizeram ver, ao ministro, a inconveniência de certas letras de sambas, irradiados na Hora do Brasil. O ministro, então, mandou que eu falasse com você, para chamar a atenção dessas pessoas encarregadas das irradiações.

Lo.: - Até agora, o controle das letras era feito pela Polícia, mas, daqui por diante, será feito por mim.

Af.: - O ministro reconhece que, agora, por estar-se num período de transição, deverá acontecer isso mesmo.

Lo.: - Pode dizer-lhe que levarei, na devida consideração, a reclamação, porquê, realmente, ela tem fundamento. A responsabilidade das letras, agora, será minha.

Af.: - Há outros assuntos, sobre o exército e propaganda, a respeito dos quais me mandou falar consigo, mas, para isso, há tempo.

Lo.: - Então, 2ª feira, você me procure.

Af.: - Está certo.

Despedem-se” (Conversa telefônica..., 6 jan. 1940).

Na ocasião de sua despedida do Gabinete do Ministro da Guerra, onde solidificou a imagem de militar comprometido com as questões políticas, tanto do Exército, quanto da vida nacional, Affonso de Carvalho, já no posto de tenente-coronel (um dos motivos de sua transferência do gabinete foi sua promoção), escutou com orgulho o aviso público do próprio Dutra:

³⁸ Este documento encontra-se no Arquivo Getúlio Vargas, do CPDOC/FGV. É uma transcrição de conversa telefônica entre Affonso de Carvalho e Lourival Fontes (GV confid 1940.01.06).

³⁹ Lourival Fontes, nascido em Sergipe, em 1899, numa família simples, bacharelou-se em Direito, no Rio de Janeiro, em 1922. Colaborou, desde a juventude, com jornais e revistas, dentre eles o *Jornal do Povo* e o *Diário da Manhã*, ambos de Aracaju. No Rio de Janeiro, foi crítico da “República Velha” e apoiou a Aliança Liberal, aproximando-se de Getúlio Vargas, a quem foi muito ligado em toda a vida pública deste após 1930. Fundou a revista *Hierarquia*, considerada de tendência fascista, através da qual nutriu admiração por Mussolini. Com o Estado Novo, ocupou cargo estratégico no DIP (1939-42), publicando, regulamentando e censurando em nome daquele regime. Foi também Chefe do Gabinete Civil da Presidência no segundo governo Vargas e, também, senador por Sergipe entre 1955-63. Morreu em março de 1967 (Beloch, Abreu, 1984, p. 1309-12).

“O tenente-coronel, Francisco Affonso de Carvalho é nesta data desligado do meu gabinete. Ao exonerá-lo cumpre-me realçar os seus méritos e os inestimáveis serviços que me prestou. O tenente-coronel Affonso de Carvalho que é, sem favor, um brilhante escritor militar, desempenhou-se muito bem de todos os assuntos que lhe foram afetos. É um oficial de altos dotes intelectuais, criterioso, discreto – de irrepreensível conduta e de grande iniciativa. Louvo-o pelos serviços que me prestou e desejo que, nas novas funções, suas qualidades e seu entusiasmo ponham mais uma vez em realce as profissionais” (Desligado..., jul. 1941, p. 154).

Affonso de Carvalho passou a ser comandante da Fortaleza de Santa Cruz, na cidade de Niterói, vizinha ao Distrito Federal e, posteriormente, da Fortaleza de São João, no Rio de Janeiro. Com o fim do Estado Novo, filiou-se ao Partido Social Democrático (PSD), legenda pela qual foi eleito deputado, por Alagoas, à Assembléia Nacional Constituinte, onde participou das discussões que levaram à construção da nova Carta, em 1946. Depois da promulgação desta, Carvalho passou a ocupar uma cadeira na Câmara Federal, onde permaneceu até 1951, já como Coronel (promoção conseguida ainda em 1946) e na reserva do Exército. Sua atuação como deputado foi discreta, não ocupando a liderança de seu partido, o PSD, nem participando da Mesa Diretora ou da Comissão de Constituição. Durante a presidência de Eurico Dutra, Carvalho só se fez pronunciar em pouquíssimos episódios das discussões parlamentares. Na 30ª Sessão, em 21 de março de 1946, por exemplo, Affonso de Carvalho, em tom de repreensão, protestou, em apoio ao deputado Barreto Pinto (PTB – DF), contra a intervenção que o deputado José Augusto (UDN – RN) fizera ao discurso daquele deputado petebista. O referido pronunciamento de Barreto Pinto dizia respeito à declaração (lida por este em plenário) que Luiz Carlos Prestes teria feito sobre o fato de que “o PCB [partido de Prestes] combateria uma guerra imperialista contra a URSS” mesmo se o Brasil estivesse do lado oposto àquele país. De acordo com a suposta fala de Prestes, o Partido Comunista agiria como “a resistência francesa, o povo italiano, que se ergueram contra Pétain e Mussolini”, combatendo um governo brasileiro que quisesse a volta do fascismo. O anticomunismo de Affonso de Carvalho não deixou passar em branco a interrupção feita por José Augusto, que considerou o discurso de Barreto Pinto “deveras prolongado”. Carvalho intercedeu por considerar o referido discurso sobre a fala de Prestes como algo que tratava dos “altos interesses da defesa nacional” (República dos Estados Unidos do Brasil, 1947, p. 235-237).

Affonso de Carvalho foi membro do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB)⁴⁰, ocupando a cadeira número 6, cujo patrono era o General Antônio José Dias de Oliveira. O referido Instituto era voltado para os estudos e os debates acerca de História e Geografia Militar e do Brasil, assim como da Estratégia e Geopolítica. Nasceu no Clube Militar, em novembro de 1936, sob a denominação de Sociedade Militar Brasileira de História e Geografia. Participaram de sua fundação alguns militares de destaque nacional, tais como os generais Cândido Rondon, Augusto Tasso Fragoso, Emílio de Souza Docca e Estevão Leitão de Carvalho, bem como o então tenente-coronel Francisco de Paula Cidade (um dos fundadores da revista *A Defesa Nacional* e colaborador de *Nação Armada*) e o, na época, Capitão Severino Sombra de Albuquerque. Motivado pelo interesse de vários militares da Marinha e do Exército, o Instituto ocupou diversas instalações, militares e civis, entre elas a do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e o Palácio Monroe, quando ali funcionou entre, 1970 e 1974, o Estado Maior das Forças Armadas (Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, 2010).

Nas palavras de Eurico Dutra, citadas mais acima, Affonso de Carvalho (que faleceu em 1953) destacou-se como importante e influente “escritor-militar”; nesse sentido, é possível caracterizá-lo como um intelectual no sentido mais amplo⁴¹. Além de ter fundado e dirigido a revista *Nação Armada*, Affonso de Carvalho foi autor de obra relativamente extensa, incluindo romances, contos, poesias e coletâneas⁴², sendo conhecido no meio militar como autor de importantes biografias de Bilac, Caxias e Barão de Rio Branco. Alguns destes livros foram publicados pela editora José Olympio,

⁴⁰ O IGHMB é uma associação de caráter cultural e científico, não fazendo parte da estrutura do Exército ou do Estado. É filiado, na qualidade de representante do Brasil, à Comissão Internacional de História Militar. Desde 1998, funciona na “Casa Histórica de Deodoro”, na Praça da República, no Rio de Janeiro, logradouro da Proclamação da República em 1889 (Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, 2010).

⁴¹ Velloso (2003) e Pécaut (1990) convergem na acepção de “intelectual” no que diz respeito ao período das décadas de 1930 e 1940. Para estes autores, os intelectuais desta época identificaram o Estado como a suma representação da idéia de nação, sendo ele responsável pela organização social e cultural. Ainda que com posições e perspectivas diversas, os intelectuais, naquele momento, propuseram-se a auxiliar o Estado nesta tarefa de construção da nacionalidade. Ver, também, entre outros, Oliveira, Velloso, Gomes (1982) Oliveira (1999) e Bomeny (2001).

⁴² Além das obras já citadas (Carvalho 1931; 1937; 1940; 1976), Affonso de Carvalho publicou: *Poemas parnasianos* (1920), *Vale a pena acordar amanhã?* (1920), *Capacete de aço* (1933), *Viagem pelo Brasil* (1935), *Teu filho não voltará mais* (1941), *Bilac, o homem, o poeta, o patriota* (1942), *Poesias* (1943) *Rio Branco* (1945), dentre outros. Colaborou com muitos jornais e revistas, muitas vezes sob os pseudônimos de Frota, Mimi da Boemia, Mario Tosca ou Frei Gaspar. Escreveu para a imprensa, colaborando com *O Jornal*, *Revista da Semana* e *O Radical*, além de ter escrito peças teatrais como *O Chalaça* e *A pálida madona* (ato dramático de 1922). Foi membro da Sociedade Brasileira de Autores Teatrais.

o mesmo grupo editorial que distribuía *Nação Armada às livrarias*. Criada por José Olympio Pereira Filho em 1931, na cidade de São Paulo, a Livraria José Olympio Editora transferiu-se para o Rio de Janeiro em 1934, transformando-se numa das maiores editoras brasileiras nas décadas seguintes, publicando livros de importantes intelectuais, como Manuel Bandeira, José Lins do Rego, Rachel de Queiroz, Jorge Amado, Graciliano Ramos, Guimarães Rosa, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, entre outros.⁴³

Em prefácio à edição de 1976 da obra *Caxias*, de autoria de Carvalho, Pedro Calmon, destacado intelectual e político brasileiro, então presidente do IHGB, afirmou ter tido Caxias vários biógrafos, mas nenhum com tanto talento e que o observou “tão completa e sentimentalmente”, já que, além de escritor fluente, “unia as virtudes de primoroso militar, homem portanto à altura do personagem” (Calmon, 1976, p. xiii).

O perfil do intelectual Affonso de Carvalho se coaduna com o próprio perfil da revista *Nação Armada*: um veículo de informação destinado a “falar” à sociedade no seu sentido mais amplo, a divulgar idéias e valores mais gerais sobre a “nova nação” em construção naquele momento. Militar da “arma” de Artilharia, especializado em Artilharia de Costa, cuja característica simbólica principal era a de “vigiar e defender” a nação, Carvalho imprimiu esta marca à revista que criou, já que *Nação Armada* se auto-intitulava “vigilante e defensora” do Brasil (Figura 13, Anexos).

2.3 - Identidade nacional, Exército e guerra em *Nação Armada* e em outras revistas militares.

Em estudo comparativo das revistas *Cultura Política* (do Departamento de Imprensa e Propaganda) e *Ciência Política* (do Instituto Nacional de Ciência Política – INCP), Mônica Pimenta Velloso (1982) adverte para as diferenças de teores e tendências entre as referidas publicações. Caracteriza a primeira delas, por seus temas, estrutura, escritores e estilo discursivo, como uma revista que estaria voltada ao objetivo

⁴³ Ver Soares, Lucilia. *Rua do Ouvidor, 110*. História da Livraria José Olympio. Rio de Janeiro: Jose Olympio, 2006.

de construir conceitos sobre o regime do Estado Novo. A segunda revista (*Ciência Política*), por sua vez, estaria orientada a divulgar as ideologias construídas nas páginas daquela publicação oficial (Velloso, 1982, p. 74-8).

Apesar de ter em suas páginas (embora não de forma sistemática) textos produzidos por ideólogos do Estado Novo (Azevedo Amaral e Francisco Campos, por exemplo), o que é muito significativo de sua importância e abrangência, a revista *Nação Armada* não teve um papel e uma postura “conceitual”, no sentido da constituição dos pensamentos políticos e sociais básicos ao regime estadonovista. *Nação Armada*, pelo seu teor, seus temas, suas características discursivas e o perfil de seus escritores, marcou mais posição como uma publicação do Exército brasileiro no Estado Novo, pela afirmação e disseminação das idéias e mitologias dos dois principais personagens militares do período: Eurico Dutra e Góes Monteiro⁴⁴. Em seu primeiro editorial, *Nação Armada* explicitou seu compromisso com a afirmação do Exército como força nacional, evidenciando sua perspectiva de atuar mais no sentido das práticas do que na “construção de conceitos”:

“Reagir contra o narcisismo brasileiro deve ser voz de comando na hora presente. Estamos fartos de ufanismo. Precisamos entrar em confidência com as nossas realidades – boas ou más.

Pobres ou ricos, a hora é de arregaçar as mangas – e trabalhar.

(...)

E, a julgar pelas providências da administração da Guerra [Ministério] e do país, entramos em fase de franco progresso e de confiança na ação dos chefes e do Governo.

Não é outro o objetivo de ‘Nação Armada’ senão êste: de concorrer, também, para a grande obra que está sendo construída e que, como toda criação, não pode dispensar a colaboração sincera do pensamento e da fé, cheia de entusiasmos, dos que não descreem da pujante afirmação do nosso valor e na vocação do Brasil para um advento de merecido esplendor pelas suas forças morais, espirituais e materiais” (Editorial, 1939, p. 4).

⁴⁴ McCann (1982; 2007) e Coelho (2000) demonstram a centralidade destes dois generais na consolidação do Exército como ator vital no Estado Novo. A aliança Getúlio Vargas – Exército, via Dutra e Góes Monteiro, primava pela construção mútua destes dois atores políticos em torno de um projeto de nação que pressupunha uma vida nacional sob a égide do autoritarismo, o Exército como uma “escola” de civismo e da nacionalidade e a preparação para a guerra.

Estavam presentes nesta revista escritos relacionados a diversos aspectos dos quartéis: novidades no campo dos armamentos, táticas e técnicas de guerra, orientação e geografia militar, questões e problemas ligados ao recrutamento, estudos biográficos de personalidades importantes à memória militar. Contudo, eram recorrentes também temas mais gerais, ligados à política, à educação, à literatura e à economia nacional e internacional, com destaque para a Segunda Guerra Mundial e o ambiente do Estado Novo. Urgia, para os signatários e organizadores de *Nação Armada*, resolver “definitivamente” o que consideravam ser o grande problema do povo brasileiro: o caráter difuso (e às vezes a inexistência) dos elementos formadores de uma nacionalidade. A saúde, como veremos adiante, constituía um dos temas centrais para a reflexão, expressa na revista, sobre as condições de possibilidade de uma identidade nacional.

Para Santos (1960), oficial do Exército brasileiro e um importante analista da bibliografia militar do século XX, a referida revista foi de suma importância, por vocalizar idéias que circulavam dentro do Exército e na sociedade, expressando a época em que foi produzida:

"(...) foi a Nação Armada tida como nazista e integralista. Hoje ainda é esta a impressão que dela guardam muitos dos que a conheceram.

O que para nós não apresenta dúvida é que foi uma revista típica do Estado Novo. Aplaudiu-o, defendeu suas realizações, divulgou os discursos dos seus homens mais representativos e, frequentemente, foi 'mais realista do que o rei'" (Santos, 1960, p. 409).

O “rei” em questão é Vargas que, derrubado em 1945 pelos militares que o ajudaram a chegar à presidência e a permanecer no cargo, teria sido menos compromissado, segundo este analista, com os anseios e os destinos do país do que *Nação Armada*. Esta formulação, que criticava a atuação do Presidente Getúlio Vargas e apoiava sua retirada do poder pelo Exército, levou o seu autor a perguntar, neste mesmo trabalho em que avaliava o papel de *Nação Armada*, sobre se “Valeu mesmo a pena a aventura do Estado Novo?” (Santos, 1960, p. 408).

Pelo seu teor característico, citado mais acima, podemos entender *Nação Armada* como uma revista que representou diretamente os esforços dos militares em participar da vida e do debate político do país. Ela deu vazão a pensamentos e teorias, posicionamentos e atitudes, que não encontrariam o mesmo espaço e fluidez em outras publicações e instâncias da vida social: a germanofilia (mesmo após a declaração de guerra contra os alemães), o pensamento autoritário, racista, misógino, eugenista, anti-semita e, por vezes, fascista. No âmbito interno da própria corporação, cumpriu o papel de, num momento em que o autoritarismo estatal estava em vigor com o Estado Novo, alimentar os espíritos mais belicosos. No que se refere à sua interface com a sociedade, buscava apontar os problemas políticos e sociais do país, defendendo e refletindo sobre as ações, os limites, esforços e as responsabilidades do Exército.

Os temas desenvolvidos nas páginas de *Nação Armada* corroboram o conceito de construção identitária brasileira a partir do entrecruzamento das idéias de “Estado forte / centralizador”, “formação / engrandecimento nacional”, “Exército como formador do civismo”, características do chamado pensamento nacionalista autoritário das décadas de 1920, 1930 e 1940 (Fausto, 2001). Azevedo Amaral, em texto publicado em *Nação Armada* que sintetizou este arcabouço ideológico, afirmou estar o Exército brasileiro destinado “a promover a avançada civilização e o progresso político da nacionalidade”, convertendo-se em principal “instrumento propulsor dos empreendimentos civilizadores”, cabendo à sociedade refletir e agir a partir da urgência em:

“formar a mentalidade capaz de pensar militarmente. É preciso varrer as teias de aranha tecidas pelas ideologias inconsistentes com a realidade e enraizar na consciência das novas gerações a convicção de que o Brasil só poderá sobreviver como nação independente, se os brasileiros estiverem preparados física, intelectual e moralmente para enfrentar a guerra, quando ela se tornar inevitável” (Amaral, mar. 1940, p. 30).

A guerra, “real” ou metafórica, servia como motor dos discursos da revista *Nação Armada*, bem como impulsionava a construção de elementos discursivos relativos à “preparação” do Brasil, para que este, “pensando militarmente”, garantisse, assim, sua sobrevivência. Entre esses elementos estaria, como indicado na própria declaração de Amaral, que alude ao “preparo físico” para a guerra, o tema da saúde, visando ao fortalecimento da nação tanto para a guerra quanto para a paz.

A revista *Nação Armada*, fundada e dirigida por militares, e apoiada por pessoas que apostavam no “compromisso” que as Forças Armadas tinham com as “elevadas” questões nacionais, serviu de tribuna para a defesa do Exército como ator importante na construção e na defesa da nação. Para os organizadores e colaboradores deste periódico, no Estado Novo, sob o governo de Getúlio Vargas, tendo Eurico Dutra e Góes Monteiro ao seu lado, o Brasil estava no caminho do “engrandecimento”, afirmando suas “raízes gloriosas” e seu potencial, esquecidos e subestimados anteriormente. Já no primeiro número da referida publicação, em novembro de 1939, o jornalista Otto Prazeres, colaborador da revista, transmitia a idéia da relação estreita entre Exército e nação:

“o intuito destas linhas é mostrar que o exército contemporâneo é a essencia da propria nacionalidade, é o ámago de um povo, é o resultado de um esforço nacional devido ou praticado por todos os nacionais, a nação agindo, a nação vivendo, a nação em plena expansão, a nação garantindo e amparando o seu próprio desenvolvimento” (Prazeres, nov. 1939, p. 16).

Esta perspectiva, que transformava o Exército em sinônimo de nação, da qual a revista *Nação Armada* foi tributária, não era nova e nem cristalizada no tempo. Mais precisamente, este conceito ganhou força no Brasil no início do século XX, a partir das discussões acerca da necessidade da implantação do serviço militar obrigatório através do sorteio, que culminou na promulgação da lei de 1908. Desta forma, o pensamento que defendia o Exército como representação da nação (e vice-versa), ou seja, a idéia de “nação armada”⁴⁵, está relacionado aos debates nacionalistas a partir das primeiras décadas do século XX, cujos maiores expoentes teriam sido os discursos de Olavo Bilac (1917) e sua “campanha patriótica”.

Nesse sentido, esta questão da relação Exército – nação perpassava pelas ligações que este mesmo Exército travava com a sociedade, sobretudo através dos distintos mecanismos de recrutamento utilizados. Para os escritos de *Nação Armada*, a entrada dos indivíduos nas fileiras do Exército, “democratizadas”, “universalizadas” com a legislação de 1908, que só entrou em vigor em 1916⁴⁶, era um dos pontos nevrálgicos do fortalecimento dos ideais de “identidade nacional”, “civismo” e

⁴⁵ Sobre a idéia de “nação armada” ou “soldado-cidadão”, ver McCann (1982; 2007) e Carvalho (1985; 2005a).

⁴⁶ Ver Carvalho (1985; 2005a), McCann (1982; 2007) e Beattie (2001) sobre as agitações e os calorosos debates, dentro e fora do Exército, acerca da lei de serviço militar de 1908.

“patriotismo”, sob o ideal da homogeneidade, idéia tão cara ao “espírito militar”, como indicou Castro (1990):

“Desde o momento em que foi estabelecido o serviço militar sem distinção de classes começou a mistura do soldado com o cidadão, numa comunidade de vida, de interesses de todo o gênero.

Deu-se, então, a profunda modificação do soldado, que deixou de ser o indivíduo separado para ser o próprio cidadão, numa mistura completa formando a fundamental argamassa de uma nacionalidade” (Prazeres, nov. 1939, p. 16).

Os escritos de *Nação Armada*, de forma hegemônica, difundiam esta noção de que só o Exército brasileiro seria capaz de representar e conduzir a nação ao seu “glorioso destino”. Este papel que somente o Exército brasileiro poderia desempenhar só se tornaria possível sob os “auspícios” do governo de Getúlio Vargas. Em artigo intitulado “Si vis pacem, para bellum” (expressão em latim que significa algo como “se queres a paz prepare-se para a guerra”), Achiles Lisbôa manifesta sua convicção de que, no Estado Novo, tudo estava sendo feito no sentido de criar condições sociais, políticas e culturais para a “coesão” e o “crescimento” nacional:

“Felizmente para nós, já o Governo brasileiro iniciou com alta visão patriótica, digna de louvores, o preparo da nossa defesa propriamente bélica, de modo a infiltrar no ânimo da Nação a confiança e a tranquilidade do futuro. Complete-se este programa de segurança nacional com a militarização dos nossos serviços públicos que dizem respeito com o saneamento, o ensino, o fomento agrícola, o transporte, etc., intensificando-se cada vez mais o sorteio militar obrigatório, e o Brasil, sem dúvida alguma, estará cabalmente preparado para a vitória nas lutas econômico-sociais, cheias de surpresas e de riscos, que sobrevirão ao cataclisma atual das nações envolvidas na guerra.

Só o patriotismo dos ‘fortes’ e não dos ‘débeis’, convem como o princípio verdadeiramente regulador dos destinos das nações” (Lisbôa, dez. 1940, p. 103).

A aliança Exército – Getúlio Vargas, de acordo com *Nação Armada*, atendia aos anseios pela defesa nacional, cujas ações não deveriam se restringir aos aspectos puramente bélicos. Nesta visão, a “militarização” da vida nacional, abrangendo questões referentes à saúde pública, aos transportes, à indústria, à educação, dentre outras, fazia com que elas pudessem ser, de fato, encaminhadas e resolvidas para o bem da “segurança nacional” e das perspectivas de um “futuro” para os “fortes”.

Outras publicações militares também primavam pela discussão e delimitação da grande importância do Exército brasileiro no Estado Novo. Entretanto, fizeram isto de maneira diversa à da revista *Nação Armada*, cada uma delas marcada pelo arcabouço

social e ideológico ao qual estavam vinculados. Um destes periódicos foi a revista *A Defesa Nacional*, publicada desde 1913 até os dias atuais.

A criação de *A Defesa Nacional* ocorreu no contexto dos debates sobre o papel do Exército na sociedade na década de 1910. Esta discussão tinha como um dos pontos principais a questão do serviço militar obrigatório, cuja legislação tinha sido aprovada no governo de Affonso Penna, em 1908, a partir de intensa mobilização do então Ministro da Guerra Hermes da Fonseca. O grupo criador⁴⁷ de *A Defesa Nacional* contava, principalmente, com oficiais subalternos (tenentes e capitães) que haviam servido na Alemanha, assim como com a participação de outros oficiais entusiasmados com o aprendizado daqueles diante do exército germânico e o ímpeto “modernizador” que eles atribuíam a este aprendizado. Estes referidos oficiais (os chamados “jovens turcos”) foram considerados uma novidade, um “fenômeno” nas fileiras do Exército brasileiro, por terem uma boa instrução formal e, ao mesmo tempo, serem capazes de comandar tropas. Estavam, portanto, se diferenciando tanto dos “doutores” e dos “tarimbeiros”⁴⁸ (McCann, 2007, p. 216-217).

A revista *A Defesa Nacional*, que tinha como subtítulo “Revista de assumptos militares”, contava com uma estrutura relativamente fixa e organizada. Seu primeiro número, de 10 de outubro de 1913, tinha como redatores os Primeiros Tenentes Bertholdo Klinger, Estevão Leitão de Carvalho e Joaquim de Souza Reis. Os primeiros exemplares tinham periodicidade mensal, publicados em volumes trimestrais, com um número médio de páginas em torno de 35. A disposição interna desta revista estava assim organizada: “Editorial”, “Parte Jornalística”, “Noticiário” e “Bibliographia”.

A “Parte jornalística” era caracterizada por artigos assinados por colaboradores (fundadores ou não) que tratavam principalmente de temas militares, sempre levantando questões mais amplas de organização, métodos, técnicas, memória e características

⁴⁷ Foram fundadores da revista *A Defesa Nacional*: Estevão Leitão de Carvalho, Mario Clementino de Carvalho, Joaquim de Souza Reis, Bertoldo Klinger, Francisco de Paula Cidade, Brasílio Taborda, Epaminondas de Lima e Silva, Cesar Augusto Parga Rodrigues, Euclides Figueiredo, José Pompeo Cavalcânti de Albuquerque, Jorge Pinheiro, Amaro de Azambuja Villa Nova (Editorial, out. 1913, p. 2).

⁴⁸ “Doutores” eram os oficiais dotados de um tipo de formação importante da virada do século XIX para o XX que primava pela educação filosófica (positivista). “Tarimbeiros” eram os militares cuja ascensão dentro da hierarquia militar prescindiu da educação formal, levando-se em consideração somente o tempo e as experiências na caserna. Em geral, acreditava-se que aqueles não sabiam comandar tropas e que estes não tinham o letramento necessário (McCann, 2007, p. 216).

“essenciais e espirituais”, como táticas e armamentos, especialidades das Forças Armadas (sobretudo do Exército: artilharia, cavalaria, engenharia, etc.). No “Noticiário”, estavam presentes escritos relacionados aos acontecimentos contemporâneos e cotidianos, bem como aos temas militares tidos como mais urgentes. Em formatos de notas, ora curtas, ora extensas, os temas giravam em torno dos problemas e acertos das Forças Armadas, suas características e símbolos, revelando a importância dos militares e o nível de participação deles na sociedade. A parte denominada “Bibliographia” abrangia resenhas e indicações de leitura, bem como avisos de lançamentos de títulos.

A Defesa Nacional nasceu com a intenção e a marca de ser uma revista militar “profissional” (Beattie, 2001, p. 208), capaz de dar vazão às idéias específicas dos “jovens turcos”. Nesse sentido, ela estava ligada a um grupo substantivo do Exército preocupado com a modernização e a profissionalização militar, cujo pré-requisito seria o afastamento da vida política e dos cargos públicos, que caracterizaria o que foi chamado de a ideologia do “soldado profissional” ou da “não-intervenção”. O Exército, segundo esta perspectiva, deveria ter a preocupação estrita com a preparação para a defesa do país (Carvalho, 2005a, p. 40-41).

Entretanto, no seio dos “jovens turcos” e dentro do grupo fundador da revista *A Defesa Nacional*, havia desavenças a este respeito. Existia, também, a crença de que, em certas situações, o Exército deveria agir para a “salvaguarda da pátria”, configurando-se, assim, aspectos da ideologia do “soldado-corporação” ou da “intervenção moderadora”, cujo maior expoente era o então redator desta revista, Bertoldo Klinger, o “mais brilhante dos Jovens Turcos e o líder do grupo de *A Defesa Nacional*” (Carvalho, 2005a, p. 41). O editorial do primeiro número da revista dá uma idéia desta perspectiva e da ambivalência ideológica deste grupo:

“Se nos grandes povos, inteiramente constituídos, a missão do Exército não sae geralmente do quadro das suas funções puramente militares, nas nacionalidades nascentes como a nossa, em que os elementos mais variados se fundem apressadamente para a formação de um povo, - o Exército - unica força verdadeiramente organizada no seio de uma tumultuosa massa efervescente - vai ás vezes um pouco além de seus deveres profissionaes para tornar-se, em dados momentos, um factor decisivo de transformação politica ou de estabilização social.

A nossa pequena historia, bem como a de outros povos sul-americanos, está cheia de exemplos demonstrativos dessa afirmação.

(...)

Sem desejar, pois, de fôrma alguma, a incursão injustificada dos elementos militares nos negocios internos do paiz, o Exercito precisa entretanto estar aparelhado para a sua função conservadora e estabilisante dos elementos sociaes em marcha – e preparado para corrigir as perturbações internas, tão comuns na vida tumultuaria das sociedades que se formam” (Editorial, out. 1913, p. 1).

De acordo com tal posição, o ideal de um Exército não-intervencionista era factível no caso de nações totalmente “constituídas”. Ao Brasil, que deveria almejar este ideal, por ser uma “nacionalidade nascente”, caberia, ainda, preparar-se para manter as estruturas internas, conservando-as, mas, também preparando-se para os tumultos que por acaso se instaurassem. Nestes casos, a intervenção se fazia necessária para resguardar a “essência” nacional.

No grupo fundador de *A Defesa Nacional* estava Francisco de Paula Cidade⁴⁹, tenente do Exército à época da inauguração desta revista. Sentou praça, como soldado, em 26 de abril de 1902, no 25º Batalhão de Caçadores, em Porto Alegre, e foi declarado aspirante na arma de Infantaria em 2 de janeiro de 1909. Nas escolas militares onde passou, foi redator-chefe das revistas *Luz*, *Ocidente*, *Cruzada e Aldebarã*. Ainda como aspirante, ingressou efetivamente na literatura profissional, vindo a ser, mais adiante, redator, gerente e secretário da *Revista dos Militares*. Como um militar ligado às letras, ao se juntar, no Rio de Janeiro, na Vila Militar, aos “Jovens Turcos”, participou da formulação, como dito acima, da revista *A Defesa Nacional*. No ano de 1923, já como capitão, posto atingido um ano antes, realizou o curso de Estado-Maior, cuja Escola estava sob forte influência da Missão Militar Francesa. No início da década de 1930, lecionou Geografia e História Militar na Escola Militar do Realengo (dirigida pelo Coronel José Pessoa) e na Escola do Estado-Maior do Exército. Participou da fundação do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB), onde ocupou a cadeira número três, cujo patrono era o Barão do Rio Branco. Hoje, Francisco de Paula Cidade é patrono da cadeira de número oitenta e oito. Como coronel, posto obtido em 1937, passou a ser chefe da 5ª Seção do Estado-Maior do Exército (Geografia e História). Nesse momento, dirigiu a *Revista Militar Brasileira*, publicação oficial do Exército. Colaborou efetivamente para a re-organização da Biblioteca Militar (atual Biblioteca do Exército – BibliEx), em 1937, quando se tornou membro da sua Comissão Editorial.

⁴⁹ Acerca de Francisco de Paula Cidade, ver Cidade (1998), Francisco de Paula Cidade. Dados biográficos... (2009) e Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (2010).

Francisco de Paula Cidade foi um colaborador sistemático da revista *Nação Armada*. Seus temas preferidos eram a história e a memória militar, mas também escreveu sobre literatura e justiça militar. Após a declaração de guerra ao “Eixo”, Cidade comandou, já como general-de-brigada (promovido em 1942) a 8ª Região Militar, em Belém, de onde recebeu ordens de Vargas para ficar em condições de ocupar a Guiana Francesa. Depois, seguiu para a Itália como integrante do Conselho de Justiça da Força Expedicionária Brasileira (FEB).

Na década de 1930, especificamente no Estado Novo, a revista *A Defesa Nacional* não mudou muito suas características, tanto com relação à estrutura interna e à diagramação da publicação (apareceram algumas páginas de poucos anúncios publicitários, nada comparado ao volume de publicidade de *Nação Armada*), quanto no que tange às suas marcas ideológicas⁵⁰. Em 1939, ano inaugural de *Nação Armada*, a revista *A Defesa Nacional* mantinha a disposição que evidenciava o aspecto “profissional” do periódico: as seções eram divididas pelas especialidades do Exército (“Secção de Tática Geral”, “Secção de Infantaria”, “Secção de Artilharia”, “Secção de Cavalaria”, “Secção de Engenharia”). Nestas seções, eram publicados os textos dos colaboradores, organizados de acordo com os distintos temas. Completavam a estrutura da revista as seções “Noticiário” e “Variedades” – que divulgavam notícias sobre história, organização e informações cotidianas dos “feitos” das forças armadas (Exército principalmente), bem como indicavam e divulgavam bibliografias consideradas importantes –, a “Secção de Estudos Geraes” e “Secção de Leis e Decretos”.

Outra publicação militar que cabe analisar, de modo a trazer elementos comparativos face ao nosso objeto de estudo, é a revista oficial do Exército que recebeu, a princípio, em 1882, o nome *Revista do Exército Brasileiro*. Esta revista, neste longo período em que foi veiculada (ainda há atualmente uma revista oficial do Exército brasileiro com este mesmo nome), existiu sob títulos diferentes e periodicidade irregular, bem como esteve sob a responsabilidade de diversos órgãos daquela força armada. Apesar destas variações, a revista nunca deixou de ser uma revista do Exército brasileiro. Entre 1882 (ano de sua fundação) e 1889, foi denominada *Revista do*

⁵⁰ Cidade (1998) analisou de modo detalhado esta revista como uma importante publicação militar da primeira metade do século XX. No que se refere ao aspecto ideológico deste periódico, relacionando-o com os debates sobre o papel do Exército na sociedade, ver Carvalho (1985; 2005a), McCann (2007) e Beattie (2001).

Exército Brasileiro; no período de 1899 a 1908, teve o nome de *Revista Militar*; entre os anos de 1911 e 1923, foi chamada de *Boletim Mensal do Estado-Maior do Exército*; no período entre 1924-1981, seu nome foi *Revista Militar Brasileira*; e, de 1982 aos dias atuais, retomou seu nome original, *Revista do Exército Brasileiro*.

Quanto à sua periodicidade, entre 1882 e 1889, foi editada anualmente; no período de 1899 e 1980, tal revista foi produzida de forma irregular, sem periodicidade específica; no ano de 1981, ela foi quadrimestral e, em 1982, foi trimestral, retomando, posteriormente, sua produção a cada quatro meses. Ela não foi editada em vários momentos: entre 1890 e 1898, nos períodos 1909-10 e 1939-40 e no ano de 1964. Durante este diversificado percurso, tal revista esteve sob a responsabilidade de diversos organismos do Exército. Em seu início, entre os anos de 1882 e 1899, ela tinha editoria própria, ficando sob a tutela do Estado-Maior do Exército entre 1899 e 1928. Foi publicada pela Secretaria Geral do Exército entre 1941 e 1973 e ficou sob a responsabilidade do Centro de Documentação do Exército no período de 1974-80, passando pela Diretoria de Assuntos Culturais, Educação Física e Desportos (mais tarde, Diretoria de Assuntos Culturais), em 1981. Após isso, passou a ser publicada pela Biblioteca do Exército (BibliEx).

Em suas páginas, o general Góes Monteiro, Chefe do Estado-Maior do Exército no Estado Novo, fez publicar seu plano de trabalho e sua visão sobre o papel do Estado-Maior, representando-o sob variadas metáforas que, em torno da idéia de “organismo”, reforçavam os valores e ideais de homogeneidade e funcionalidade:

“O E. M. E. é a officina espiritual do Exército. Neste laboratório de pesquisas, de analyses e de calculos continuados não há logar para a rotina, - camada isolante que obstrue o systema respiratório do organismo, impedindo as transformações vivificadoras.

(...)

No Estado-Maior do Exército reside a cellula mater – o coração, o cérebro do Exército. Elle gera, orienta e mantém a vida orgânica e de relação. O corpo de officiaes de Estado-Maior é então uma particula de escól na formação geral dos quadros do Exército. Não se comprehende que elle possa ser constituído fóra de um regimen de rigorosa selecção intellectual, moral e physica” (Monteiro, 1937, p. 16).

Por ser uma revista oficial do Exército, a *Revista Militar Brasileira* (chamada assim durante o Estado Novo) assumia o caráter de noticiadora primaz das transformações do Brasil e do Exército, abrindo espaço para os militares que ocupavam altos cargos no governo reafirmarem o aparato ideológico do regime e daquela força

armada. Góes Monteiro destrinchou sua doutrina, difundindo o papel do Exército naquele momento da história brasileira: o de construtor e o de salvaguarda da nacionalidade, intervindo na política, na sociedade e na cultura do país (Carvalho, 2005b).

Ao final da década de 1930, como dito anteriormente, a revista *A Defesa Nacional* estava mais preocupada com as questões internas ao Exército, conservando a identidade não-intervencionista que a distinguiu desde sua criação, mantida nos anos seguintes (também nos concomitantes à existência de *Nação Armada*). A *Revista Militar Brasileira*, por ser uma revista oficial do Exército, esteve sujeita estritamente ao controle e à linha editorial dos organismos internos deste. É preciso levar em consideração, também, que a referida revista não foi publicada em 1939 e 1940, anos iniciais de *Nação Armada*. Sendo assim, a revista idealizada por Affonso de Carvalho ganhou rápida importância e alcance nos meios militares, adquirindo o estatuto de valoroso veículo de comunicação, principalmente entre aqueles que acreditavam que o Exército seria o ator capaz de conduzir a nação ao “progresso” e ao “engrandecimento”.

A ocorrência do conflito mundial galvanizou o discurso de *Nação Armada* sobre o papel do Exército como força central à política e à vida nacional. Em seu primeiro editorial, a questão foi abordada de forma enfática. Qualificando a guerra como algo a ser encarado como parte da vida social e política do homem, o texto afirma que

“Reagir contra qualquer mentalidade que prégue o contrário, é dever dos brasileiros que querem ver sua Pátria forte, respeitada e engrandecida.

O país tem que acreditar na guerra. É este um dever primordial da sua preservação. E Exército que não pensar na guerra, a todo momento, é mais que um paradoxo – é um crime organizado contra a Nação” (Editorial, nov. 1939, p. 1).

A guerra era entendida como um elemento de distinção e estratificação dos povos que não deveria ser negligenciado. Imaginar o contrário disso, como escrito acima, seria uma falta grave contra os sentimentos patriotas. Esta particular visão de *Nação Armada* tinha desdobramentos na reflexão acerca do Estado Novo e do papel do Exército brasileiro neste regime. Vale ressaltar que um dos elementos importantes da adesão de parte significativa do Exército brasileiro ao projeto estadonovista era a

promessa de colocar esta força armada em condições para o ingresso numa guerra ⁵¹. No entanto, o “desejo” pela guerra (real ou metafórica) significava avaliar, lamentar e/ou transformar as condições reais (materiais, sociais ou culturais) para a participação numa guerra.

Em carta ao presidente Vargas, Eurico Gaspar Dutra, Ministro da Guerra, em 19 de julho de 1941, teceu considerações acerca da aliança entre o Brasil e os Estados Unidos sugerida pela diplomacia deste país. Um dos itens deste planejamento de aliança incluía ações militares conjuntas de ocupação da Guiana Holandesa e, posteriormente, a expansão até arquipélagos lusitanos no Atlântico, contando com anterior instalação de bases americanas no nordeste brasileiro. Para Dutra, a saída do Brasil de um estágio de neutralidade com vistas a trilhar o caminho da guerra com certeza teria conseqüências importantes. Tais atitudes “seriam interpretadas, e com justeza, por todos os demais países do Continente”, como um engajamento brasileiro no caminho para a guerra, mesmo “antes de qualquer ato que se pudesse classificar sequer de provocação por parte dos países do Eixo” (Dutra, 19 jul. 1941).

O Ministro da Guerra temia uma decisão abrupta e as conseqüências que ela geraria, sobretudo no que se referia a possíveis indisposições com países neutros como Portugal, com o qual o Brasil tinha estreitos laços de amizade, e, também, com seus aliados americanos, com os quais tinha um compromisso de neutralidade. Além disso, para Dutra, o Brasil não tinha nenhuma condição de encarar tal empreendimento. Com os poucos recursos “para a própria defesa eficiente – em terra, no mar e no ar – dos amplos domínios do Brasil”, seria uma inacreditável ousadia ou provocação que as forças militares brasileiras se aventurassem numa “empresa de tanta monta e tão graves responsabilidades” (Dutra, 19 jul. 1941) (Figuras 14 e 15, Anexos).

No ano seguinte, após a Conferência entre os Chanceleres dos países americanos (ou “Terceira Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas”), fórum que resultou no rompimento das relações do Brasil com o “Eixo”, Eurico Dutra se dirigiu a Vargas guardando, ainda, sentimento de desconfiança e crítica, embora tenha manifestado a lealdade esperada. Para Dutra, a participação de seu ministério nas decisões que resultaram naquele rompimento de

⁵¹ Sobre esta questão, ver McCann (2007).

relações foi menor do que deveria ter sido. Tal decisão teria sido tomada, de acordo com este militar, sem as necessárias e profundas reflexões, análise esta transcrita em Parecer do Ministério da Guerra endereçado ao chefe da nação:

“Todavia, no que pese sua importância e as gravosas consequências militares que acarretaria, no concernente à decisiva questão de ruptura de relações, do que decorria a conclusão indesejável de guerra – nenhuma contribuição foi requerida, nem sequer aviso a respeito lhe foi endereçado [ao Ministério da Guerra], conquanto justo fosse seu interesse em matéria de tanta monta.

(...) jamais foi alvitada sequer, e por quem quer, a conveniência de ouvido este Ministério, cuja opinião, parecer ou sugestões, fôra de razão lhe caberia expressar, em se tratando de resolução tão grave, que engajaria espontaneamente o Brasil nas rotas difíceis da guerra, nem qualquer informação lhe foi dirigida e que oficialmente o orientasse nas medidas que uma tal decisão lhe impunha com antecipação adotar” (Dutra, 14 fev. 1942).

Dutra, de forma categórica, produziu um discurso que chamou para o Exército uma responsabilidade que lhe foi negada: ter participado, de forma mais substancial, das discussões (internas ao âmbito do governo) acerca da quebra de vínculos entre o Brasil e o “Eixo”. Citando relatório que foi lhe encaminhado pelo Chefe do Estado-Maior do Exército, o General Góes Monteiro, o Ministro da Guerra reafirmou a precária situação militar brasileira. Segundo a avaliação dos organismos internos do Exército, como o seu Estado-Maior, as Forças Armadas brasileiras não estariam devidamente aparelhadas para assegurar a defesa do nosso território, “na eventualidade de consequências de caráter militar decorrentes do rompimento das relações diplomáticas com os países do Eixo” (Dutra, 14 fev. 1942).

A revista *Nação Armada*, de forma efusiva, representou estes interesses/idéias da participação do Brasil numa guerra. Sobretudo até o final do ano de 1942, incentivou e abriu espaço para a discussão sobre os termos desta possível participação (que ocorreria a partir de agosto daquele ano). A atuação de *Nação Armada* como voz de um Exército que reivindicava o lugar de agente primordial da defesa e da construção da identidade nacional brasileira no período ia, no entanto, muito além da tarefa de preparar a organização para a guerra. Até mesmo para que esta participação fosse possível, era preciso produzir os elementos e alicerces de uma nação-forte, composta por soldados e cidadãos fortes e “aptos”. Um dos requisitos fundamentais para isso seria a melhoria de suas condições de saúde.

2.4 - Saúde para uma nação armada.

A guerra conflagrada na Europa, que se aproximava do Brasil (através das discussões diplomáticas ou no nível da dinâmica político-ideológica do país), não seria igual àquela que passou (1914-18), quando, como refletiu o Ministro da Guerra brasileiro, a participação do país se limitou apenas a uma “contribuição platônica” (Dutra, 14 fev. 1942). Ela, a guerra, foi um dos pontos fundamentais do debate sobre a nação (e a homogeneidade esperada e preconizada neste debate) nas páginas de *Nação Armada*. Porém, esta questão da “homogeneidade desejada” transcendia as impressões e discursos sobre a preparação para a guerra. É certo que, da mesma maneira com que a Primeira Guerra Mundial significou um contexto particularmente propício à discussão acerca da homogeneidade nacional a partir de meados da década de 1910, sendo a saúde dos brasileiros vista como um dos pré-requisitos desta homogeneidade (Lima, Hochman, 1996), a Segunda Guerra Mundial também contribuiu para a intensificação das preocupações dos militares com as condições sanitárias do brasileiro (como elemento constitutivo deste “projeto” homogeneizante do Estado Novo).

Em relatório apresentado ao Presidente Vargas, em novembro de 1940, Eurico Gaspar Dutra expressava preocupação acerca dos problemas sanitários dos indivíduos convocados pelo Exército. De acordo com o então Ministro da Guerra, com a incorporação de indivíduos às fileiras do Exército vinham à tona as precárias condições de saúde da população brasileira, principalmente a das áreas rurais, criando embaraços à idéia de “defesa nacional”:

“O índice de jovens incapazes fisicamente é alarmante e merece [ser] encarado com todo o desvelo.

De 1932 a 1939 esse índice atingiu a 31% dos convocados ou apresentados (voluntários e sorteados).

Note-se, todavia, que muitos dos jovens julgados aptos para os serviços das armas, apresentam, logo após os primeiros meses depois da incorporação, sintomas denunciadores de afecções sérias – de degenerescência ou de origens infecciosas – que os tornam absolutamente incapazes, senão nocivos à caserna” (Dutra, nov. 1940, p. 49).

A revista *Nação Armada* representou e divulgou bem este movimento de reflexão sobre a saúde como elemento fundador da nacionalidade, conferindo novos

significados, a partir daquele novo contexto, às idéias defendidas pelo movimento sanitaria da década de 1910, sintetizadas na célebre metáfora cunhada por Miguel Pereira, em 1916, do “Brasil imenso hospital”. Tendo em vista o lugar social específico que a qualificava como instituição militar, *Nação Armada* participou deste processo enfatizando as responsabilidades do Exército no diagnóstico e nas ações destinadas a pensar/modificar a saúde dos brasileiros; este foi um caminho que conjugou discursos e práticas que contribuiriam para fortalecer e legitimar a atuação do Exército como força social e política no Estado Novo.

Outras publicações militares, contemporâneas e / ou anteriores à *Nação Armada*, se dedicaram especificamente ao tema das condições de saúde dos brasileiros. Mostraram-se, todavia, como periódicos de caráter essencialmente técnico, direcionados a um público mais restrito: médicos, farmacêuticos e cirurgiões militares. A *Revista de Medicina e Hygiene Militar*, por exemplo, criada em 1921, tratou, com grande ênfase, das experiências dramáticas vivenciadas pelos soldados durante a Primeira Guerra Mundial quanto às condições sanitárias nas trincheiras, bem como das transformações no âmbito do Exército brasileiro na década de 1920. Na verdade, ela foi o resultado da ampliação da *Revista Medico-Cirurgica Militar*, da Sociedade Medico-Cirurgica Militar.

“Os Ensinamentos da recente guerra mundial demonstraram a necessidade dos problemas sanitarios das corporações armadas merecerem não só a atenção dos médicos militares, como também dos civis, principalmente no tocante a certas especializações. A collaboração de uns e outros no seu estudo e solução constitue, desde o tempo de paz, a melhor garantia de efficiencia dos serviços sanitarios por ocasião da campanha. E nem poderia deixar de assim acontecer se a classe medica civil é o grande manancial que deve preencher os claros profissionais e técnicos creados e exigido pela guerra.

Entre nós, ha muito que os medicos em geral se interessam vivamente por todas as questões de saneamento e de educação physica, que dizem de perto com o problema da defeza nacional. Raro mesmo, é o profissional que, no culto diario de sua especialidade, não tenha procurado ligal-a a certas noções oriundas da grande guerra e que poderiam ter applicação em nosso meio.

O proposito de favorecer e systematisar estas iniciativas determinou a fundação desta Revista. Verdade é que já havia a ‘Revista Medico-Cirurgica Militar’, mas esta, como órgão da Sociedade Medico-Cirurgica Militar, não poderia soffrer a transformação necessaria. Mediante um acordo com a directoria dessa Sociedade ficou entretanto resolvido que esta Revista, que surge em seguimento daquella, continue a publicação de todos os seus actos sociaes.

Porisso confiastes na bôa vontade e apoio dos collegas, cultores dos assumptos de hygiene e de medicina militar, fazemos todo o empenho para que este empreendimento corresponda ao elevado objectivo em mira” (Explicação Necessária, 1921, p. 301).

Apesar do esforço de alargamento dos temas e conteúdos, permaneceu esta revista muito específica, desenrolando-se em círculos fechados de médicos militares sem uma entrada mais ampla na vida social. Tendo como diretores nomes como o General Dr. Ferreira do Amaral, Diretor de Saúde da Guerra, Miguel Couto, professor da Faculdade de Medicina do Rio, Juliano Moreira, Diretor Geral da Assistência a Alienados, Afranio Peixoto, também professor da Faculdade de Medicina do Rio, a referida publicação demonstrava o interesse na divulgação social dos seus debates acerca da saúde nos quartéis; contudo, permaneceu primordialmente técnica, não atingindo este objetivo.

Nação Armada desempenhou de modo mais efetivo este papel de debater os problemas sanitários brasileiros a partir de uma relação mais ampla entre caserna e sociedade. Ambas as publicações, todavia, guardam interesses comuns por apontarem importantes problemas sanitários como problemas nacionais, sobretudo quando se referem aos contingentes do Exército, como demonstra esta passagem de um artigo do segundo número, de fevereiro de 1921, da *Revista de Medicina e Higiene Militar*:

“Um tuberculoso que apareça na tropa, é outro fator de desordem e actualmente um problema difficil de resolver no meio medico militar.

Não pode o tuberculoso permanecer no quartel, pois prejudicará os seus companheiros; não deve ser internado na Enfermaria, porque é deshumano.

(...)

Julgal-o incapaz e recambial-o para a sociedade civil, d’onde foi tirado, é facil, mas francamente, é a solução mais condemnavel.

O que fazer d’elle?” (Em prol da Saúde Militar, fev. 1921, p. 69).

A impressão que se tem é que esta publicação tratava dos problemas sanitários tendo em vista fundamentalmente os próprios médicos, para que estes buscassem saídas institucionais e técnicas. Assuntos específicos sobre doenças, o uso de terminologia médica, a publicidade restrita aos produtos e empresas (laboratórios, comércio de produtos hospitalares) de saúde, a discussão sobre tratamentos, medicamentos e técnicas, nos conduzem à compreensão desta publicação como uma revista mais “profissional”, no sentido estrito do direcionamento à atividade médica e farmacêutica. *Nação Armada*, por outro lado, dirigia-se à sociedade (de letrados, que seja), sobre problemas que seriam médicos, mas eminentemente sociais no sentido mais amplo: as

doenças que comprometiam o vigor físico e moral e conseqüentemente o desenvolvimento nacional, as condições sanitárias, a profilaxia e a higiene nos quartéis, a necessidade de interiorização das ações de saúde, de promoção dos valores e práticas da higiene em sua interface com outros aspectos/áreas da vida social, entre outros assuntos.

A *Revista de Medicina Militar*, de publicação bimestral, converteu-se em órgão oficial de publicação da Diretoria de Saúde da Guerra, órgão do Ministério da Guerra, em 1933. Este ano era o vigésimo segundo de sua existência, mas o primeiro como revista oficial do Exército. O seu corpo editorial, para os primeiros anos como revista oficial do Exército, contava com o Capitão Médico Marques Porto; Redatores de Medicina: Capitão Médico Benjamim Gonçalves e 1º Tenente Médico Paiva Gonçalves; Redatores de Farmácia: Capitão Farmacêutico Brandão Gomes e 1º Tenente Farmacêutico Virgílio Lucas. Sua redação e administração funcionavam na Diretoria de Saúde da Guerra que, na ocasião, situava-se à Rua Moncorvo Filho, nº 34, no Centro do Rio de Janeiro.

Tal revista tinha uma estrutura interna similar à de outras publicações militares, contendo editorial, denominado “Argumentando”, “Artigos Originais”, de responsabilidade dos colaboradores, “Notas Clínicas”, com textos curtos que traduziam opiniões dos colaboradores e editores acerca de tratamentos, drogas, casos clínicos e outros assuntos médicos. Havia, também, as seções denominadas “Análises”, destinada à avaliação de textos médicos publicados em outros periódicos ou de experiências profissionais, “Química e Farmácia”, reunindo artigos sobre produção, indicações e efeitos e tratamentos com drogas, “Reunião dos Clínicos do HCE”, que apresentava os relatórios das reuniões dos médicos do Hospital Central do Exército, “Bibliografia”, com comentários, resenhas, indicações e análise de livros, “Sumário das Revistas”, contendo indicação de textos de outras revistas médicas civis e / ou militares e “Noticiário”, publicando atos, promoções, nomeações, transferências, elogios no âmbito do Exército.

A seção “Artigos Originais” era organizada a partir das especialidades médicas. Seus artigos ficavam dispostos de acordo com a área à qual pertencia: “Clínica Cirúrgica”, “Clínica Oftalmológica”, “Pediatria”, “Medicina Legal”, “Biologia – Físico-química – Microbiologia”, assim por diante. Esta maneira de organização reforça ainda

mais o caráter técnico e especializado desta revista, claramente destinada aos médicos e outros profissionais de saúde, fato que a diferenciava de *Nação Armada*, de caráter geral e dirigida à sociedade.

A revista *Nação Armada*, como dito acima, tinha o tema saúde como um dos seus destaques. Um elemento a evidenciar tal projeção foi o fato de ter sido realizada, nas páginas de *Nação Armada*, a escolha do “Patrono” do Serviço de Saúde do Exército, o General Dr. João Severiano da Fonseca⁵².

Na edição de junho de 1940, os editores de *Nação Armada* publicaram a iniciativa desta revista de promover uma enquete que resultaria na escolha do citado general como patrono do Serviço de Saúde do Exército:

“Dando corpo à idéia de promover, em ‘enquête’ entre os médicos, farmacêuticos e dentistas do Exército, a escolha de um patrono para o Serviço de Saude do Exército, hoje publicamos os primeiros resultados colhidos por ‘Nação Armada’.

A nossa iniciativa teve a mais entusiástica acolhida por parte de tão distintos e brilhantes camaradas. O patrono do Serviço de Saúde deverá recair num vulto do passado, ilustre por todos os títulos e que tenha pertencido aos quadros de Saúde do Exército. A razão dessa iniciativa que já agora é a causa do próprio Corpo de Saúde, se apoia no fato de possuírem as Armas e demais serviços do Exército os seus respectivos patronos, todos, é certo, sob a égide gloriosa e imortal do Duque de Caxias, - o paraninfo máximo e único que nós temos. Ao Corpo de Saúde, faltava, entretanto, um patrono, tirado dos seus venerandos antepassados e que pudesse se erigir, pelas suas virtudes de médico e de soldado, no símbolo do oficial de saúde” (O Patrono..., jun. 1940, p. 105).

Esta iniciativa de *Nação Armada* revela, além da sua preocupação com o tema da saúde e do lugar de destaque que este tema ocupava entre os militares da época, a importância da própria revista para o meio militar. De igual forma, tal fato indica a capacidade da publicação de interferir na construção da memória do Exército, bem como salienta uma importante característica desta mesma instituição: o costume de “inventar suas tradições” (Hobsbawn, 1987), num processo que se expressa também, como indicou Celso

⁵² Como informa Lobo (1958), João Severiano da Fonseca foi comandante do serviço sanitário da Campanha de Canudos, um dos mais célebres marcos da atuação do Exército brasileiro no processo de estabilização do então recém-implantado regime republicano, no final do século XIX. Exerceu o cargo de Inspetor Geral do Serviço Sanitário (equivalente ao de Diretor do Serviço de Saúde do Exército daquela década de 1940) entre o período de 4 de outubro de 1890 a 7 de novembro de 1897.

Castro, como uma “tradição da invenção”, já que estes elementos simbólicos (como a questão do “Patrono” das Armas e Serviços do Exército brasileiro) são constantemente “reinventados e atualizados em diferentes contextos históricos” (Castro, 2002, p. 10).

A escolha do patrono do Serviço de Saúde do Exército ganhou logo “ares oficiais” e obteve, com isso, mais legitimidade, com a participação, nesta enquete, do então Diretor de Saúde do Exército, o general Dr. Alvaro Tourinho:

“Iniciamos a nossa ‘enquête’, ouvindo o general Dr. Alvaro Tourinho, diretor do Serviço de Saúde do Exército que, prontamente nos deu o seu apoio moral, facilitando a nossa tarefa e encampando a nossa iniciativa. Gentilmente, mandou S. Excia. consultar telegraficamente aos chefes de serviços de saúde regionais e diretores de hospitais fora do Rio, solicitando-lhes que se manifestassem no pleito que ora está se travando.

(...)

No dia do Soldado, ‘Nação Armada’ que se vestirá de gala para celebrar a nossa grande efeméride, proclamará a escolha do patrono. Estamos certos que todos os nossos camaradas do Serviço de Saúde não deixarão de se pronunciar em tão sugestivo pleito” (O Patrono..., jun. 1940, p. 105).

A começar pelo Diretor de Saúde do Exército, a votação foi maciça (e unânime, pelo que foi publicado na revista) para a eleição da figura do General Dr. João Severiano da Fonseca. A escolha deste patrono foi ratificada oficialmente através do decreto-lei nº 2.497, de 16 de outubro de 1940 (Pondé, 1994, p. 279) (Figura 16, Anexos).

Esta referida enquete foi capitaneada pelo Capitão Dr. Carlos Sudá de Andrade, um dos mais recorrentes colaboradores da revista *Nação Armada*. Embora seu nome não apareça em nenhum dos expedientes da revista como membro do grupo que editava *Nação Armada*, Andrade parece ter ocupado (por citações esparsas dele como elemento importante nas edições e pela sistematicidade da aparição de seus textos no corpo das edições, etc.) um lugar de destaque junto a este grupo. Militar próximo a Affonso de Carvalho, Carlos Sudá de Andrade era natural do Ceará e, como tenente, serviu no Hospital

Militar de Campo Grande (no atual estado do Mato Grosso do Sul), em 1930, no 4º Grupo de Artilharia de Montanha, entre 1931 e 1934, trabalhando, a partir de 1934 também, no Hospital Militar Divisionário. Chegou ao Rio de Janeiro em 1936, para trabalhar na Policlínica Militar da Capital Federal, onde foi promovido a capitão e permaneceu até 1941. Neste ano, tornou-se instrutor da Escola de Saúde do Exército, onde permaneceu até 1945. Com a derrocada do Estado Novo, tornou-se, ainda em 1945, Professor de História do Colégio Militar do Rio de Janeiro, cargo para o qual prestou concurso. Atingiu o posto de major em 1946, o de tenente-coronel no ano seguinte e o de coronel em 1952. Teve acesso ao generalato (general-de-brigada) por sentença judicial, com data de promoção retroativa a março de 1952. Faleceu em julho de 1968 (Carlos Sudá de Andrade. Dados biográficos..., jul. 2009).

Seus textos, como será examinado mais adiante, demonstram uma preocupação particular com as condições sanitárias dos brasileiros / soldados, refletindo sobre as possíveis “curas” do povo / soldado brasileiro. Foi membro, a partir da década de 1940, do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB), ocupando a cadeira número 30, cujo patrono era (e ainda é) o General João Severiano da Fonseca (Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, 2010), o mesmo militar-médico eleito como patrono do Serviço de Saúde do Exército através das páginas da revista *Nação Armada*.

O tema da saúde, tal como a presente pesquisa identificou nos textos de *Nação Armada*, contempla um conjunto de conteúdos e recursos discursivos, que englobam atitudes, propostas, conhecimentos, críticas, opiniões, notícias e estatísticas, expressos, de diversas formas, no decorrer das edições da revista. Como veremos no

próximo capítulo, estes textos/discursos foram analisados a partir de alguns aspectos centrais: ações estatais (em geral, através do Exército) para a “melhoria” da saúde brasileira (construção e reformas de hospitais e outros espaços de “difusão” de saúde, planejamento e / ou execução de projetos e campanhas de saneamento, produção de conhecimento científico, recrutamento, contratação e / ou formação de profissionais de saúde); os problemas sanitários ligados a questões “estruturais” (a heterogeneidade da formação do povo brasileiro como obstáculo à homogeneidade característica da idéia de nação) e “conjunturais” (a imigração, por exemplo, como geradora de “nichos desnacionalizantes”); reflexões sobre propostas e / ou mudanças atitudinais acerca dos fundamentos da “raça” brasileira (lançando mão geralmente de pensamentos e teorias higiênicas e eugênicas, que englobavam o “asseio” corporal, a prática da educação física, dos esportes e o “bem reproduzir-se”); o panorama e a resolução de problemas sanitários ligados diretamente ao recrutamento e à participação dos brasileiros nas Forças Armadas, com grande destaque para o Exército (a preocupação com o preparo do povo brasileiro para servir às tropas brasileiras, de paz e de guerra).

Tendo por base estes recortes temáticos, de um total de 1.804 escritos publicados em *Nação Armada*, foram registrados 246 textos referidos ao tema geral *saúde*.

O quadro abaixo qualifica este tema no contexto discursivo mais amplo da revista e indica as ocorrências, nos textos em que o tema se faz presente, dos diversos aspectos a ele relacionados. Levando-se em consideração a ocorrência de mais de um tema/sub-tema num mesmo texto, o total de ocorrências (362), portanto, não é igual ao somatório de escritos sobre saúde (246). O objetivo desta quantificação é fornecer uma idéia aproximada de proporção na ocorrência dos referidos recortes temáticos.

Temas	Subtemas / Temas correlatos / Teor	Ocorrência	Total
Saúde Pública no Brasil: diagnósticos e práticas	Problemas sanitários brasileiros (doenças, saneamento, ações ineficientes do poder público).	41	88
	Realizações do Exército e do governo Vargas no sentido de resolver os problemas sanitários.	47	
Saúde e Recrutamento / serviço militar	Precárias condições de saúde dos conscritos e/ou incorporados como reflexo da situação sanitária do Brasil.	26	107
	Ações do Exército para a melhoria da saúde dos soldados e transformação sanitária do povo brasileiro.	29	
	Educação moral e patriótica nos quartéis.	52	
Valores e práticas da Higiene	Cuidados de limpeza corporal individual que geram asseio físico e/ou moral.	17	28
	Práticas sociais de afastamento das doenças: saneamento, vacinação, etc.	11	
Educação Física	Cultura estética ligada ao corpo.	21	56
	Realização de exercícios físicos buscando o fortalecimento e a saúde do corpo.	23	
	Prática de esportes buscando o fortalecimento e a movimentação do corpo.	12	
Eugenia	Incorporação de elementos “positivos” a partir das práticas higiênicas e de educação física.	20	38
	Afastamento de elementos nocivos (sífilis, alcoolismo).	18	
Interiorização dos quartéis e saúde	Os quartéis como centros irradiadores de saúde: produção de soldados / cidadãos saudáveis para a nação.	26	45
	O Exército como elemento importante para as transformações sanitárias do interior: abertura de estradas, campanhas de saúde (vacinação, etc), obras de saneamento, homogeneização e “eugeniização” do povo brasileiro.	19	
		Somatório	362

As maneiras e conteúdos pelos quais o tema geral da saúde se expressou na revista, a partir destes vários recortes, serão trabalhados a seguir.

CAPÍTULO 3

“O QUARTEL É UM IMENSO HOSPITAL”: O EXÉRCITO QUE CURA E CONSTRÓI A NAÇÃO.

3.1 - “É absurdo se querer confiar em homens doentes!”: diagnósticos sobre a saúde do Brasil.

A trajetória da revista *Nação Armada* está intimamente ligada à experiência da Segunda Guerra Mundial. Não é casual, portanto, o fato de seu primeiro número suceder em dois meses o início deste conflito armado. As ideologias beligerantes de parte da intelectualidade nacional contavam com a possível entrada do país na guerra, um conflito antevisto ao longo de todo aquele ano. Por isso, nos discursos presentes nas páginas desta publicação, os temas da identidade, saúde e / ou defesa nacional, são, muitas vezes, apresentados como aspectos da mesma questão do conflito que emergiu em setembro de 1939.

Em seu primeiro editorial, publicado em novembro daquele ano, já percebemos a marca da preocupação com a mobilização nacional para uma guerra que se fazia presente não apenas para os que formalmente tinham a tarefa de enfrentá-la, como os militares, mas para todos os brasileiros. Esta idéia encontrava sua síntese maior no próprio título da revista:

“Como podemos pensar seriamente em defesa nacional, se, em apoio das forças armadas, não se encontrar toda a nação preparada e mobilizada para a guerra, com dinheiro, com rodovias, com estradas de ferro, com petróleo, com carvão, com ferro, com trigo, etc? (...) A guerra ‘total’ não dispensa a menor cooperação, e tanto necessita da proficiência do militar como do devotamento de um humilde operário de material bélico...” (Editorial, nov. de 1939, p. 3).

A “guerra total”, segundo *Nação Armada*, não podia prescindir do envolvimento amplo da nação. As várias instâncias da vida nacional deveriam estar empenhadas e ser supervisionadas para atingir o nível aguardado de comprometimento com a “nacionalidade desejada”, num estágio de “iminência permanente”, tanto no sentido

prático, direto da beligerância ou do combate, quanto do ponto de vista metafórico ou “espiritual” do termo.

A grande preocupação com que a revista *Nação Armada* tratou as questões da saúde dos brasileiros refletia a inquietude com o esforço de construção de uma idéia de homogeneidade, no Exército e na “pátria”. Esta afirmação de uma “homogeneidade possível” (como símbolo da nação ou, por um aspecto mais prático, para participar da guerra), por conseqüência, viabilizou a crença na defesa de um projeto nacional que tinha o Exército como uma instituição de primeira ordem, no qual as questões sanitárias seriam altamente relevantes. Em seu quarto editorial, de março de 1940, é percebido com nitidez o quão central era o tema da saúde pública para aqueles que organizavam e/ou escreviam na referida publicação:

“São, na verdade, complexos os problemas nacionais. Nenhum excede, no entanto, o da saúde pública, e a ele está intimamente ligado o destino da criança, a salvação da mocidade, a sobrevivência da raça.

(...)

Não é preciso, por pleonástico, acentuar as côres denegridas das condições sanitárias do Brasil: é a tuberculose devastando impunemente, num crescendo apavorante de desgraças. Impunemente, porque até agora nada ha realmente feito em proporção à gravidade e às conseqüências dessa devastação.

Vemos, articulado em todo país, um serviço contra a febre amarela, considerada como grande calamidade. E, no entanto, numa estatística de 58 anos, a febre amarela matou 59.065 pessoas, enquanto a tuberculose levou ao túmulo mais do dobro, ou seja 138.237 indivíduos. E o terrível flagelo do vômito negro passou e a tuberculose continúa sem embaraços a sua obra fatal.

(...)

Quanto à sífilis, com todo o seu cortejo de complicações e todas suas fórmulas e variedades de degenerescência física e intelectual, são por demais conhecidos seus resultados e sua responsabilidade no índice elevadíssimo da mortalidade e anti-mortalidade.

Segundo os dados de uma estatística recente, pode-se afirmar que a sífilis ataca 20% da população total do Brasil ou sejam 6.000.000 de pessoas de ambos os sexos ‘sendo essa infecção responsável por cerca de 30% dos casos de afecção crônica’.

(...)

Isso quanto a duas manchas de negrume, apenas: a sífilis e a tuberculose. O resto – o impaludismo, a verminose, a lepra, a malária, a ancylostomiase, etc. – completa a paisagem do hospital” (Editorial, mar. 1940, p. 3-5).

O trecho final deste escrito faz alusão ao emblemático discurso de Miguel Pereira que se referiu ao Brasil como um “imenso hospital” (A Manifestação dos acadêmicos..., out. 1916, p. 4), citado e transcrito em outras partes do mencionado editorial. Revelando a força e a longevidade da concepção expressa no referido discurso de Miguel Pereira - que, como vimos anteriormente, foi cunhada em discurso diretamente marcado pelos debates sobre as condições de saúde dos que seriam recrutados ao serviço militar –, os escritos de *Nação Armada* também se dedicaram a “denunciar” a situação calamitosa da saúde pública brasileira. Passados cerca de vinte e três anos da fala de Miguel Pereira e da criação do movimento sanitarista da Primeira República, o Brasil continuava sendo, na visão dos militares, um “imenso hospital”, dominado pelas mesmas moléstias que prejudicavam seu “progresso”. Nesse sentido, o Exército se apresentava, à época, como uma instituição que tinha, dentre outras atribuições, um duplo papel: de um lado, um instrumento de constatação da realidade sanitária do povo e do país; de outro, um elemento importante na resolução destes problemas.

De acordo com Hochman (2001) e Fonseca (2007), além de criar novas estruturas político-institucionais novas na área da saúde, o primeiro governo Vargas, especialmente a partir de 1937, manteve, em suas posturas e políticas, alguns elementos essenciais da ideologia sanitarista da Primeira República. O saneamento dos sertões, o combate às endemias rurais e, principalmente, a valorização da saúde como elemento de construção e progresso nacionais continuaram sendo diretrizes importantes para as políticas de saúde das décadas de 1930 e 1940, sobretudo com a gestão e as reformas lideradas por Gustavo Capanema no Ministério da Educação e Saúde. Kropf (2009) nos alerta para o fato de que estes elementos do pensamento sanitarista das décadas de 1910 e 1920, persistentes nos decênios seguintes, sob a batuta de Vargas e Capanema, foram reconfigurados mediante as características deste período. As transformações sociais, econômicas e políticas do momento pós-1930 (sobretudo a partir do Estado Novo) – a preocupação com a criação do “novo trabalhador” (Gomes, 1982); a modernização da produção agrícola, visando à formação de um mercado consumidor interno; o movimento e o incentivo de expansão do povoamento (a “marcha para o oeste”); a importância dada à fixação do trabalhador rural na terra; projetos de melhorias das condições de saúde da população nas cidades e no campo – fizeram com que a agenda

sanitarista da “República Velha” ganhasse outros contornos identificados a estas condições históricas específicas.

Cabe dizer, então, que os escritos da revista *Nação Armada* expressam de modo exemplar como a instituição militar, no seu próprio processo de legitimação e afirmação social e simbólica, recorreu aos elementos presentes nos discursos de salvação nacional pelo saneamento, atualizados às especificidades do Estado Novo e do lugar social e político que o Exército assumiu neste momento. Esta filiação ao sanitarismo não se deu de forma mecânica e sem nuances. Ao contrário, a aproximação de *Nação Armada* com a ideologia do saneamento deve ser feita considerando-se alguns elementos da dinâmica interna do Exército e de suas relações com a sociedade e o contexto internacional do final da década de 1930 e do decênio seguinte, tais como: a renovação do oficialato, a afirmação ideológica no Estado Novo, a modernização e a profissionalização de suas estruturas e quadros técnicos, os novos mecanismos de ingresso de oficiais⁵³, o recrutamento de soldados, a movimentação em função da eclosão da Segunda Guerra Mundial.

O fato de o Exército, apesar de sua instabilidade, ter sido considerado uma instituição nacional (McCann, 2007; Carvalho, 2005b), com a qual as lideranças políticas do pós-1930 (sobretudo Getúlio Vargas) puderam contar fez dele, para alguns analistas em *Nação Armada*, um termômetro importante da situação sanitária do país. A produção de dados estatísticos pelos serviços de saúde do Exército, atuantes em diversas regiões do país, por exemplo, era valorizada como um caminho particularmente promissor nesse sentido, na medida em que revelaria a “verdadeira” realidade sanitária do Brasil. Belisário Penna, em 1920, já havia chamado a atenção para este aspecto.⁵⁴

⁵³ A renovação da Escola Militar (Castro, 2002) e o investimento na formação de oficiais da reserva (Carvalho, 2005b), através dos Núcleos e dos Centros de Preparação de Oficiais da Reserva (NPOR e CPOR, respectivamente), são exemplos da reformulação/elaboração de novos mecanismos de ingresso de oficiais no Exército.

⁵⁴ Analisando dados de exames realizados em praças do Exército em Belo Horizonte e no Rio de Janeiro, Penna reafirmou a importância dos dados estatísticos não só para a compreensão da realidade sanitária dos brasileiros, mas, também, para a possibilidade de cura dos mesmos: “Reunidos os dados de Bello Horizonte e do Forte do Leme aos da Vila Militar, temos: Praças examinados – 2.616. Com exames positivos para qualquer verme – 2.420 ou 92,5%. Com exames positivos para opilação – 1984 ou 75,8%”. Num indício de como os dados dos militares eram utilizados discursivamente para reforçar as denúncias que os médicos vinham propagando sobre a precariedade da saúde dos brasileiros, Penna conclui: “Confesso que não tive a menor surpresa com esse resultado” (Penna, 1920, p. 54).

Arthur Lobo, experiente coronel-médico do Exército, atualizou, em outubro de 1940, um estudo seu da década de 1920 que reiterava a importância das estatísticas como instrumento para a resolução dos males sanitários brasileiros. Para este militar, os estudos e pesquisas estatísticas foram, nos anos 1920, e ainda eram no Estado Novo, mal realizados e subestimados como mecanismos “científicos” de suporte às ações sanitárias no Exército. De acordo com Lobo:

“Quantos nascimentos não são registrados e quantos indivíduos entrados não são anotados?”

Quantos mortos deixam de ser escriturados nesses nossos interínios sertões e quantas pessoas saídas ficam ignoradas da demografia?

Para, enfim, merecerem pouca fé todos os nossos corolários demográficos, basta dizer que a nossa população total é um problema que está, até agora, à espera de solução; os nossos recenseamentos têm sido evados de graves erros, e o cômputo geral dos habitantes deste vasto País, é somente o resultado de cálculos mais ou menos acreditáveis ou inacreditáveis.

“Daí decorre o enorme valor que teriam estatísticas sérias feitas no nosso Exército” (Lobo, out. 1940, p. 19).

Como mecanismos auxiliares de “conhecimento” e “compreensão” dos problemas do Brasil e do Exército, as estatísticas foram valorizadas pelos textos publicados em *Nação Armada*. É interessante também chamar a atenção para o fato de que o final da década de 1930 e o início da de 1940 terem sido marcados pelas especulações, estudos e “constatações” em torno do Censo Nacional divulgado em 1940. Nesta referida pesquisa demográfica, foram publicadas as informações sobre um Brasil onde 28.356.133 pessoas viviam na área rural do país, enquanto 12.880.182 brasileiros moravam nas regiões urbanas (portanto, menos da metade dos habitantes do interior do Brasil). Do total de 41.236.315 pessoas que viviam em todo o território nacional, a proporção entre os sexos era extremamente equilibrada: 20.614.088 homens e 20.622.227 mulheres (Departamento Nacional de Imigração..., 1941).

De acordo com Carvalho (2005b), os efetivos do Exército brasileiro entre 1930 e 1940 quase duplicaram, aumentando de 47.997 (destes, 4.185 eram oficiais e 43.812 graduados) para 93.000 (dos quais os oficiais eram 6.429). Dos recursos do orçamento federal destinados aos ministérios, os gastos militares, numa série que acompanhou todo o primeiro governo Vargas, encontraram seu ápice no ano de 1942, ano de fundação da

Força Aérea Brasileira. O Exército obteve 23,5%, a Marinha, 7,5% e a Aeronáutica, 5,5%, totalizando 36,5% (Carvalho, 2005b, p. 87-9)⁵⁵.

No artigo citado acima, o Coronel Arthur Lobo fez comparações entre dados estatísticos produzidos pelo Exército (em dois períodos distintos: 1919/1920 e 1935/1936/1937) e por ele próprio (elaborados entre 1926 e 1928)⁵⁶. Os temas desta comparação eram os níveis de “mortalidade” e “morbilidade” e a incidência de várias doenças infecto-contagiosas classificadas com as seguintes nomenclaturas: “tuberculose pulmonar”, “doenças venéreas e sífilis”, “gripe”, “tracoma”, “tifo e paratifo” e “paludismo”. Entretanto, apesar da densidade do discurso do referido médico do Exército, o tema central de seus apontamentos neste artigo era a crítica técnica acerca da feitura destas pesquisas pelas autoridades do Exército. Para este colaborador de *Nação Armada*, houve um grande hiato entre a confecção das duas pesquisas (do final da década de 1910 até os anos entre 1935 e 1937), fato que denotava, em sua opinião, certa falta de seriedade para com este instrumento de pesquisa que ele julgava tão importante⁵⁷. Arthur Lobo sugeriu que seria de bom grado adotar suas sugestões, para que, futuramente, se pudesse utilizar de forma correta as estatísticas, “tirando com proveito as indicações de toda a sorte que nelas se encontrassem” (Lobo, out. 1940, p. 32).

Arthur Lobo⁵⁸ passou boa parte da sua vida militar servindo em vários hospitais e juntas de saúde em diversas regiões do país. Praça de 1899, atuou como médico militar no Hospital Central do Exército (1901, 1904 e 1912), no Hospital Militar de Manaus (1905) e no Hospital Militar de Recife (1907), bem como integrou a Junta

⁵⁵ Não foi expressa, neste estudo de Carvalho (2005b), a quantidade de graduados para o ano de 1940. No entanto, podemos inferir que, de um total de 93.000 militares do Exército, 86.571 eram graduados, já que 6.429 eram oficiais.

⁵⁶ Os dados estatísticos de autoria do próprio Arthur Lobo se referem a “doenças venéreas e sífilis”, assunto sobre o qual ele se julgava especialista. Este militar é autor de vários livros sobre a saúde no Exército Brasileiro e, especificamente sobre este assunto, escreveu *A luta contra as doenças venéreas no Exército Brasileiro* (s/d).

⁵⁷ Além do fosso temporal entre as pesquisas, criticado por Lobo, outras questões técnicas foram alvo de suas ponderações. Apesar de ele não reproduzir literalmente o material das referidas pesquisas estatísticas, o médico chama a atenção, por exemplo, para a ausência, nas estatísticas da década de 1930, de uma coluna que indicasse “o efetivo da tropa em cada Região no ano correspondente à respectiva estatística” (Lobo, out. 1940, p. 20).

⁵⁸ Sobre Arthur Lobo da Silva, ver Lobo (1958) e Arthur Lobo. Dados biográficos... (2009). Foi autor de diversos livros sobre saúde no Exército, dentre eles, *Ação eugênica dos exércitos* (s/d) e *Antropologia no Exército Brasileiro* (1928).

Superior de Saúde (em 1922). Ocupou interinamente a Diretoria de Saúde do Exército entre fevereiro e outubro de 1925. Lobo contribuiu, também, com importantes periódicos médico-militares, entre eles a *Revista de Medicina Militar*, veículo de informação da Diretoria de Saúde do Exército, na década de 1930, e a *Revista de Medicina e Higiene Militar*, da qual foi diretor e redator. No prefácio do livro *O Serviço de Saúde do Exército Brasileiro*, de autoria de Arthur Lobo, o Diretor Geral de Saúde do Exército na década de 1950, o general Dr. José Vieira Peixoto elogiou o referido médico militar:

“Nenhum outro a quem, mais acertadamente, fôsse, por esta Diretoria [Geral de Saúde do E. B.], proposto o tema.

(...)

Conhecedor dos assuntos médicos militares, tendo dispensado sempre ao nosso quadro seu melhor entusiasmo, continua o Gen. Dr. Arthur Lobo a demonstrar, na reserva, o culto da sua dedicação, acrescentando ao acervo de seus trabalhos, com o desprendimento material de legítimo idealista, êste, em cujas páginas revive, com o senso de historiador e a paixão do homem de estudo, a formação e desenvolvimento do antigo Corpo de Saúde do Exército, através dos tempos” (Lobo, 1958, p. 9-10).

Neste livro, Arthur Lobo discorreu sobre a “evolução” do Serviço de Saúde do Exército Brasileiro ao longo do tempo, mais especificamente desde o período joanino (início do século XIX) até a década de 1950, com destaque para os “feitos” das gestões dos sucessivos chefes dos serviços sanitários do Exército.

As estatísticas no campo da saúde, tão caras ao Dr. Arthur Lobo, serviriam, dessa forma, à elaboração de conhecimentos importantes no sentido da criação de um Exército preparado e moderno. Tais estudos estatísticos, e as resoluções que por ventura fossem resultados deles, contribuiriam para criar um canal “cientificamente” delineado entre o Exército e a sociedade, pois o que estava em jogo era a qualidade do elemento humano que fazia parte e / ou estava sendo incorporado à referida força armada. Só assim a resolução dos problemas de saúde dos componentes do Exército seria possível.

Em junho de 1940, *Nação Armada* publicou estatísticas sobre o concurso à Escola Militar. Neste estudo, fica clara a importância dada à preparação física dos candidatos que pleiteavam uma vaga no oficialato do Exército:

“Desses documentos [relatórios do concurso de admissão] extraímos a seguinte síntese:

Inscreveram-se ----- 1. 899.

Apresentaram-se ----- 1.676.

Foram inhabilitados:

No exame médico ----- 437.

No exame físico ----- 38.

No exame físico a Escola Preparatória de Cadetes apresentou melhor resultado que as demais concorrentes. Ela teve apenas 3,4% de reprovados; o Colégio Militar 6,8% e os civis 8,6%. Essa gradação revela o cuidado e interesse pela educação física nos diversos estabelecimentos de ensino” (Dados estatísticos..., jun. 1940, p. 116).

Dessa forma, de acordo com este texto de *Nação Armada*, seria preciso um controle criterioso na entrada de indivíduos nas fileiras do Exército. Quando este ingresso era por meio do oficialato, o cuidado deveria ser maior, já que estes (uma elite) deveriam ser responsáveis por liderar as tropas. Sendo assim, as próprias escolas militares (ou militarizadas) seriam mais capazes de preparar os indivíduos para o ingresso nos corpos do Exército. Os motivos de reprovação por conta de problemas “médicos” / “físicos” eram diversos:

“Causas de reprovação no exame médico:

origem dentária ----- 294

fraqueza orgânica ----- 79

varicocele ----- 38

gripe ----- 20

coração ----- 12

defeitos de visão ----- 6

gagueira ----- 2” (Dados estatísticos..., jun. 1940, p. 117).

Os motivos que fizeram com que alguns candidatos fossem reprovados totalizaram 451. Podemos inferir que alguns pretendentes ao posto de oficial do Exército brasileiro foram reprovados por mais de um motivo, já que a quantidade de reprovados por conta dos exames médicos foi de 437 pessoas. Problemas odontológicos ou gagueira eram questões que reprovavam, segundo *Nação Armada*, no momento de

acesso ao oficialato do Exército, fato que significava um rigor na seleção dos indivíduos.

De acordo com José Murilo de Carvalho, no período entre as duas grandes guerras mundiais, o Exército brasileiro, como a maioria dos exércitos nacionais regulares, estabelecia vínculos com a sociedade a partir de duas vias (mutáveis e diversas historicamente): a entrada e a saída. A primeira caracteriza-se pelo recrutamento de oficiais e praças, representando o fluxo de pessoas da sociedade para o Exército, enquanto que a segunda via efetua-se pelo movimento contrário, ou seja, a “devolução” dos indivíduos ao seio da sociedade (Carvalho, 2005b, p. 75).

A partir do fim da Primeira Guerra Mundial, com a consolidação da Lei do Sorteio de 1908 (que somente entrou em vigor em 1916) e sobretudo com as tensões da eclosão da Segunda Guerra, no final da década de 1930, o Exército brasileiro fortaleceu a idéia de abrir a sociedade a ele. Este processo foi marcado pela dinamização dos canais de entrada e saída, reforçados pela ampliação do sorteio, por legislações que criavam barreiras e punições a quem não se submetesse ao serviço militar e pela formação de reservas (praças, graduados e oficiais)⁵⁹, verificadas com a criação ou extensão de instituições específicas para a formação de reservistas (Carvalho, 2005b, p. 76-8). Em 1939, promulgou-se a lei que ordenaria o recrutamento e o serviço militar aos moldes ideológicos e políticos do Estado Novo. Esta lei tentava ampliar ainda mais os quadros de reserva, já que todos os indivíduos, no ano em que completassem vinte e um anos de idade deveriam “considerar-se convocados” e, dessa forma, “sujeitar-se a todas as determinações” desta legislação. Ela também estabelecia taxas a serem pagas pela isenção de incorporação, temporária ou definitiva (estabelecida entre cinco e cinquenta réis) e multas (que poderiam atingir os quinhentos mil réis) àqueles que descumprissem esta lei e fossem totalmente refratários ao recrutamento. Tais medidas dificultavam muito a negativa, por parte dos cidadãos, ao alistamento e à incorporação (Brasil. Exército Brasileiro, 15 abr. 1939).

⁵⁹ Um dos exemplos desta abertura da sociedade ao Exército, como descritas por Carvalho (2005b), foi a colocação, no texto constitucional de 1934, no Artigo 163, parágrafo 2º, da quitação das obrigações militares para exercer qualquer cargo público (Campanhole, Campanhole, 1978, p. 560). Outro mecanismo que visava a esta abertura, colocada em prática no entre-guerras, foi a reativação dos Tiros de Guerra, das Escolas de Instrução Militar e de Instrução Militar Preparatória, bem como o incremento dos Centros de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR) (Carvalho, 2005b, p. 76-7).

Assim, o “Exército penetrava na sociedade e tornava-se capaz de a influenciar”:

“O serviço militar ampliado e a formação de oficiais da reserva devolviam à sociedade milhares de cidadãos doutrinados no anticomunismo, no amor à pátria, na crença na inevitabilidade das guerras, na necessidade de se preparar para elas, na conveniência de um governo forte que promovesse o progresso do país” (Carvalho, 2005b, 77-8).

Havia, entretanto, algo a ser considerado e para o qual os organizadores e colaboradores da revista *Nação Armada* estavam atentos: as condições sanitárias dos indivíduos que postulariam o ingresso no Exército. Este mecanismo de entrada e saída, que serviria de garantia à abertura da sociedade ao Exército, como descrito acima por Carvalho (2005b), poderia estar ameaçado pelas “doenças”, “fraqueza”, “incapacidade física” e/ou “ausência de educação higiênica” por parte daqueles elementos que estavam sendo incorporados às fileiras militares. Os diagnósticos feitos pelos escritores de *Nação Armada* a respeito destes indivíduos eram os piores possíveis. De acordo com o médico (civil) Napoleão L. Teixeira, para quem Miguel Pereira havia cunhado a idéia, “um tanto enfaticamente talvez, de que o ‘Brasil era um vasto hospital’”, chamou a atenção para os dilemas sanitários colocados em evidência nas convocações militares periódicas:

“Por ocasião da última inspeção de saúde, levada a efeito para incorporação de sorteados, constatou-se que 50% dos homens examinados foram recusados por incapacidade física. A quem, como nós, está afeito a assistir à chegada dessas levas tristes de conscritos, a nova não surpreende. Achamos, mesmo, a percentagem em questão pouco merecedora do realce que se lhe emprestou. Porque, sem temer exagerar, ousaremos avançar que, em média, praticamente, é a habitual.

Na realidade, de tal maneira se apresentam nossos compatriotas ante as Juntas Militares de Saude, esqueléticos, sub-nutridos, expoliados pelas verminoses, anemiados pelo impaludismo, raquíticos, minguados, desdentados ou portadores de destroços, tremendamente infectados, do que foi, em outros tempos, uma dentadura, - que rolam, imprestáveis para o mais nobre de seus deveres de cidadãos.

O mal tem raízes velhas e profundas. Só providencias de grande amplitude poderão debelá-lo” (Teixeira, mar. 1941, p. 39).

A avaliação, quantitativa e qualitativa, sobre a saúde dos recrutados, resultante das rotineiras inspeções típicas da vida militar, conferiam um grau de concretude e dramaticidade à “realidade” revelada pela caserna. Longe da hipérbole gratuita, os escritos de *Nação Armada* apresentavam o que consideravam um problema nacional: a

população brasileira estava doente e era inadmissível o Exército, como reflexo e formador da nação, aceitar de forma acomodada esta situação.

A detecção e a magnitude destes problemas de saúde da população brasileira, assim como as implicações da passagem de parte desta população pelo seio do Exército, através dos mecanismos de recrutamento, também eram preocupações oficiais do governo. As páginas de *Nação Armada* reproduziam as vozes preocupadas dos detentores do poder no Estado Novo. A premência em resolver os dilemas sanitários do povo brasileiro era recorrente, indicando o nível de disseminação destes dilemas, nas estruturas hierárquicas do Exército e nos meandros do governo Vargas, entendidos como problemas brasileiros. Eurico Gaspar Dutra, Ministro da Guerra, reverberava o tom dramático destas questões em seus discursos publicados na revista em questão:

“As inspeções de saúde rejeitam anualmente para o serviço das armas, por incapacidade física, mais de 50% dos nossos jovens patricios!

É lamentável este estado de cousas. Semelhante situação apouca o nosso poder militar.

A oficialidade luta denodadamente para transformar anualmente os conscritos em robustos soldados, capazes de todos os esforços que a preparação militar exige.

Tão grave situação requer a meditação e o esforço de todos que possam atuar em proveito da elevação do nível de robustez do nosso povo” (Dutra, jan. 1941, p. 26).

Sendo assim, para Dutra, havia um grave distanciamento entre as ambições do Exército (e do regime estadonovista) e as condições de saúde do brasileiro. De acordo com o discurso acima, o poderio militar e a defesa nacional estavam ameaçados por estes problemas sanitários de dimensão nacional, causadores de uma grande angústia entre os escritores de *Nação Armada* e os homens importantes do Exército brasileiro. No entanto, de acordo com Dutra, a situação dos conscritos citada acima, apesar da gravidade do diagnóstico, contava com uma perspectiva de transformação qualitativa.

Segundo o historiador norte-americano Peter Beattie (2001), o espaço de tempo entre as duas guerras mundiais foi significativamente marcado por este dilema, qual seja o da impossibilidade de a maioria dos homens em idade de se colocarem à disposição das forças armadas brasileiras, sobretudo do Exército, ser considerada incapaz para realizar tal serviço. Para este autor, era muito freqüente o questionamento sobre a capacidade do brasileiro para o serviço militar obrigatório no Exército nacional. Em

geral, as qualificações de “retardado”, “incapacitado fisicamente”, portadores de “doenças venéreas”, “defeitos nos olhos, ouvidos, narizes ou gargantas”, “defeitos físicos” ou “altura inadequada” estavam intimamente ligadas à forte idéia de que as péssimas condições sanitárias dos brasileiros seriam um importante problema de segurança nacional e de defesa da “raça”. A ampliação dos mecanismos de recrutamento, principalmente o uso habitual e crescente do sorteio militar, fez com que os médicos do Exército se deparassem, cada vez mais, com esta “realidade sanitária” nacional (Beattie, 2001, p. 253-4).

Com um tom desalentador, foi publicada, em *Nação Armada*, uma transcrição de um telegrama que havia chegado à imprensa do estado do Pará, no final do ano de 1940, a respeito dos procedimentos de seleção de jovens para ingressar no serviço militar naquele estado (Figura 17, Anexos). Segundo as referidas informações:

“A 28ª Circunscrição de Recrutamento sediada nesta capital [Belém] apresentaram-se até o dia 31 de setembro último 331 sorteados convocados para preencherem os claros existentes nas fileiras da guarnição local.

O resultado da inspeção de saúde procedida pela Junta Médica Militar foi desolador. Dos 331 sorteados, todos rapazes de 21 anos, desta capital e interior do Estado, foram julgados capazes para o serviço do Exército apenas 183 e incapazes 148. Estes últimos na sua maioria sofrem as consequências do paludismo, opilação, boubas, verminoses várias, etc.

O resultado da inspeção demonstra que 45% da mocidade paraense está atacada de endemias e, assim, incapacitada de servir a pátria” (Incapazes para o serviço militar, dez. 1940, p. 142).

Este tipo de notícia, para os colaboradores de *Nação Armada*, reafirmava a tarefa das autoridades sanitárias brasileiras (e do próprio Exército) de resolver de forma urgente os problemas do país no tocante a estas questões de saúde, já que elas também se configuravam como incertezas na área de defesa nacional. As preocupações com a saúde dos brasileiros/soldados eram originadas a partir da análise daqueles que estavam sendo convocados para ingressar no Exército, bem como também procediam da constatação daqueles que já faziam parte das tropas. O indivíduo doente seria um estorvo para a tropa e colocaria em xeque as ambições de construir um Exército (e uma nação) forte, capaz de dar conta dos problemas de segurança nacional que poderiam surgir e que já eram vislumbrados. Como afirmou o 1º Tenente Médico Raul Moura,

“É absurdo se querer confiar em homens doentes!

Em tempos de paz, é indispensável a manutenção de um bom estado sanitário dos soldados, pois frequentes baixas ao hospital, devido a homens fracos, doentes e incapazes de suportar o regime do quartel, é motivo de desorganização e prejuízo da instrução, quer pela sobrecarga de trabalho que acarreta para seus companheiros, como pela falta de confiança que infunde em seus superiores.

Se assim é em tempo de paz, que não diremos em campanha, onde a deficiência de alimentação e repouso, a exposição à chuva e ao frio, o esgotamento nervoso, etc., são outros tantos fatores de diminuição da resistência orgânica.

Uma tropa pouco sadia, será incapaz de resistir” (Moura, jan. 1943, p. 65).

Nação e Exército, nesse sentido, tornavam-se inseparáveis. Os problemas sanitários nos quartéis eram os problemas sanitários do Brasil e vice-versa. Os indivíduos doentes só poderiam se organizar, nesses termos, como um “exército de sombras” (Banquete ao Dr. Carlos Chagas, 22 out. 1916), como havia dito Miguel Pereira em 1916. As relações entre a instituição Exército e a nação, através dos mecanismos de recrutamento, dos dispositivos de “entrada” e “saída”, no dizer de Carvalho (2005b), corroboravam a idéia, difusa nos meios militares brasileiros desde a Primeira Guerra Mundial, de “guerra total”: os conflitos modernos exigiam a preparação e a participação de toda a nação, envolvendo todos os aspectos da vida nacional (Carvalho, 2005b, p. 78). O Exército brasileiro, no Estado Novo, dessa forma, teria um papel fundamental, não apenas preparando a nação para a luta, mas abrindo-se para a sociedade e criando condições, inclusive sanitárias, para a construção de uma identidade nacional forte para aqueles tempos belicosos.

3.2 - “Médicos de verdade” para o Exército: equacionando os problemas de saúde brasileiros.

O Estado Novo é conhecido como um momento da história brasileira em que se concentraram esforços estatais no sentido da nacionalização e ampliação das estruturas

administrativas e políticas no campo da saúde pública, sob o viés centralizador que marcava o governo de Vargas. Em janeiro de 1937, passou a vigorar a legislação que reestruturava o Ministério da Educação e Saúde (MES) e delegava ao Departamento Nacional de Saúde (DNS), organismo interno deste ministério, a atribuição de administrar as políticas e ações de saúde pública no país. O mês de novembro deste mesmo ano marcou o início do Estado Novo, período autoritário da primeira passagem de Vargas pela presidência. Apesar do pequeno fosso temporal, o “espírito” (sua veia centralizadora e nacionalizante) e os mecanismos políticos (as interventorias, por exemplo) estadonovistas foram importantes itens de sustentação das transformações institucionais da saúde pública no Brasil capitaneadas pelo ministro Gustavo Capanema (Hochman, Fonseca, 1999; Fonseca, 2007).

Os escritos de *Nação Armada*, apesar de não fazerem menção muito específica às transformações institucionais no campo da saúde pública, representaram, a um só tempo, o reflexo e a afirmação da tendência descrita acima: a questão da saúde era um fator importantíssimo nas discussões e ações sobre a criação e fortalecimento da nação brasileira no regime estadonovista. Numa série de reportagens intitulada “Realizações do Espírito Criador Brasileiro”, escrita pelo Capitão Carlos Sudá de Andrade (médico do Exército e um dos mais recorrentes colaboradores de *Nação Armada*) e publicada em vários números do referido periódico, fica clara a preocupação com este tema, bem como a abrangência que ele ganha em suas páginas. Tais reportagens fazem referência a instituições de pesquisa na área de saúde (Institutos Oswaldo Cruz e Butantan, por exemplo), a obras que viabilizariam a integração nacional e a medidas de saneamento em distintas regiões do país. Em outubro de 1941, foi publicada a reportagem de número seis desta série, que tinha como objeto central o saneamento da Baixada Fluminense. Após considerações sobre a geografia e a história da localidade, onde o ameríndio viu “o seu jardim maravilhoso talado pelo homem branco que o submeteu pela espada e o redimiu pela Cruz” (Andrade, out. 1941, p. 86), Carlos Sudá de Andrade afirmou que a partir da “Revolução de 1930”, depois de muita descrença e desalento sobre a resolução destes problemas fluminenses, a situação passou a ser outra:

“Os seus ideais sadios, o seu supremo chefe, Dr. Getulio Vargas, - este homem providencial que criou, na Pátria, o candente sentido de brasilidade, plasmaram na Administração Pública, mercê de Deus, um novo sentido de realizações exclusivamente nacionais...”

Fez-se a rescisão de contrato com a Empresa de Melhoramentos da Baixada Fluminense e a 5 de Julho de 1933, criou-se a Comissão de Saneamento da Baixada Fluminense, com a incumbência de estabelecer um programa geral de ação” (Andrade, out. 1941, p. 90).

Para este signatário de *Nação Armada*, as ações lideradas por Vargas no sentido de garantir o “progresso” e a saúde dos brasileiros era uma marca dos “novos tempos” inaugurados com a década de 1930 e, principalmente, com a promulgação do Estado Novo. Este “homem providencial” teria sido capaz de, por conta da sua “predestinação”⁶⁰, levar ao caminho do desenvolvimento e da modernização, via saneamento, aquela região e o próprio Brasil. Segundo Andrade, depois da chegada do grupo de Getúlio Vargas ao poder, o enfrentamento dos problemas sanitários da região ganhou um novo rumo, inscrito num projeto maior de “colonização” e desenvolvimento:

“O problema foi abordado em conjunto, tanto focalizando a parte hidráulica , como o saneamento das populações endemizadas pela malária, os transportes e a colonização das áreas já conquistadas.

Finalmente criou-se uma legislação especial para incrementar a colonização e fomentar o desenvolvimento das culturas intensivas.

Os lineamentos mestres dessa gigantesca tarefa se assentam nos seguintes pontos: restauração, desobstrução, conservação e a realização das obras definitivas de saneamento. Dentro desse esquema, vê-se em conjunto e em resumo, o ciclópico esforço realizador da Diretoria de Saneamento da Baixada Fluminense, no que já foi feito e no que está sendo realizado com toda a energia” (Andrade, out. 1941, p. 90).

Especificamente em relação ao combate à malária (Figura 18, Anexos) nesta região do país, o autor deste texto discorre sobre trata das ações deste trabalho higienizador, mais uma vez destacando o espírito de “complementaridade/unidade” entre as atitudes que visavam a uma intervenção integral:

“O Serviço de Malária da Baixada Fluminense é o complemento indispensável dos trabalhos de grande hidrografia que o Governo Nacional vem realizando, no território Fluminense...

⁶⁰ Sobre a construção das características do líder Vargas (infallibilidade, autoridade, predestinação, retidão de caráter, força e outras), ver Lenharo (1986) e Capelato (1998). Sobre a “figura mítica” de Vargas como símbolo da nacionalidade e o catolicismo como “argamassa” da unidade nacional, elementos fundamentais do projeto ideológico do Estado Novo, ver, além de Lenharo (1986), Velloso (1982).

Em administrações passadas, várias tentativas foram feitas, tendo falhado todas por falta de orientação técnica, de recursos convenientes e de continuidade de ação, até que o Estado Novo chamou a si a *solução integral do problema*. (...)

O combate à endemia é realizado com a aplicação das seguintes medidas:

- a) trabalhos de hidráulica sanitária e que visem dificultar ou impedir a procriação dos culicídeos transmissores;
- b) destruição sistemática dos culicídeos transmissores, em qualquer das suas fases evolutivas;
- c) proteção dos indivíduos e das habitações pelo emprego de processos eficientes, mecânicos, químicos ou biológicos;
- d) isolamento e tratamento profilático dos doentes, visando a extinção de sua capacidade infectante;
- e) educação sanitária” (Andrade, out. 1941, p. 93-5, grifo nosso).

O combate às endemias como a malária, o saneamento das várias regiões insalubres e o tratamento geral do ambiente significariam a possibilidade de desenvolvimento econômico e social do país, a colonização do território e um grande passo para a consolidação dos traços componentes da identidade nacional. A preocupação demonstrada pelos escritos de *Nação Armada* quanto à necessidade de saneamento de amplas áreas do país valorizava o papel do Estado Novo como um momento importante da história nacional no que tange à resolução de problemas sanitários como um valoroso caminho para o desenvolvimento da nação (Campos, 2006; Fonseca, 2007).

O entusiasmo e a fé inabalável no papel da política de saúde e de suas instituições, sob a égide do Estado Novo, se refletem, também, no olhar de *Nação Armada* sobre os institutos de pesquisa do país. Para os escritores desta publicação, o Instituto Oswaldo Cruz, por exemplo, seria a efígie de excelência para o combate aos problemas sanitários nacionais. De acordo com um de seus colaboradores, o referido Instituto seria a:

“Meca da Ciência brasileira, os médicos, os estudantes, os juristas e sociólogos patrícos vão ter às suas austeras salas de leitura, laboratórios experimentais para aurir conhecimentos e admirar a obra ciclópica de um homem forte [Oswaldo Cruz] cujo amor ao Brasil e ao trabalho perseverante é um exemplo eterno do gênio criador da raça brasileira.

(...)

Sente-se no ar [do Instituto] uma mística, a mística de Oswaldo Cruz, da sua passagem fascinante por aquela Casa onde foi e será, pelos séculos, o homem-símbolo. Sente-se, mais ainda,

uma espécie de ‘sebastianismo’ pelo Mestre pranteado e esse sentimento como que embota, de certo modo, outras iniciativas, outros homens, outras realizações...” (Andrade, dez. 1940, p. 80).

Dessa maneira, evidencia-se a sedimentação, nas décadas de 1930 e 1940, da importância da imagem mítica de Oswaldo Cruz, do Instituto que leva seu nome e das atividades científicas na área de saúde lá realizadas. De acordo com Britto (1995), a construção do mito de Oswaldo Cruz percorreu o caminho sinuoso das lutas simbólicas em busca da autoridade científica entre os diversos grupos de “homens de ciência” brasileiros e também junto à sociedade. A atuação e o trabalho de Oswaldo Cruz trouxeram novos caminhos de institucionalização do campo médico no Brasil, a partir de um modelo que conjugava pesquisas no laboratório e ações em saúde pública (Britto, 1995, p. 30-1).

Para os escritores de *Nação Armada*, recorrer ao (ou mesmo se apropriar do) mito oswaldiano representava o fortalecimento da idéia de um herói nacional que contribuiu, via resolução de problemas sanitários, com o “engrandecimento da pátria”. Adotando este exemplo, o médico militar, suas práticas e seu campo de atuação seriam, igualmente, valiosos elementos para a afirmação de uma nacionalidade sadia e forte. A construção e afirmação da identidade nacional brasileira se beneficiariam diretamente da ação dos médicos militares no campo da higiene e da saúde pública.

Belisário Penna (1920) já expressara esta questão em seu *Exército e Saneamento*: o trabalho da medicina e do médico militar era de grande mérito, pois ratificava a idéia da higiene como recurso para o “aperfeiçoamento” do povo brasileiro. Dizia ele que, não só em tempo de guerra, “mas no de paz, ao médico militar cabe mais o papel de higienista do que o de clínico ou cirurgião” (Penna, 1920, p. 64). No momento de veiculação da revista *Nação Armada*, esta perspectiva foi valorizada pelos seus colaboradores.

O momento que marcou o restabelecimento da ordem depois da sublevação paulista contra Getúlio é considerado por muitos analistas⁶¹ como um tempo de

⁶¹ Conferir, em relação a esta reestruturação, os capítulos “O Exército e a política revolucionária” e “A segurança da pátria”, em McCann (2007), bem como ver Carvalho (2000, 2005c). Especificamente acerca das reformas na Escola Militar, sob a batuta do General José Pessoa, consultar Castro (2002).

reestruturação do Exército brasileiro tendo em vista a nova realidade política, por meio de transformações nas legislações, nos mecanismos de recrutamento e de instrução de oficiais, bem como através de transferências, promoções, expurgos e aposentadorias. Este referido momento foi visto, também, por contemporâneos e por vários escritores de *Nação Armada*, como um período marcado por uma busca pela modernização da referida instituição, em termos de ensino militar, equipamentos, edificações e armamentos. A formação de quadros específicos nas fileiras do Exército ganhou muita importância e o argumento técnico e científico era utilizado para justificar a necessidade de tal formação. Neste contexto, a figura do médico militar era particularmente valorizada. Como afirmou o Capitão Dr. Carlos Sudá de Andrade,

“Foram dados ao Exército médicos de verdade, pelo selecionamento aprimorado dos candidatos no concurso para o cargo inicial de médico estagiário à Escola de Saúde do Exército. Aprovado o candidato, êle se obriga durante um ano a um curso de adestração à vida médico-militar na tropa e no ambiente das diversas organizações hospitalares. Findo êsse curso, que é rigorosissimo, sujeito ao regime escolar de sabatinas e de estágios obrigatórios no Hospital Central do Exército, na Formação Sanitária Divisionaria, manobras, etc., o candidato se submete aos exames finais nos quais deve obter, no mínimo, a nota 40 em cada disciplina, para lograr a aprovação final.

Por ordem rigorosa de seleção individual, feita pela contagem dos pontos obtidos o candidato é, então, classificado dentro de sua turma e nomeado primeiro-tenente médico. Como aluno da Escola de Saúde, êle cursa o ano letivo comissionado, no pòsto de segundo tenente estagiário.

Nomeado, o nóvel médico militar é classificado pelas Unidades do Exército, onde servirá, obrigatoriamente, pelo menos dois anos. Sómente então, conforme suas aptidões e trabalhos profissionais, é êle mandado servir nos hospitais e estabelecimento médico-militares. Hoje em dia, o concurso para médico no Exército é um dos mais sérios e difíceis no Brasil. Muito concurso para docente na Faculdade de Medicina não lhe ganha a palma em rigôr. Partindo dêsse principio, isto é, dando médicos de verdade ao Exército, novos e largos horizontes se lhe descortinam...” (Andrade, nov. 1939, p. 79).

Rigor, excelência e mérito eram proclamados valores importantes para todos os que se viam no papel de construtores de um “novo Brasil”, que se pretendia ainda mais “moderno e unido” a partir de 1937 com o Estado Novo. De acordo com este artigo publicado em *Nação Armada*, a interação dos médicos militares (em formação ou formados) com a sociedade civil, fosse através da presença destes médicos nas cadeiras

das faculdades de medicina, fosse no exercício da prática médica fora dos muros dos quartéis, potencializava a desejada intercomunicação entre Exército e sociedade:

“Dessa maneira, contam-se hoje, entre os seus oficiais, vários professores e livres docentes por concurso de quasi todas as nossas Faculdades oficiais e oficializadas. Mantém a Diretoria de Saúde uma grande revista científica mensal cujas páginas são frequentadas por inúmeros profissionais. Esta revista, além de copiosa colaboração médico-farmacêutica, publica os resumos dos trabalhos de vários centros de estudo que funcionam nos hospitais militares. São êles, verdadeiras sociedades médicas para discutir e divulgar idéas, estudos e observações científicas.

Nêsse rápido bosquejo, tem-se uma idéia do progresso científico do médico militar o qual, fóra das horas de labôr oficial, se dedica na vida civil, às atividades da clínica, por autorização do próprio Ministro da Guerra que, desse modo, lhe faculta maior campo de aperfeiçoamento e de aprendizagem profissional” (Andrade, nov. 1939, p. 80)⁶².

A valorização dos profissionais do campo da saúde podem ser observada nos discursos efusivos que apontavam a aproximação dos “vultos” do Exército com os da saúde, como no caso da “saudação á Caxias e Ana Nery” (Figura 19, Anexos):

“O soldado e a enfermeira, os dois pólos magnéticos em que se encaram a bravura do homem e a bravura da mulher; as duas estrelas-guias, os dois clarões de glória: um, retumbante como um hino, outro, murmurante como uma prece; um ardente, como o sol, outro, níveo como o luar; Caxias e Ana Nery que esculpiram na História da Pátria, os exemplos singulares da Honra e do dever” (Andrade, set. 1942, p. 34).

Estas operações discursivas/retóricas podem ser consideradas reveladoras, sobretudo em se tratando de um momento que o Brasil ingressava na guerra. Unidos, Exército e saúde, vislumbravam a “melhoria” do Brasil, fortalecendo a idéia da criação de uma “nova nação homogênea”, mesmo que para isso tivesse que lutar contra soldados ou “doenças”.

Num contexto em que as estruturas estatais propiciavam e exigiam a profissionalização e a especialização de várias categorias no campo da saúde pública – médicos, engenheiros, enfermeiros, etc. (Hochman, Fonseca, 1999; Hochman, 2001; Fonseca, 2007) -, é interessante perceber, também no âmbito específico da medicina

⁶² A citada publicação é a *Revista de Medicina Militar* que foi transformada em órgão oficial do Exército em 1933.

militar, esta preocupação com o treinamento e a formação de quadros técnicos específicos.

Neste movimento de profissionalização do Exército, vale ressaltar, também, a perspectiva de criação/renovação/consolidação de instituições, ligadas ao meio científico e/ou médico, no campo militar.

“No ponto de vista material, há no campo de Saúde do Exército, uma verdadeira ressurreição depois de 1930. Foi inteiramente remodelado o Hospital Central do Exército, sem favôr, o maior Hospital da América do Sul. Novas clínicas especializadas, serviços moderníssimos de laboratório clínico, instalações fisioterápicas, de rádio-diagnóstico e rádio-terapia profunda, etc., mostram, de sobejo, o aperfeiçoamento técnico de que dispõe.

(...)

A Policlínica Militar, modelar estabelecimento de serviços especializados funcionando em luxuosas e completas instalações técnicas, é uma revelação magnífica de que se orgulha o Exército.

O Laboratório Químico Farmacêutico Militar é uma verdadeira usina capaz de bastar ao Exército de todas as suas necessidades de material farmacêutico e sanitário. (...) Por outro lado, o Instituto Militar de Biologia – O Manguinhos do Exército, cujos técnicos são recrutados entre os oficiais que fazem os vários cursos de especialização daquele grande Centro-científico do País, produz e abastece o Exército, dos sôros, vacinas, reagentes químicos e toda a larga escala de remédios de opoterapia em geral.

Sendo os sôros anti-gástricos e anti-tetânico, verdadeiro material de guerra, tinha o Exército necessidade de uma fonte de produção própria.

Tal finalidade preencheu o Instituto de Biologia que é uma realização inteiramente da Revolução de 1930.

O mecanismo do abastecimento desses produtos às várias unidades do Exército se processa através do Depósito Central do Material Sanitário do Exército, órgão controlador que os distribui, regularmente, bem como suprê de material médico-cirúrgico necessário aos Hospitais e Formações Sanitárias Regimentais.

O Depósito é a grande chave econômica do Corpo de Saúde” (Andrade, nov. 1939, p. 80-81).

A institucionalização e dinamização da estrutura do Exército ligada à saúde, segundo *Nação Armada*, dependiam da combinação entre a infra-estrutura nacional e as condições materiais das instituições militares, que, segundo os escritos da revista, estavam em franco processo de modernização. Rodovias, combustíveis, ferrovias, etc. se transformavam em elementos essenciais para a efetivação do projeto de integração e profissionalização do Exército através, também, das ações em saúde.

Em conferência realizada no Palácio Tiradentes (à época, sede do Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP), em dezembro de 1940, e transcrita em *Nação Armada*, no mês seguinte, o Ministro da Guerra Eurico Dutra discorreu sobre os “feitos” de Getúlio Vargas em seus dez anos no poder. Em tal conferência, na verdade parte de uma série de preleções realizadas por vários Ministros de Estado, que tinham como foco a comemoração do decênio de Vargas na “chefia” do país, seus desafios e suas realizações, houve espaço para as “realizações” na área da saúde. De acordo com Dutra: “O Serviço de Saúde, acompanhando a evolução do Exército, teve também seu aparelhamento remodelado, e, em parte, recompletado” (Dutra, jan. 1941, p. 20). Fez ele referências, também, ao Hospital Central do Exército, à Policlínica Militar e ao Instituto Militar de Biologia, assim como ao Depósito Central como organismos de excelência no que tange ao trabalho ligado ao melhoramento das condições sanitárias desta força armada e do Brasil.

Ao final da transcrição da referida conferência, consta um resumo das realizações do Exército nos dez anos de governo Vargas, e, notadamente, no Estado Novo. No item “3” deste resumo, destinado às principais obras de engenharia, o subitem “B” é restrito aos estabelecimentos de Saúde:

“a) – CONSTRUÍDOS:

- Hospital Militar da Baía – S. Salvador.
- Hospital Militar de Alegrete – Rio Grande do Sul.
- Hospital Militar de Santo Ângelo – Rio Grande do Sul.
- Sanatório Militar de Itatiaia (ampliação).
- Laboratório Químico Farmacêutico Militar – Capital Federal.
- Pavilhão de Neurologia e Psiquiatria do Hospital Central do Exército – Capital Federal.
- Policlínica Militar – Capital Federal.
- Hospital Militar de Belém – Pará.
- Instituto Militar de Biologia.

b) EM CONTRUÇÃO:

- Hospital Militar de Porto Alegre – Rio Grande do Sul.
- Enfermaria – Hospital de Óbidos – Pará” (Dutra, jan. 1941, p. 29-30).

Esta listagem reflete a idéia amplamente delineada em *Nação Armada* de que estava tudo sendo feito para alavancar o país a uma situação “próspera” e “grandiosa” no que toca à idéia de defesa nacional. Para organizadores, colaboradores e escritores da referida revista, a questão sanitária fazia parte deste esforço pela segurança nacional e os resultados da equação dos dilemas da saúde (a vitória contra as doenças, a construção de “brasileiros” / “soldados” fortes e saudáveis, etc.) seriam itens importantes da nacionalidade, de uma identidade brasileira.

O então diretor interino do Serviço de Saúde do Exército (que, em agosto de 1941, seria efetivado no cargo, que só deixou com o fim do Estado Novo), Coronel João Afonso de Souza Ferreira⁶³, entoando uma preocupação mais pragmática com o aspecto quantitativo da atuação do Exército em saúde, declarou, em pronunciamento transcrito na edição de *Nação Armada* de dezembro de 1940, que:

“Os quadros de oficiais e praças do Serviço de Saúde são agora exíguos e deficientes, de modo que não atendem com justeza às necessidades do momento.

(...)

Os efetivos dos corpos de tropa e o movimento de certos estabelecimentos e fábricas, em algumas regiões militares, recresceram consideravelmente, aumentando, conseqüentemente, os deveres do Serviço de Saúde, sobretudo quanto à rotina do serviço médico das guarnições, à hospitalização e pessoal correspondente.

Avolumaram-se as necessidades e os quadros permanecem os mesmos” (Novos rumos dos Serviços..., dez. 1940, p. 106-7).

As deficiências quantitativas referentes aos profissionais de saúde do Exército seriam originadas da própria atuação desta instituição ao longo da década de 1930, sobretudo a partir de 1937. Não seriam problemas estruturais desta força armada, mas dilemas conjunturais do Serviço de Saúde ligados ao crescimento de sua importância (e do Exército) no Estado Novo. Além disso, o Coronel Souza Ferreira fez uma síntese do papel do médico-militar, indicando a relação entre a ação sanitária e o desenvolvimento da guerra:

“Na era conturbada que vivemos, observamos, como atentos expectadores que se instruem, o aperfeiçoamento da arte da guerra, a precipitar-se vertiginosamente, gerando espantosas hecatombes e destruições materiais jamais igualadas, e vemos, ao mesmo tempo, que a ciência médica progride no afan da conservação da vida. O Serviço de Saúde, que é tributário

⁶³ Sobre os militares que ocuparam a chefia das ações médico-sanitárias no Exército, ver Lobo (1958).

de ambas – a arte militar e a ciência médica – deve esforçar-se por seguir-lhes paralelamente a evolução, de sorte a adaptar-se com a necessária flexibilidade a nova situação que se vem esboçando e poder enfrentá-la com proveito na ocasião azada.

O material sanitário de campanha de que precisaremos vem sendo, felizmente, adquirido e já se acumula nos respectivos depósitos, graças às iniciativas tomadas pela precedente Diretoria e às verbas concedidas pelo Exmo. Sr. Ministro” (Novos rumos dos Serviços..., dez. 1940, p. 108).

Segundo *Nação Armada*, o Exército estaria preparado para realizar o seu papel de salvaguardar a nacionalidade no que tocava a saúde de seus soldados, de sua gente e no sentido prático da defesa nacional: a efetiva participação na guerra estaria próxima. A aliança Vargas, Dutra e Góes Monteiro, base da instauração e assentamento do Estado Novo, previa a preparação do Exército para a defesa nacional. Existia, de igual forma, o compromisso de armá-lo e equipá-lo visando atingir condições para a participação no conflito (McCann, 2007, p. 544).

Dessa maneira, os departamentos e institutos de saúde do Exército estariam prontos, com o que existia de mais moderno do ponto de vista técnico e científico, para a grande batalha em nome da grandeza, purificação e melhoria do Brasil. Contudo, os problemas eram enormes no campo da saúde pública e da “raça”, problemas estes debatidos intensamente pelas autoridades sanitárias do Exército e do governo. Cabia um esforço total e nacional para resolvê-los e isso, de forma destacada, passava por uma questão central: a seleção dos soldados.

3.3 - Por uma “rigorosa polícia sanitária”: higiene, educação física e esportes.

Os escritos de *Nação Armada* reforçavam o pensamento de que a importância do Exército como instituição promotora da “modernização” e do “engrandecimento” nacional no Estado Novo passava, também, pela sua capacidade de interferir na “melhoria” das condições de saúde do país. Dentro ou fora dos muros dos quartéis. Os problemas sanitários do país (e dos contingentes militares do Exército), cujas denúncias e ações propositivas de resolução fizeram parte da preocupação dos textos publicados na referida revista, afligiam escritores e organizadores de *Nação Armada*, sobretudo tendo

em vista a elaboração da imagem do Exército como símbolo da nação e, mais ainda, com a possibilidade (e a ansiedade) da aproximação do conflito mundial.

Conduzir o Brasil a uma posição de destaque era uma meta para a qual convergiam os esforços estatais no período do Estado Novo. A supressão da democracia, com o fechamento dos canais de participação, o afastamento das oposições (dentro e fora do Exército) e outros mecanismos que buscavam a ordem, a centralização, a burocratização e a institucionalização em diversas instâncias do governo e da sociedade eram justificados como elementos necessários ao “engrandecimento” nacional. As Forças Armadas brasileiras, sobretudo o Exército, tiveram participação fundamental neste processo. A sua aliança com Vargas, através, principalmente, do grupo representado por Dutra e Góes Monteiro, pressupunha a instalação da ordem interna pelos militares (capitaneados pelo Exército). A ditadura foi a condição construída para a colocação em prática das políticas varguistas e de seus aliados: a restauração, modernização e desenvolvimento do país nas diversas áreas da vida nacional. Em troca, o Exército foi equipado, reestruturado e teve seu contingente significativamente aumentado. Além disto, ganharia o que não tinha desde 1870: uma experiência de combate com um inimigo externo (McCann, 2007, p. 551-3).

Em vista disso, o aspecto sanitário do país foi um elemento importante dentro da política estadonovista e do Exército. Esta premente questão sanitária está presente nitidamente nos escritos da revista *Nação Armada* (que, geralmente, articula com mais veemência ao papel do Exército brasileiro naquele momento), refletindo as preocupações dos seus signatários, mas, também, das autoridades e das instituições de saúde daquele período do governo Vargas (Hochman, Fonseca, 1999; Hochman, 2001; Fonseca, 2007). Mais do que importante na luta contra um inimigo externo, as condições de saúde dos soldados (e dos brasileiros) seriam recursos fundamentais para a elaboração de uma imagem renovada e forte de nação.

Neste sentido se expressa um eminente oficial médico do Exército, logo no primeiro número de *Nação Armada*:

“Dentro, pois, do Exército, - o grande mudo, mas também o grande artífice do civismo e da grandeza da Pátria, tem o Corpo de saúde a sua parcela de trabalho, colaborando na obra renovadora da brasilidade.

É de ver-se a tarefa redentora do médico regimental, fazendo nos recrutas e conscritos, a profilaxia sistemática das moléstias infecciosas, vacinando contra a varíola, o tifo, disenterias, curando as verminoses, o paludismo as moléstias venéreas e as evitando, numa rigorosa polícia sanitária!” (Andrade, nov. 1939, p. 82).

Neste texto do Capitão Carlos Sudá de Andrade, a expressão “o grande mudo” denota uma postura da ideologia da não intervenção defendida por parte do Exército brasileiro, segundo a qual este deveria ser primordialmente dedicado “à tarefa de defesa externa, alheios ao jogo político interno” (Carvalho, 2005b, p. 74). Esta perspectiva de ação militar esteve mais em voga nas décadas de 1910 e 1920, cujo “núcleo duro” figurava entre os “Jovens Turcos” e a revista *A Defesa Nacional*. Sendo assim, é interessante salientar a permanência desta idéia no discurso do referido oficial do Exército, sobretudo pelo caráter intervencionista desta força armada no período do Estado Novo (Carvalho, 2005b; McCann, 2007).

Não obstante, este próprio oficial médico tentou afirmar a perspectiva da intervenção pelos esforços e ações “renovadoras” que o Exército brasileiro, através de seus profissionais de saúde, passou a realizar com o advento do Estado Novo. Os procedimentos sanitários que o texto citado acima mencionou eram valorizados, de acordo com esta visão, pelo uso de construção de metáforas e expressões (“rigorosa polícia sanitária”) que enfatizavam aspectos de ordem e disciplina, muito características de ações de saúde pública no país desde o final do século XIX, “militarizadas” tanto do ponto de vista da maneira concreta pela qual eram empreendidas, quanto pela idéia corrente de que se tratava de uma “guerra/luta” contra os “inimigos” representados pelas doenças. A campanha contra a febre amarela no Rio de Janeiro, conduzida pelo “general mata-mosquitos” Oswaldo Cruz e suas “brigadas sanitárias”, bem como as campanhas de combate/erradicação de doenças como a ancilostomíase, a malária e a febre amarela realizadas pela Fundação Rockefeller eram exemplos pragmáticos de ações / programas sanitários dotados de estrutura e disciplina militares⁶⁴.

⁶⁴ Sobre a campanha contra a febre amarela na capital federal nos primeiros anos do século XX, ver Benchimol (2001). Sobre os projetos de erradicação de doenças na América Latina realizados pela Fundação Rockefeller, ver Cueto (1996). De acordo com este autor, entre “1918 e 1940, a América Latina se converteu em um campo de provas de um dos conceitos mais ambiciosos e controversos da saúde pública moderna: a erradicação de doenças” (Cueto, 1996, p. 179). Um dos marcos mais importantes da atuação da Fundação Rockefeller nesse sentido deu-se justamente no momento em que tinha início a

A higiene nas ações do Exército, de acordo com *Nação Armada*, era um forte fator constitutivo da saúde dos soldados e, por conseqüência, do país. Contra as condições sanitárias consideradas “ruins”, as ações higienizadoras da caserna retumbariam não só entre seus muros: era uma questão de defesa e de “progresso” do Brasil. Mesmo em lugares ou em circunstâncias onde a situação sanitária não fosse tão deficitária, o trabalho da higiene seria de fulcral relevância na construção de contingentes “sadios” e “preparados” para as tarefas de fortalecimento e/ou defesa nacional. O 1º Tenente Raul Moura, médico do Exército brasileiro, chamou a atenção para o fato de:

“Se admitirmos uma situação de equilíbrio sanitário da tropa, isto é, uma situação em que não se possa apontar um único caso de moléstia grave, principalmente de caráter infeccioso, é ainda a Higiene que cumpre conservá-lo, o que se procura obter pelas vacinações que periodicamente se efetuam, e que visam fazer com que fiquéis impedidos de adquirir as moléstias para as quais fostes vacinados. Não para aí, porém, o dever da Higiene para convosco. Por meio das Revistas Sanitárias, procura-se controlar o asseio corporal do soldado, fazendo com que as moléstias venéreas, principalmente, sejam descobertas...

Além das venéreas, são comuns nos quartéis as moléstias de pele, principalmente as de origem parasitária... Ainda na Revista Sanitária, observa-se o estado de limpeza e conservação dos dentes...

As medidas de higiene que em resumo acabo de expor-vos, parecem insignificantes e desprezíveis, mas, se por acaso fossem esquecidas, estejais certos de que seria impossível manter-se a tropa em condições de receber instrução, aproveitá-la e empregá-la com êxito no campo de batalha. Uma tropa contendo em seu meio elementos doentes, capazes de espalhar entre seus camaradas as doenças de que são portadores, é uma tropa inútil” (Moura, jan. 1943, p. 64-5).

O perigo do “contágio”, de doenças que poderiam se “espalhar” e “contaminar” toda a tropa assumia, tal como expresso na passagem acima, uma força discursiva especialmente persuasiva, tanto no sentido concreto, da “contaminação” e conseqüente inutilização da tropa, quanto no sentido simbólico de “ameaça” à unidade, homogeneidade e coesão do “todo”, idéia cara a um grupo fortemente marcado pela noção de “espírito de corpo”. O corpo físico, em sua correspondência ao corpo

publicação de *Nação Armada*, em 1939/1940: a campanha contra o *Anopheles gambiae* (uma das espécies transmissoras da malária) no nordeste brasileiro, onde uma intensa epidemia da doença foi vencida pela atuação conjunta da Rockefeller e do Serviço de Malária do Nordeste, então criado pelo governo brasileiro. Esta campanha foi reconhecida no Brasil e no cenário internacional como exemplo das perspectivas otimistas quanto às possibilidades de se vencer a “guerra” contra os temidos “flagelos” representados pelas doenças infecciosas transmitidas por vetores. Ver a respeito Packard, Gadelha (1994).

simbólico constitutivo do Exército e da nação, deveria resistir a qualquer fator que levasse ao desvio, à dissolução da ordem. Além disso, a prática da higiene, rotinizada e imposta pelas inspeções e revistas, servia para garantir outro alicerce fundamental do mundo militar: a disciplina, que se fazia expressar com força simbólica exemplar na idéia de “corpos arregimentados” para exibirem-se, à nação, em sua marca exemplar enquanto “soldados-cidadãos”.

As práticas higiênicas descritas neste escrito e difundidas nos quartéis do Exército, segundo os relatos presentes nas páginas de *Nação Armada*, teriam função de “melhorar” o soldado e a tropa, conseqüentemente, o homem brasileiro e o país. Ou seja, a ideologia da higiene servia de base para o papel central do Exército na equação das questões sanitárias brasileiras e, por conseguinte, na construção de uma identidade nacional “sadia”. As práticas e atitudes higiênicas tidas como fundamentais na vida do soldado no quartel evitavam as doenças ou resgatavam os patricios de situações sanitárias desconfortáveis que, em verdade, eram condições de impossibilidade da nação coesa, forte e saudável. Pela sua própria caracterização como um agente da ordem e da disciplina, o Exército, pelo prisma dos discursos de *Nação Armada*, tinha meios privilegiados de implementar, nos quartéis, mecanismos de controle e melhorias higiênicas.

Outro elemento de suma importância para a afirmação das ações profiláticas e redentoras dos quartéis como forças que a engendrar a identidade nacional era a prática da educação física. Vista pelos colaboradores de *Nação Armada* ora como “consciência física” (corporal), ora como o conjunto de atividades e exercícios, a educação física refletia a idéia da fortificação, purificação e/ou cura do corpo doente ou “desviado”: ela é a própria constituição do corpo nacional. Além disso, como se percebe na citação seguinte (fortemente marcada por conteúdos caros às idéias eugênicas, aspecto que será abordado mais adiante), a prática de exercícios físicos teria um efeito não apenas na saúde e na moral do soldado, mas na sua produtividade, como “valor econômico” (Figura 20, Anexos). O major do Exército J. Almeida Freitas dizia que,

"Ninguém mais, nos dias atuais, põe em dúvida a importância da Educação Física como o único meio capaz de regenerar uma raça entibiada pela malária, e ainda por certas taras hereditárias, como a tuberculose a sífilis e o alcoolismo, fatores da calamitosa letalidade infantil, da legião de débeis e de tarados. O homem são, representa um valor positivo na economia nacional, enquanto que o raquítico, o doente e o cretino, são sobrecargas.

(...) A prática quotidiana da educação física aperfeiçoando as funções orgânicas aumentando o valor intrínseco do indivíduo, melhora, aprimora e seleciona a raça, tornando-a mais capaz e mais produtiva, elevando ao máximo o nível nacional" (Freitas, jun. 1941, p. 64-5).

De acordo com Castro (1997), o Exército brasileiro foi o protagonista da introdução da educação física no Brasil, seguindo uma tendência no cenário militar europeu do início do século XX, segundo a qual as Forças Armadas eram vistas como uma “escola de nacionalidade”. Segundo este autor, a educação física, encarada muitas vezes como atividade relacionada às ideologias de saúde, lazer e esportes, foi desenvolvida em território brasileiro, via Exército, como uma prática (ou conjunto de práticas) ligada ao meio militar, à formação e à defesa nacional (Castro, 1997, p. 62).

Ao longo do século XIX, momento da criação dos Estados nacionais modernos, ocorreu, também, a preocupação, consoante com a organização dos Exércitos nacionais, de se pensar num método nacional de educação física. Os pioneiros pensadores destes métodos (dinamarqueses, suecos, franceses e alemães) os organizaram como elementos da consolidação das suas identidades nacionais. No caso do Brasil, este processo de montagem de um método nacional de educação física, calcado na idéia da elaboração da nacionalidade através da construção dos corpos dos seus integrantes (cidadãos), esteve ligado ao mesmo processo desenvolvido na França, com destacada liderança dos militares do Exército, aqui e lá. A Missão Militar Francesa, chegada em 1920, após “vitória” sobre o exército alemão para decidir quem teria influência militar sobre o Brasil (Carvalho, 2005a; McCann, 2007), foi o ponto central desta influência francesa na formulação de políticas nacionais para a educação física. O “método francês” de educação física transformou-se na principal referência da organização desta prática entre os militares brasileiros e o Exército tomou as rédeas de sua difusão no Brasil (Castro, 1997, p. 63-5). Este processo de influência francesa na constituição de um método nacional de educação física no Brasil se mostrou frutífero e duradouro. No final da década de 1930 e início da seguinte, período da publicação de *Nação Armada*, este predomínio francês vigorava, como demonstra o texto do Major Adolfo Pinto, médico do Exército:

“Atualmente está sendo adotado em França e em grande número de países e também entre nós, o chamado “Método Francês de Educação Física”, método simples e acessível a todos, graças aos pacientes estudos da Escola de Joinville le Pont.

(...)

Assim, pois, classifica-se [o referido método]:

- 1º) – Educação física ‘elementar’, destinada às crianças de 4 à 13 anos.
- 2º) Educação física ‘secundária’ para jovens de 13 à 18 anos;
- 3º) Educação física ‘superior’, (esportiva e atlética) para os indivíduos de 18 a 30 ou 35 anos e que tenham permissão para seguir as práticas atléticas e esportivas;
- 4º) Educação física ‘feminina’.
- 5º) As adaptações ‘profissionais’.
- 6º) Ginástica para a idade madura (após 35 anos).

O método francês preenche os fins a que se destina e é atualmente o adotado na nossa Escola de educação Física do Exército, dando ótimos resultados” (Pinto, ago. 1940, p. 77).

O Centro Militar de Educação Física, criado em 1922, mas somente instalado em 1929, teve como função principal a vulgarização do método nacional de educação física (na verdade, o método francês adotado aqui), formando instrutores militares e civis. A partir de 1933, este papel passou a ser da recém criada Escola de Educação Física do Exército (EsEFEx). O Ministério da Guerra consolidou, assim, o monopólio da elaboração de procedimentos, formação e disseminação da educação física no Brasil, ficando, em segundo plano, o Ministério da Educação e Saúde Pública (já na década de 1930), seus organismos ou entidades da sociedade civil como a Associação Brasileira de Educação (ABE). Mesmo as políticas para a propagação da educação física nas escolas, fato destacadamente importante no Estado Novo, foram diretamente gerenciadas e / ou influenciadas pela visão dos militares do Exército. O amadurecimento deste protagonismo do Exército, ao longo da década de 1930, teve como um de seus efeitos a obrigatoriedade das práticas de educação física nas escolas em todo o país. A Constituição do Estado Novo (1937) sintetizava os esforços em aprimorar, difundir e rotinizar a educação física, em território nacional, como parte constitutiva da nacionalidade. Quando dispôs sobre a educação e cultura nacionais, a Carta de 1937, em seu Artigo 131, determinava que:

“A educação física, o ensino cívico e o de trabalhos manuais serão obrigatórios em todas as escolas primárias, normais e secundárias, não podendo nenhuma escola de qualquer desses graus ser autorizada ou reconhecida sem que satisfaça aquela exigência” (*apud* Campanhole, Campanhole, 1978, p. 452).

As escolas brasileiras eram as instituições que refletiam o ponto de confluência das preocupações com a “formação física” dos brasileiros, apesar dos conflitos entre militares e educadores em torno da liderança do processo de implantação da educação física no Brasil. A idéia da importância da educação física na construção e defesa nacionais, preconizada como uma valorosa formulação pelo Exército e pelas autoridades pedagógicas brasileiras, encontrava posturas dissonantes e críticas. Em fevereiro de 1942, a revista *Nação Armada* publicou a transcrição completa da “Pastoral Coletiva” que o Arcebispo Metropolitano de São Paulo, D. José, divulgou aos seus fiéis. Neste texto, o eminente religioso teceu considerações sobre a prática da educação física nas escolas:

“Em certas competições esportivas inter-municipais, jovens do interior viram-se compelidas a desfilarem em trajes impróprios para moças e à vista da multidão, onde sempre se aglomeram curiosos mal intencionados.

É preciso banir de vez a mórbida tendência de forçar nossas jovens a usarem trajes esportivos, que uma consciência cristã ou simplesmente honesta repudia por inconvenientes a uma futura mãe de família. Não se diga serem eles necessários para os exercícios físicos, nem se alegue que em tal ou qual país assim se procede. Este enciclopedismo imitativo, que leva a querer adotar aqui tudo o que se faz em todos os países do mundo, é que tem matado a pedagogia brasileira” (José, fev. 1942, p. 60-1).

Este representante da Igreja Católica, instituição fundamental à afirmação ideológica do Estado Novo⁶⁵, criticava um elemento também de grande valor para a sustentação da nacionalidade e do caráter de “novidade” tão caros ao regime estadonovista: a prática da educação física e dos esportes. Desaprovou certos aspectos destas práticas, como, também, colocou em xeque o “método francês”, adotado fortemente no Brasil pelas instituições de ensino e nos quartéis, como algo alienígena, que não atingia as especificidades da formação dos estudantes brasileiros. A questão moral, um item caro à “pedagogia do civismo” imprimida pelo Exército, para a qual as práticas da educação física eram partes relevantes (o “asseio” e o fortalecimento corporal significando uma “limpeza” que seria também moral), foi usada aqui no sentido de criticar os procedimentos desportivos e físicos. Tal crítica seria minimizada, todavia, pelas seguintes palavras do religioso:

⁶⁵ Ver Velloso (1982) e Lenharo (1989) sobre a importância do catolicismo na criação da imagem de Vargas e do Estado Novo como “redentores” da nação brasileira.

“Trabalhar pela masculinização da mulher é erro funesto. Neste período da puberdade, a educação física para a jovem, ha de contentar-se com ser essencialmente higiênica. Os esforços intensos não lhes são salutares (...).

Fique, pois, bem claro o pensamento da Igreja: ela não é contra a educação física; contra os excessos desta, sim (...).

Dentro destes limites, a educação física das futuras gerações de brasileiros ha deter em Nós seus mais entusiastas propugnadores” (José, fev. 1942, p. 61).

Na ressalva feita por D. José, pode-se perceber que, a despeito de possíveis desacordos – advindos, como neste caso, dos aspectos de gênero envolvidos na questão –, os valores da higiene e do vigor físico permaneciam consensualmente preconizados como mecanismo de unificação de corpos que, uma vez fortes e sadios, funcionavam como sustentáculos do caráter, da moral e da ordem de um grupo (corpo) maior.

O centro da crítica moralizante contra a educação física era a mulher, cujo papel de destaque na formação familiar, uma das bases dos ensinamentos católicos, estaria correndo perigo. O “endurecimento”, a “retidão” e a “retenção de si”⁶⁶ eram conhecidos atributos da masculinidade na época, fato valorizado em quartéis e escolas, conseguidos, também, com as práticas da educação física, bem como com a importância dada à disciplina e à ordem

Quando da reformulação institucional da saúde e da educação brasileiras, promovida com a chamada reforma Capanema, que organizou o MES em 1937, surgiu, subordinada ao Departamento Nacional de Educação (DNE), a Divisão de Educação Física (DEF). Este órgão, responsável por ditar as regras da divulgação e assentamento da educação física no âmbito das escolas (formação de profissionais, escolha de mecanismos de ensino, pesquisa, etc.), era dirigido, desde o primeiro momento, por um militar: o major Barbosa Leite. O “método francês” (militarizado e voltado para a defesa nacional) foi amplamente adotado com o apoio de Capanema (Castro, 1997, p. 65-8).

⁶⁶ Ver Reichel (1993) acerca da capacidade de a educação física e dos esportes de “criar” indivíduos “endurecidos” e disciplinados. Para este autor, “a educação física era a fonte e o termo final da educação nacional-socialista; melhor, se apresentava como uma questão vital para o povo alemão (...)”. Dessa mesma forma, os esportes viabilizariam a formação do cidadão; citando Hitler, em *Mein Kampf*, afirma que o esporte, na Alemanha nazista, “não era somente feito para produzir o indivíduo forte, hábil e audacioso... ele deveria também endurecer e ensinar a suportar as imagens monstruosas” (Reichel, 1993, p. 243).

Isto significou a adoção do método importado da França na Escola Nacional de Educação Física, criada em 1939, sob os cuidados da Universidade do Brasil. Esta união entre os meios civis e militares, no contexto do Estado Novo, consolidou a importância da educação física no Brasil e do “método francês” como substrato destas políticas. Os militares do Exército lideraram de perto este processo, como explicitado em texto publicado em *Nação Armada*:

“A atual Faculdade Nacional de Educação Física, nada mais é do que a ampliação, no âmbito Nacional, do Departamento Médico da Escola de Educação Física do Exército, tanto assim que todos os seus professores são titulados por aquele Departamento e vários dentre eles são oficiais médicos que também lá lecionam.

O próprio Diretor da Faculdade é instrutor da Escola.

Cabe ao Corpo de Saúde do Exército, a glória de ter lançado a sementeira dessa cruzada de eugeniação do povo brasileiro, dando-lhe as diretrizes de uma grande campanha de saúde, beleza e vitalidade!” (Andrade, nov. 1939, p. 81-82).

Esta influência do Exército brasileiro na consolidação da educação física no país, para além das fronteiras dos quartéis, foi um importante elemento constitutivo das interfaces travadas entre os valores e práticas militares e a vida social mais ampla. A difusão das práticas de educação física ajudou a formular, no meio militar e no âmbito dos quartéis, um trabalho de depuração que, segundo *Nação Armada*, implicaria em “melhoramento” do soldado e do brasileiro de modo geral.

“A educação física, os exercícios, a vida higiênica que está sujeito o recruta, o vai transformando, pouco a pouco, num soldado sadio e apto, capaz de, depois, na vida civil, após o serviço militar, se transformar concientemente, pela evidência do exemplo em que se encarna, no maior propagandista da ação bemfazeja da caserna” (Andrade, nov. 1939, p. 82).

Fica evidente, então, a permanência da concepção de que o Exército desempenharia, tal como professado por Olavo Bilac, o papel de um “filtro admirável” (Bilac, 1917, p. 7) e, desta forma, se constituiria como uma força importante na tarefa de “regeneração” da nação. Ao mesmo tempo, o valor conferido ao treinamento físico e moral do soldado era enfatizado como um meio de “propagandear” e legitimar, perante a sociedade, o sentido positivo do Exército como força social.

3.4 - Eugenia e cura do “hinterland” brasileiro.

Os textos veiculados em Nação Armada tinham uma forte marca de filiação às idéias e valores eugênicos. O termo “eugenia” foi cunhado pelo cientista britânico Francis Galton, em 1883, para significar a “ciência da hereditariedade” e suas possíveis aplicações na vida social através de uma “melhor reprodução” humana. O paroxismo do interesse pela eugenia foi observado no período entre guerras, mas a sua afirmação e sua institucionalização como campo de reflexões e experiências científicas ocorreu a partir do início do século XX. O primeiro Congresso Internacional de Eugenia aconteceu em Londres, em 1912, com a participação de aproximadamente setecentos e cinquenta pessoas. Outros congressos, ligas, institutos e federações surgidos, na Europa e nas Américas, nesse momento, auxiliaram na afirmação e disseminação das idéias eugênicas (Stepan, 2005, p. 9-12).⁶⁷

Conforme assinalou Nancy Stepan (2004; 2005), na América Latina, e mais particularmente no Brasil, a eugenia ganhou contornos específicos relacionados aos elementos sociais e culturais peculiares a estes contextos. Em terras brasileiras, as idéias eugênicas oscilavam entre as posições (e, por vezes, se fundiam) “neolamarckianas” e “mendelianas” tributárias, respectivamente de Lamarck e Mendel sobre os processos da “evolução” humana. As primeiras, fundamentadas, sobretudo, na crença de que o meio ambiente (a vida social) seria capaz de influenciar as características herdadas pelos indivíduos. Enquanto isso, os mendelistas acreditavam que a hereditariedade estava ligada à questão genética, portanto, “puramente” biológica / citológica (Stepan, 2004, 361-6). Assumindo uma expressiva centralidade no debate intelectual brasileiro a partir da década de 1920, sobretudo com a criação da Liga Brasileira de Higiene Mental, em 1923, a eugenia no Brasil constituiu-se, fundamentalmente, como uma “eugenia positiva”, de feição neolamarckiana, associando-se e dialogando com as perspectivas

⁶⁷ O primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia ocorreu na cidade do Rio de Janeiro em 1929, por ocasião da celebração do centenário da Academia Nacional de Medicina.

de intervenção social, como a educação física, a puericultura, e, de modo bastante expressivo, com o discurso em prol do saneamento (Stepan, 2005). No entanto, houve igualmente quem defendesse a eugenia no seu sentido mais “duro”, o que implicava medidas de controle matrimonial e esterilização; tal diretriz foi capitaneada por Renato Kehl, o grande “propagandista” da eugenia no Brasil, um intelectual que representava tendências autoritárias e racistas no pensamento social brasileiro a partir da década de 1920 (Souza, 2006, p. 65).

A perspectiva eugênica na Era Vargas, mais especificamente no Estado Novo, foi de suma importância não só no que se refere à preocupação com a saúde como meio de “regeneração” e formação do “novo homem brasileiro”, mas pela questão da busca pela homogeneidade e unidade nacionais, elementos centrais do projeto ideológico estadonovista e, particularmente, do Exército. A consolidação dos critérios, aspectos e valores que conformariam esta homogeneidade – entre os quais, como vimos, destacavam-se a saúde, a higiene e o vigor físico – trouxe, por sua vez, a identificação dos atributos daqueles que seriam os obstáculos a tal objetivo, ou seja, os “desviantes”, os “indesejáveis”, os que deveriam ser excluídos deste processo unificador.

Um importante indício da peculiaridade do discurso eugênico no Brasil, tal qual analisado por Stepan (2004; 2005), está presente no seguinte artigo de *Nação Armada*:

“Cada gameta ou célula germinativa é como que um cofrezinho em que se encerram caracteres de toda a infinda cadeia de predecessores do indivíduo (...).

(...) as condições mesológicas são representadas por todos os fatos que circundam o indivíduo durante sua vida terrena. São fatores geográficos, climáticos, meio social, etc (...)

Hereditariedade de um lado, fatores mesológicos [ambientais, sociais] do outro, explicam porque filhos dos mesmos pais, sujeitos às mesmas influências de ambiente, podem diferir e diferir de muito, como também porque indivíduos de diferente origem, de aspecto constitucional diverso, são conduzidos ao mesmo nível, aproximam-se pela conduta, assemelham-se no agir e no pensar. Da mesma forma, indivíduos que, indiscutivelmente, trazem em si as mesmas condições de herança, seguem na vida rumos diferentes, segundo que neles se faz sentir das condições ambientais, favoráveis a uns, desfavoráveis a outros” (Salsano, out. - dez. 1946, p. 79).

O médico Erlindo Salsano, capitão do Exército brasileiro, autor deste texto, traz à tona as duas perspectivas eugênicas da época, muito embora, após a Segunda Guerra Mundial, as idéias e teorias da eugenia tenham entrado em declínio. Para este militar, na formação dos indivíduos (soldados / brasileiros) são importantes os aspectos genéticos e

ambientais (“mendelianos” e “neolamarckianos”). Por conta do grau de imprevisibilidade na formação dos indivíduos, descritas no texto pela diversidade de origens possíveis e pelos diferentes resultados da “elaboração” do indivíduo, a educação – realizada pelas instituições públicas, como escolas, quartéis, etc. – foi vista por ele como a saída para controlar e direcionar estes processos tendo em vista o que seria socialmente “melhor”:

“Socialmente a educação consiste no preparo do indivíduo para o meio em que viverá, é uma adaptação do indivíduo ao meio social, adaptação em que se lhe concederão os meios para a luta que deverá enfrentar.

Biologicamente a educação, de limites muito mais amplos, consiste no desenvolvimento, no refinamento, por assim dizer, das qualidades hereditárias favoráveis e no abafamento e estiolamento das qualidades hereditárias desfavoráveis...

Afirmamos simplesmente que a educação física e intelectual, processo de desenvolvimento dos caracteres hereditários positivos, estiolamento dos negativos, é a base da evolução dos indivíduos, das famílias, das raças e dos povos” (Salsano, out. - dez. 1946, p. 80-1).

A organização da vida social (e nacional) dependeria da “educação física”, entendida aqui não como a prática de exercícios ou esportes, mas como um aprimoramento dos “caracteres hereditários” (também de base genética). Percebe-se, neste artigo, o entrecruzamento das perspectivas “genéticas” e “ambientais”, uma das marcas do pensamento eugênico brasileiro que tentava dar conta da diversidade étnica do país.

Um dos temas recorrentes nas discussões que fundamentaram ideologicamente o Estado Novo e estiveram presentes em leis, debates intelectuais ou em práticas políticas do período foi a questão da composição étnica brasileira⁶⁸. A entrada de imigrantes e sua incorporação à sociedade brasileira foi uma importante objeto de debate desde meados do oitocentos. Tal questão transformou-se, entretanto, em tema de grande projeção na década de 1930, sobretudo quando o assunto era a “segurança nacional”. Com a criação do Novo Estado Nacional, em 1937, foram tomadas atitudes oficiais coercitivas (sobretudo contra algumas organizações comunitárias étnicas), resultantes de

⁶⁸ Ver Seyferth (1999), sobre a questão étnica sob o Estado Novo por uma perspectiva das discussões sobre imigração; ver Cunha (1999) para uma análise acerca dos debates da questão do negro no Brasil.

mudanças legislativas (a obrigatoriedade da educação moral e cívica, da educação física, do uso da língua portuguesa no ensino) e da intervenção direta do Exército que:

“teve participação efetiva na repressão das manifestações de etnicidade, na imposição do civismo e no controle do uso das línguas estrangeiras, principalmente nas regiões de colonização do Sul que ficavam na jurisdição da 5ª Região Militar. A repressão militar foi particularmente dura com a população teuto-brasileira, considerada a mais avessa à assimilação e influenciada pela propaganda nazista. Na visão militar, estava sendo travada uma guerra contra os ‘quistos étnicos’ que ameaçavam a soberania nacional” (Seyferth, 1999, p. 221).

A revista *Nação Armada* tratou este assunto com grande interesse, preocupada em afirmar a capacidade do governo (e do próprio povo) em criar uma homogeneidade esperada, intrínseca ao conceito de nação desejado. A identidade nacional brasileira estaria ameaçada, de acordo com os discursos veiculados pela revista, pela presença de “forças desnacionalizantes”, “alienígenas”, o que suscitava desconfianças e posições reflexivas, mas, também, muito otimismo quanto à possibilidade da resolução dos problemas desta natureza. O IBGE, por exemplo, registrou, para 1939 (ano da criação de *Nação Armada*), a entrada de 22.668 estrangeiros no país. Um pouco menos da metade, 10.991, chegaram ao Distrito Federal, superando, inclusive, as imigrações para São Paulo, que contabilizava 10.569 entradas. A entrada de alemães, japoneses e italianos (então futuros inimigos do Brasil na Segunda Guerra Mundial), foi, respectivamente, de 1.915, 1.414 e 1.004 imigrantes, quantidades inferiores apenas em relação aos portugueses, que totalizavam 15.120 registros (Departamento Nacional de Imigração..., 1941).

O conflito entre a busca pela formação de uma identidade calcada na idéia de unidade e a presença histórica de grupos heterogêneos quanto à sua origem étnica, reforçada com o movimento da imigração, chamou a atenção dos signatários de *Nação Armada* no sentido de pensar, criticar ou resolver os possíveis problemas advindos desta questão:

“A nacionalização do Brasil é, na hora presente, o supremo ideal – a mística sublime – de quantos desejam contribuir, sinceramente, para o engrandecimento moral e material de nossa Pátria.

(...)

Uma justa objeção, entretanto, surge, como nuvem sombria, velando a face rutilante do sol – o axiomático aforismo.

Como nacionalizarmos o Brasil, antes da personalização do brasileiro?

Si o Brasil é, realmente, como se afirma e reconhece, um país que ainda não se nacionalizou ou se desnacionalizou, o brasileiro, por sua vez, é um povo que ainda não se personalizou ou se despersonalizou” (Magarinos, 1940, p. 70).

Estas palavras deste colaborador de *Nação Armada* refletem em parte as premissas ideológicas que delineavam a construção nacional calcada na “unidade” territorial e cultural. Para Seyferth (1999), a década de 1930 marcou o uso de recursos retóricos no sentido de “diluir o discurso racial”, mais radical e “negativo”, como explicação para os problemas nacionais. Apesar da transformação retórica, das ideologias raciais para, por exemplo, as de natureza sanitarista, cuja natureza social acenava com a possibilidade da “cura” do Brasil (Lima, Hochman, 1996), a questão da imigração permaneceu vista como um dos grandes problemas brasileiros do período, muito embora as ondas migratórias européias e asiáticas (japonesas sobretudo) estivessem em franco declínio. A ocupação territorial, a assimilação nos moldes da busca pela homogeneidade e a questão particular da imigração judaica mantiveram a imigração na agenda do Estado Novo e levaram à discussão sobre a abertura das fronteiras brasileiras para indivíduos considerados “indesejáveis” (Seyferth, 1999, p. 212).

A heterogeneidade da sociedade brasileira, “tradicional” e “negativa” para muitos analistas daqui e do exterior (Stepan, 2004; 2005), num momento de busca por uma “homogeneidade nacional”, era, também, fonte de preocupações, segundo os escritos de *Nação Armada*, quanto à imagem do Brasil diante das nações e povos estrangeiros. Um exemplo, nesse sentido, foram a oposição e as críticas feitas nas páginas da revista *Nação Armada* às obras de Cândido Portinari. Reforçando, pelo avesso, a força dos elos simbólicos entre a saúde e os ideais de uma nação forte, tais críticas condenavam o artista por considerarem que ele pintava um Brasil “doente”, “pobre”, “feio”, “mestiço” e “deformado”:

“O Sr. Candido Portinari seguiu para os Estados Unidos.

Não faltaram zumbias e rapapés ao genial caricaturista da pintura. (...)

Comunistas conscientes, sub-conscientes e inconscientes compareceram, entre outros amigos fora dessa categoria, ao ‘bota-fora’ do discutido pintor, que foi, ao que se diz, muito concorrido.

(...)

Que os americanos fiquem encantados com o Sr. Portinari, não nos admira. Os nossos amigos do norte adoram a excentricidade, têm, mesmo, - porque não dizer - o prazer, a volúpia do excêntrico e um pintor amigo de colocar todo o seu talento nos pés das imagens que pinta, porque, a seu ver 'o homem tem pouca base', isto é, deveria ter pés 'mais de acordo com o tamanho do corpo', deve causar sucesso na terra do 'maior do mundo' do 'mais curioso do mundo' e outros 'mais'.

O que não podemos admitir, entretanto é que o jovem cultor da elefantíasis na arte pictórica, leve a sério essas homenagens [recebidas nos Estados Unidos] do americano amigo do excêntrico, e... de divertir-se...

Si, todavia, o Sr. Portinari fosse no Brasil e na pintura, apenas um excêntrico que diverte, não estaríamos, agora, a gastar o tempo com sua preciosa pessoa.

Mas, o caso é que sempre sentimos na obra do atual turista na terra dos arranha-céus gigantescos, pendores universalistas, tendências francamente internacionalistas que não se coadunam, em absoluto, com a obra de franco nacionalismo em que está empenhado o Brasil" (O deformista da pintura, 1940, p. 122).

Apesar de o destacado artista brasileiro orbitar em torno de figuras (o ministro Gustavo Capanema é um exemplo) e instituições importantes do Estado Novo (MES), e de ter com este regime uma relação de proximidade (embora não o aceitasse) (Capelato, 2003; Velloso, 2003), Cândido Portinari sofreu severas censuras dos colaboradores de *Nação Armada*. Artista que preconizou a utilização das artes como instrumento de formação da identidade nacional⁶⁹, Portinari foi caracterizado, neste escrito da revista, como o pintor da "elefantíasis"⁷⁰ brasileira, ou seja, acusado de propagandar a "doença", o "feio" (*heteros*), contra os esforços "homogeneizantes" do governo Vargas, das instituições e intelectuais que buscavam definir uma "consciência homogênia de nacionalidade" (Stepan, 2005, p. 174).

Dentre estes elementos de "heterogeneidade", muitas vezes qualificados como "alienígenas" ou "não-assimilados" (Seyferth, 1997, p. 1), figuravam os judeus. De acordo com dados do IBGE, que analisou as entradas no país de acordo com as religiões

⁶⁹ De acordo com Zilio (1982), a questão do nacionalismo é uma das marcas do modernismo brasileiro. Portinari foi referência central deste movimento, participando diretamente com sua arte de movimentos de afirmação da "brasilidade".

⁷⁰ A elefantíase caracteriza-se pelo "conjunto de manifestações localizadas geralmente em uma ou ambas as pernas, ou nos órgãos genitais externos, raras vezes nas mamas, que se traduzem por hipertrofia ou fibrose da pele e tecido sub-cutâneo, em geral devido à filaríase por *Wuchereria bancrofti*, *Brugia malayi* ou *B. timori*" (Rey, 1999, p. 255). Esta referência do texto de *Nação Armada* está ligada ao fato de Portinari, várias vezes, pintar suas figuras humanas com as dimensões dos pés aumentadas, numa clara referência à simbologia ctônica da relação do homem como o solo da sua terra natal. O quadro *O lavrador de café* (1939) é exemplo disso.

dos imigrantes, 1.973 foram os judeus que ingressaram no Brasil, no ano de 1939. O contingente era superado somente pelo dos católicos: 18.002 (Departamento Nacional de Imigração..., 1941). A política de imigração que valorizava principalmente a entrada de indivíduos egressos de países ibéricos (Portugal e Espanha) - podendo englobar, às vezes, os grupos identificados como “latinos” (incluindo os advindos da Itália) (Seyferth, 1997; 1999; 2008) - pode explicar esta disparidade numérica. Entretanto, é interessante observar que, apesar disso, os judeus ocuparam o segundo posto em quantidade de imigrantes naquele importante ano do Estado Novo.

A discussão historiográfica sobre o anti-semitismo no Brasil é ampla. Em relação especificamente ao corte cronológico tratado aqui, os trabalhos divergem quanto às abordagens e aos resultados das pesquisas. Em geral, acredita-se sumariamente numa forte oposição à entrada de judeus no Brasil, no primeiro governo Vargas, e mais estritamente no Estado Novo, como algo “definitivo”. As razões desta posição são claras: a identificação com os regimes fascistas europeus aproximou o Brasil do anti-semitismo. No entanto, como dito anteriormente, o Estado Novo não foi uma simples emulação dos fascismos europeus (Capelato, 1998; D’Araújo, 2000).

Segundo Carneiro (1988), nos bastidores do Estado Novo ocorreu um “anti-semitismo político” com o intuito de facilitar as relações do Brasil com o “Eixo”, posição adotada, segundo a autora, até momentos antes da eclosão do conflito mundial. Esta posição seria marcada sem opor-se diretamente aos Estados Unidos (Carneiro, 1988, p. 247). A autora utilizou em suas pesquisas documentos (até então) secretos do Itamaraty, e trabalhou com a idéia de que, não Vargas, mas várias personalidades à sua volta seriam anti-semitas. Sendo assim, a passagem de Oswaldo Aranha pelo Ministério das Relações Exteriores, no Estado Novo, teria sido o ponto máximo das restrições à entrada de judeus em terras brasileiras, fruto de uma postura anti-semita: o paroxismo das restrições de imigração de judeus na gestão Aranha revelaria no mínimo uma atitude de desdém do governo e do próprio presidente (Carneiro, 1988, p. 250-295). O sumo da diplomacia brasileira da época, a “elite Rio Branco”, teria auxiliado, com suas ações e palavras, a dar substância a essa postura anti-semita do governo brasileiro. Esta “elite” foi responsável por consolidar e enrijecer a posição contrária à entrada de indivíduos de origem judaica no Brasil (Carneiro, 1988, p. 296-337).

Por outro lado, existem perspectivas interpretativas que indicam outras dimensões da questão judaica no Brasil da década de 1930. As décadas de 1920 e 1930 teriam sido marcadas, como afirma Marcos Chor Maio (1999), pela chegada de grandes contingentes judeus no país (os destinos americanos prediletos logo após a Primeira Guerra eram Estados Unidos, Canadá e Argentina), o que, por conseguinte, aumentava sua visibilidade, principalmente pelo fato de eles concentrarem-se nos grandes centros urbanos como Rio, São Paulo, Porto Alegre e Recife. Observava-se, nestes imigrados, uma grande diversidade cultural, seja do ponto de vista das origens nacionais, quanto das tradições judaicas. Aos poucos, a presença judaica foi criando “certas desconfianças”, o que não impediu a criação de uma ampla vida comunitária naquele momento (Maio, 1999, p. 231-233). Configurava-se, portanto, uma dupla realidade: segundo determinadas políticas estatais ou de acordo com parte da elite intelectual brasileira, a presença judaica era negativa; mas do ponto de vista da sociabilidade, do cotidiano, a aceitação foi significativa "com fortes apelos à integração do 'outro'" (Maio, 1999, p. 253).

No que diz respeito à posição expressa pela revista *Nação Armada*, na grande maioria dos seus discursos, o judeu era visto como algo ameaçador. Seus organizadores e signatários reforçaram hegemonicamente a idéia de que o judaísmo era uma “força desnacionalizante”. Esta posição era lugar-comum nas páginas da publicação e a questão da recepção dos judeus, sobretudo os refugiados da Europa, eram fontes de mal-estar para analistas e para uma parcela da população que não viam com simpatia a entrada de judeus no país.

Em nota veiculada, em *Nação Armada*, em pleno efervescente combate mundial, conta-se a história de dois refugiados judeus provenientes da França, Jeanne Boles e León Poldés, que, segundo a revista, queriam fundar, respectivamente, uma seita baseada na confraternização universal de todos os países e uma "tribuna livre" para discussão de assuntos diversos. As palavras finais da referida nota, "Mais trabalho e menos palavras - eis do que precisamos", deixa a impressão de que os judeus seriam um “mal tolerável”, desde que viessem para o país para trabalhar e não para pensar. O fato de serem "licenciados em leis lhes permitia alimentar certas pretensões sociais, como o livramento das visitas incômodas do Santo Ofício" (Informações e Comentários, 1940, p. 119-120).

De acordo com *Nação Armada*, a presença judaica⁷¹ era uma das provas mais claras da necessidade da nacionalização do país e do povo brasileiro. A ameaça identificada nos judeus assumia, por vezes, tons hiperbólicos, como na seguinte passagem:

"Não constitue novidade para ninguém que Copacabana, o lindo bairro carioca, é na atualidade um grande 'ghetto'.

Também não é segredo que nos 'bars' e 'brasseries' de Copacabana não se ouve uma única palavra em português.

O que o grande público ignora porém é que em 'Copacabanovitch' não mais se alugam apartamentos a famílias brasileiras.

(...) Agora, com essa invasão judaica que de Copacabana se alastra para Botafogo e Flamengo, as famílias brasileiras são 'tocadas' - é bem o termo - para os bairros da zona norte e para o subúrbio.

A tremenda fauna de refugiados israelitas que aqui chegou faz tremenda propaganda contra a nacionalidade" (Copacabanovitch, 1941, p. 158).

Os judeus e tudo ligado à sua cultura, vistos pelos signatários de *Nação Armada*, como uma espécie de “epidemia que se alastrava” pelos escritos de *Nação Armada*, deveriam ser “erradicados” do seio da pátria, por comprometer o crescimento (a saúde) desta. É interessante perceber, na qualificação dos judeus como ameaça, o recurso a metáforas que os associam a “doença”; representados como um “mal social”, eram considerados como algo que deveria ser “combatido/erradicado”. Elementos importantes da “heterogeneidade indesejada”, contrários à “assimilação à brasilidade”, os judeus, para estes escritores, seriam um dos entraves à identidade nacional. Isto seria visível na capital federal:

“A nossa famosa praia de banhos, orgulho do carioca, foi tomada de assalto por toda a tribo de Israel. (...)

A onda de refugiados que a guerra tangeu para o Rio de Janeiro, parece, foi soprada pelos ventos das sinagogas judaicas.

⁷¹ A presença japonesa suscitava suspeitas e dúvidas nas autoridades brasileiras, sobretudo por serem considerados “cultural” e “fenotipicamente” inferiores, criando um “fosso quase intransponível” para sua assimilação. O ideal de retorno ao seu país, muitas vezes externalizado por membros das colônias japonesas, juntamente com o estigma de raça “não assimilável”, bem como os desdobramentos do conflito mundial, separavam-nos dos “ideais de brasilidade” (Seyferth, 1999, p. 224). Os discursos de *Nação Armada* veicularam estas idéias a ponto de afirmarem que seria necessário “limpar o mapa do mundo dessa horrenda maldição amarela” (A atividade japonesa e as leis internacionais, 1944, p. 134)

Não somos chauvinistas. Não alimentamos ódios raciais, nem temos a intenção de menosprezar e esquecer as nossas generosas e cavalheirescas tradições de hospitalidade.

Mas, protestamos e com muita veemência, contra o abuso de um grupo que, encastelado no dinheiro, e a título de 'turistas', ludibriando as nossas leis por todas as artimanhas imagináveis, se radica entre nós, sem ofício, sem ocupação prática, usufruindo os juro fáceis de capitais empregados alhures, fóra do Brasil, o que é grave, expulsando o nacional da sua própria terra pela concorrência da bolsa mais farta." (Jerusa ... Leme e Jacob ... pacabana. 1942, pp. 151-2).

No escrito acima estão presentes quase todos os elementos que caracterizam negativamente o estereótipo dos judeus, conformadores do anti-semitismo. De acordo com Mosse (1996), estes elementos estereotípicos (o "usurário", "avarento", "desarraigado", "ardiloso", "conspirador") serviram de substrato para a construção da alteridade do ideal moderno de masculinidade na virada do século XIX para o XX, demarcando um processo caracterizado pela elaboração de "imagens" e "contra-imagens", "tipos" e "contra-tipos", como numa espécie de "espelho convexo", refletindo o que era "normal" e "anormal", "belo" e "feio", "virtuoso" e "vicioso", de forma que, geralmente, a "exterioridade simbolizava a interioridade" (Mosse, 1996, p. 56-9). A existência de posições claramente anti-semitas, de forma mais específica, e contra a imigração de "alienígenas", de maneira mais ampla, num veículo como *Nação Armada*, compõe um cenário ideológico mais amplo marcado pela diversidade de posições face à questão nacional no Brasil durante o Estado Novo.

Esta complexidade ideológica, aliada à diversidade política no primeiro governo Vargas de forma geral e, especificamente, no Estado Novo, possibilitou o diálogo deste regime com as idéias eugênicas (Stepan, 2004; 2005). Vale ressaltar que, num momento em que as teses eugênicas já não mais eram veiculadas do modo como haviam sido na década de 1920 (Stepan, 2005), o caráter autoritário do regime estadonovista e a franca posição autoritária de *Nação Armada* permitiam que elas fossem explicitadas em toda a sua dimensão. A revista *Nação Armada*, que representou a ideologia de uma importante fração do Exército brasileiro, fração esta muito próxima do poder, elegeu a eugenia como o remédio em prol da "homogeneização nacional". O Dr. Adolfo Pinto, por exemplo, major-médico do Exército brasileiro, advertia em um artigo seu que povos e indivíduos "que na luta cruel pela existência não disponham de todos os recursos físicos estão fortemente fadados a desaparecer" (Pinto, ago. 1940, p. 73).

Nação Armada construiu a evidente crença de que a passagem dos cidadãos pelas fileiras do Exército, ou a ação deste na sociedade, significava uma transformação qualitativa na vida dos indivíduos e, conseqüentemente, na vida nacional. Esta espécie de rito transformador faria do Exército o agente e o espaço, por excelência, da consolidação de uma nova ordem e do engrandecimento nacional. Sendo assim, o serviço militar funcionaria como um “ato eugênico”, cujo substrato residia nas tarefas e atividades que o homem brasileiro encontraria lá:

1ª - O serviço militar, tal qual se faz presentemente em nosso Exército, melhora a quase totalidade dos jovens soldados no ponto de vista de sua robustez física.

2ª - As condições intelectuais e morais das praças devem também sofrer influência favorável naquele serviço.

3ª - Somadas as falhas que porventura ainda existam na escolha dos reservistas e na vida das casernas, os contingentes, ao deixarem as fileiras anualmente, formarão núcleos de homens fortes e sadios, capazes de influir eugenicamente na constituição de nossa população. (...)

5ª - Exercendo também a profissão médica que consubstancia o bem e a caridade, faço votos pela concórdia universal; mas sendo isto uma utopia na época presente, necessária é ainda a permanência do exército para a defesa da Nação, o qual em tempos normais, de paz, serve também ao indivíduo e à coletividade como fator de seu melhoramento" (Lobo, mar. 1941, p. 57).

De acordo com este texto, a passagem dos indivíduos pelas fileiras do Exército brasileiro não só significaria o melhoramento dos soldados, mas, também a chance de um “melhoramento” da população brasileira. Podemos identificar, nestas teses defendidas pela revista, uma concepção de eugenia de coloração “neolamarckiana”, “positiva”, nos moldes descritos por Stepan (2004), que garantiria, em termos de “aperfeiçoamento”, que as gerações futuras herdassem as características adquiridas. No caso do serviço militar, tal qual preconizado pelos escritos de *Nação Armada*, tais características seriam “adquiridas”, numa perspectiva de “melhoramento” do soldado / cidadão, através de atividades e / ou comportamentos sociais: a abstenção do álcool, a prática de esportes e exercícios físicos, higiene pessoal, melhoria das condições de saúde, etc.

O médico Gil de Carvalho, tenente do Exército, chama a atenção para a questão da melhoria e do aprimoramento do soldado / povo escrevendo que a “eugenia da raça

reside portanto primeiramente nas taras herdadas e na instituição de uma educação integral aprimorada”. Estas “taras” ou “doenças” poderiam ser as ligadas aos aspectos somáticos ou aos psicológicos, mas, também, aos considerados “desvios morais” (homossexualidade, banditismo, antipatriotismo, etc.). Dessa forma, premente seria cuidar dos jovens soldados incorporados para se ter uma chance muito maior de cura, referendando a idéia de que a eugenia “repousa antes de tudo, no desenvolvimento físico da juventude, na sua cultura intelectual, no idealismo sadio de suas ações e ... pela aquisição dos conhecimentos sexuais” (Carvalho, jul. 1941, p. 110-1). Enfim, tratava-se de cuidar do seu físico, da sua mente e como se reproduzir de maneira a otimizar as gerações futuras.

Para muitos dos que publicaram trabalhos na revista *Nação Armada*, tal perspectiva de militarização da sociedade e da nação exigia de modo premente a interiorização e a pulverização deste espírito e dessas ações higiênicas / eugênicas, profiláticas e sanitárias por todo o território nacional. Ganhar o interior do país significaria garantir as metas de fortalecimento, padronização e unificação nacional tão caras ao Exército e ao governo no Estado Novo. Da mesma forma, seria curar o Brasil de seus próprios males.

“Disseminação de quartéis pelo ‘hinterland’ brasileiro. A caserna não é, apenas, o núcleo de civismo, o organismo criador e revificador de patriotismo adormecido, inexistente, ou asfixiado debaixo de espessa crosta de ignorância. Não! O quartel é, também, a escola que alfabetisa o recruta bisonho, mal avivado nas primeiras letras ou a elas absolutamente estranho. É ainda escola – sempre escola: glorioso destino da caserna! – de sadios hábitos higiênicos, hábitos que uma vez entrados na vida do cidadão, dificilmente a abandonam. É, sobretudo, o hospital que recupera organismos em quasi falencia, revigorando-os, pondo-os ‘em forma’” (Teixeira, mar. 1941, p. 40).

A interiorização dos quartéis, encarados como postos de “revigoramento” nacional, significava estender a idéia do “filtro admirável” a todo o Brasil. O país, qualificado como “imenso hospital” por Miguel Pereira, deveria estar repleto, segundo *Nação Armada*, de quartéis que, de acordo com o texto acima, eram os verdadeiros “hospitais”, mas, agora, não apenas no sentido metafórico de espaço onde a doença se faz presente, como difundiram Pereira e os partidários do movimento sanitário na década de 1910, mas, principalmente, como espaço de efetiva “cura” da nação.

Para os colaboradores da revista, este já era um trabalho que estava sendo realizado com desenvoltura pelo Exército. Esta atuação dignificava a referida instituição, fazia dela a portadora dos verdadeiros sentimentos nacionais e preocupações com o país. Atualizando o “espírito bandeirante” do General Rondon, ícone desta dimensão povoadora, integradora e modernizante do Exército, levar saúde e civilização para o interior do Brasil seria equivalente a renová-lo e fortalecê-lo.⁷²

“O Exército se infiltra cada vez mais, no ‘hiterland’ e abre no seio bruto dos sertões, as tendas da sua missão de bandeirante.

São verdadeiras colônias militares que educam, curam, civilizam as populações perdidas que, lá, pirilampeiam o genio adormecido da raça!

Os resultados dêsses núcleos militares, disseminados pelo interior de Minas, Goiás, Mato-Grosso, do Nordeste, da Amazônia, nas zonas enquistadas de certas correntes imigratórias, falam por si mesmos e se constituem como pólos magnéticos donde se irradiam vida, progresso e espírito de exaltação nacional” (Andrade, fev. 1940, p. 78-9).

O Exército teria a capacidade, de acordo com *Nação Armada*, de transformar a realidade sócio-sanitária das pessoas e do ambiente. Seria um elemento fundamental para o “engrandecimento” do país provendo mudanças estruturais relevantes. O homem (soldado) brasileiro, na maioria dos casos, entraria no quartel atingido pela funesta realidade social e sanitária e sairia, retornando ao seio da sociedade e da família, “melhorado” e pronto para os desafios impostos pelo contexto nacional e internacional do Estado Novo. Seria dele a tarefa da construção e da defesa nacional. As colônias militares / “sanitárias”, tal como sugeridas pelo escrito acima concorreriam ao ideal de “homogeneidade nacional” que esbarrava, segundo analistas da época e da própria *Nação Armada*, nas correntes imigratórias “maléficas” para o Brasil (Seyferth, 1997; 1999; 2008), bem como equacionariam os problemas endêmicos da população brasileira. Ainda acompanhando o raciocínio do médico Capitão Carlos Sudá de Andrade, o projeto de criação de uma “brasildade física e cultural” deveria ser pensado da seguinte maneira:

⁷² O culto à imagem de Rondon é recorrente em *Nação Armada*. Sobre a chamada comissão Rondon e sua importância no debate sobre integração/povoamento do território brasileiro no início do século XX, ver Sá, Sá e Lima (2008). O general Cândido Mariano da Silva Rondon foi eleito o “patrono” do serviço de Comunicações do Exército brasileiro e, como alguns membros e colaboradores de *Nação Armada*, foi também sócio (fundador) do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB, 2010).

“Sem seleção, sem disciplina, sem coordenação de doutrinas, tumultuariamente, um e outro, paulista e cearense – bandeirante e paroara criaram as matrizes eugênicas da raça e fundaram, pela potência de sua seiva e pelo gênio do seu amor, a esplendorosa realidade brasileira dos nossos dias...Hoje que temos a consciência estratificada pelas provações e pela cultura, sabemos que nenhum povo subsiste, si não for aprimorado pela seleção eugênica, se não for amparado pela previdência da Higiene...”

O Brasil precisa dêsse vultuoso trabalho.

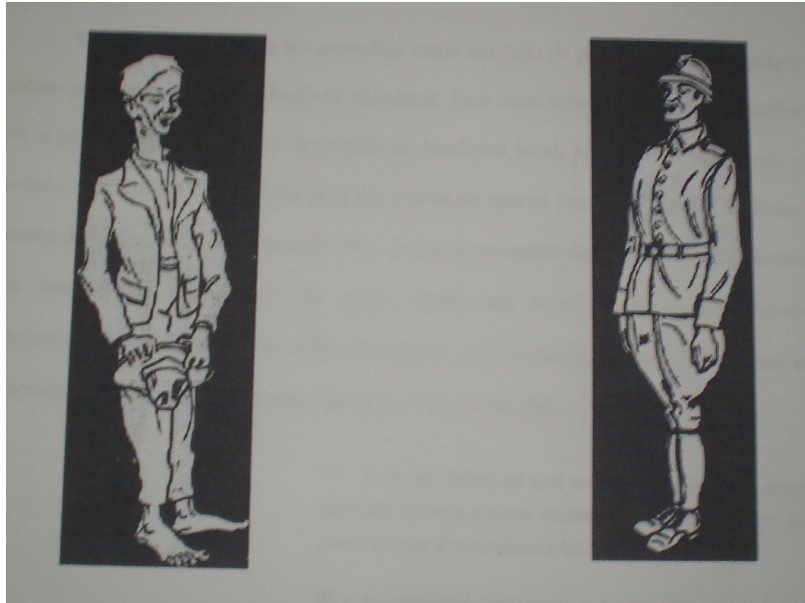
E por que o Exército será o agente benfazejo dessa campanha?

Por que o Exército, vêm ter todos os brasileiros, pelo mecanismo do sorteio militar e do voluntariado. São, antes sombras humanas que seres normais, quando chegam os recrutas, arredios, espantados...

Vêm como sonâmbulos, sombras dormentes...Vêm, rústicos e amedrontados” (Andrade, 1940, p. 76-77).

Aparece, aqui, reeditada, a idéia do “exército de sombras” (Banquete ao Dr. Carlos Chagas, 22 out. 1916) que precisa ser “curado” para servir de forma positiva ao Brasil. Para *Nação Armada*, o Exército teria esta capacidade de curar o país, curando seus soldados, a partir de uma ação sanitária no indivíduo e no meio onde ele viveria, possibilitando, assim, o saneamento do país e o “melhoramento” do brasileiro. Esta era a perspectiva à qual se engajaram os que pretendiam fazer do Exército um “filtro” capaz de produzir não apenas um “soldado-cidadão”, pronto para servir à Pátria tanto no *front* quanto em tempos de paz, mas também um “cidadão-soldado”, ou seja, um povo brasileiro que, inspirando-se nos ideais, valores e práticas dos militares, se constituísse como forte, ordenado e capaz de alicerçar uma “nação armada”.

Nada mais emblemático neste sentido do que a transformação observada na imagem publicada no texto intitulado “Exército e eugenia”, de autoria de do oficial médico do Exército Carlos Sudá de Andrade. Tal imagem refletia muito bem as idéias dos escritores de *Nação Armada* a respeito do papel do Exército para a elaboração do “soldado-cidadão”, ajudando na construção de um ideal de homogeneidade que seria avaliado pela inserção dos indivíduos na sociedade após a passagem deles pela caserna.



Imagens do brasileiro: antes de ingressar no serviço militar e depois de deixar o quartel totalmente “melhorado”. Desenho realizado por Alberto Lima, redator artístico de *Nação Armada*.

Fonte: Andrade, Carlos Sudá de. Exército e Eugenia. *Nação Armada*: Rio de Janeiro, nº 3, p. 76 e 82. fev. 1940.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente trabalho, procurei analisar os discursos sobre o tema da saúde veiculados pelos escritos da revista *Nação Armada* (1939-1947), importante publicação militar do Estado Novo, mediante a qual o Exército buscou dirigir-se à sociedade brasileira no intuito de afirmar-se publicamente como força política e ideológica decisiva naquele período do primeiro governo Vargas. Foi minha intenção evidenciar, nesse sentido, de que maneira a relevância atribuída, neste periódico, aos valores e práticas da saúde – expressos, por exemplo, nos temas da higiene, da educação física, da eugenia e da atuação médica dos profissionais do Exército em todo o território nacional – atuou como importante estratégia de afirmação dos militares em suas interfaces com o debate social e político mais amplo sobre os destinos do “novo homem brasileiro” e da “nova nação”. Para isso, foram observados, em especial no que se refere ao tema do recrutamento militar, os esforços discursivos e concretos, expressos em *Nação Armada*, que o Exército pôs em marcha naquele momento para superar o grave diagnóstico de um “exército de sombras”, corroído pelas doenças, e assim viabilizar o ideal do “soldado-cidadão”, capaz de representar, defender e conferir identidade à nação, sobretudo naquele momento marcado pela guerra.

No primeiro capítulo, operei com uma bibliografia que, em diversos campos, pudesse servir de esteio às apreciações das fontes documentais. Através do exame da historiografia sobre os militares ao longo do século XX, pude avaliar as diferentes perspectivas que analisaram o papel e a inserção social e política do Exército brasileiro, mais especificamente no que dizia respeito às questões do recrutamento militar, servindo este mecanismo como ponto importante da relação entre o Exército e a sociedade. Em seguida, valendo-me da produção histórica sobre a saúde na Primeira República, observei os debates sobre o serviço militar e o saneamento empreendidos por médicos, políticos e intelectuais nas primeiras décadas do século XX, em que as discussões nacionalistas do período da Primeira Guerra Mundial articularam-se aos debates conformadores do chamado movimento pelo saneamento do Brasil das décadas

de 1910 e 1920. Nestas discussões, estavam presentes (e se entrecortavam) as preocupações, sugestões e iniciativas relacionadas à defesa nacional, às condições sanitárias e à própria identidade brasileira. A metáfora do “exército de sombras” (o “povo brasileiro” incapaz de defender a nação em função das péssimas condições de saúde em que se encontrava), assim como a do “Brasil imenso hospital”, ambas cunhadas em 1916 pelo médico Miguel Pereira, se mostrariam vigorosas como balizadoras das perspectivas que relacionaram Exército e ações/idéias de saúde nas décadas seguintes, especialmente no período do Estado Novo. Tendo como fio condutor esta questão, examinei as principais referências historiográficas sobre a importância do Exército no primeiro governo de Getúlio Vargas, especialmente no Estado Novo (1937-1945), apontando a relevância político-ideológica daquela instituição neste período, bem como a produção historiográfica que analisou as reformas na área da saúde propostas e executadas, no âmbito do então criado Ministério da Educação e Saúde, que recolocaram, sob as novas circunstâncias históricas do período, a importância da saúde para o projeto de construção nacional do Estado Novo.

No segundo capítulo, apresentei um panorama geral da revista *Nação Armada*. Examinei elementos relevantes das características físicas, estéticas, sociais e político-ideológicas da referida publicação. Enfatizei a figura do idealizador e diretor da revista, Affonso de Carvalho, como importante “intelectual militar” do período do Estado Novo, cuja trajetória simbolizou a atuação e os dilemas dos componentes do Exército naquele período. Indiquei como se articularam, no momento da produção de *Nação Armada*, os ideais de identidade nacional do Estado Novo, influenciados pela participação do Exército como importante instituição do período, especialmente levando-se em conta os discursos beligerantes da época e a própria possibilidade (e efetivação) da participação na Segunda Guerra Mundial. Ao comparar *Nação Armada* a outras publicações militares, algumas especificamente ligadas à questão da saúde no meio militar, busquei observar seus pontos de convergência e, sobretudo, as peculiaridades que a distinguiam em relação àqueles periódicos. Por último, por meio de elementos quantitativos e qualitativos, busquei dimensionar a presença do tema da saúde no escopo da revista e indicar os recortes temáticos específicos pelos quais esta questão geral foi tratada e qualificada pelos textos veiculados nesta publicação, de modo a identificar os problemas sanitários no Brasil e suas soluções.

No terceiro capítulo, analisei de forma mais detida os recursos e operações discursivas pelas quais os textos de *Nação Armada* expressaram as posições dos militares face às questões e desafios relacionados às condições de saúde dos soldados e, numa relação de equivalência, da própria nação. Num primeiro momento, analisei os “diagnósticos” empreendidos nas páginas da revista sobre as condições sanitárias dos brasileiros, apontando para a permanência da idéia do “exército de sombras”, presente desde o início do século XX. Examinei, também, como os discursos de *Nação Armada* vislumbraram a possibilidade (e as atitudes necessárias para tanto) de resolução destes problemas sanitários do país através da participação do Exército, tanto do ponto de vista da passagem dos indivíduos pelo serviço militar (retomando a idéia de “filtro admirável”, proposta por Olavo Bilac), como a partir de ações “profiláticas” e “curativas” de que o Exército seria capaz de realizar no país, disseminando e implementando os ideais e as práticas do saneamento. Destes procedimentos “sanitários”, constituídos pela promoção dos valores e das medidas de higiene, da prática da educação física e da “cura” do interior a partir da ação dos médicos militares em todo o território nacional (procedimentos estes concebidos, em seu conjunto, com mecanismos eugênicos de “melhoramento” do povo e da nação), o Exército afirmaria sua capacidade, segundo *Nação Armada*, de atuar de modo destacado na construção da identidade nacional brasileira a partir da idéia de “soldado-cidadão”.

Sendo assim, este trabalho foi elaborado no sentido de articular as discussões históricas em torno do papel do Exército – em suas perspectivas social e política – ao debate sobre a saúde no Estado Novo. Nesse sentido, busquei avaliar de que forma a concepção destes militares sobre os problemas sanitários do país (no âmbito do Exército, mas também do país) foi central para a afirmação e a legitimação do papel do Exército no projeto de “regeneração” e produção de “homogeneidade” para o “povo brasileiro”, base para a elaboração de uma “nova nação”. Tentei, com isso, contribuir para as discussões historiográficas em torno da idéia de construção nacional, tendo como foco o desempenho do Exército em sua relação com a sociedade. Cabe destacar que a saúde, neste processo, constituiu um elemento-chave de conformação da própria identidade do Exército como força política e ideológica específica, marcada pelos ideais da “força” e do “vigor” físico e moral. Tal processo se deu tanto do ponto de vista das intervenções que este grupo desempenhou ou declarou-se preparado e capaz de

desempenhar no campo sanitário, quanto, sobretudo, no que diz respeito ao conteúdo simbólico exercido pela saúde enquanto idéia-força reconhecida como constitutiva da própria nacionalidade.

BIBLIOGRAFIA E FONTES

1. Fontes:

A atividade japonesa e as leis internacionais. Através da Imprensa. *Nação Armada*: Rio de Janeiro, nº 53, p. 134. abr. 1944.

A manifestação dos acadêmicos ao professor Aloysio de Castro. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, p. 4. 11 out. 1916.

Andrade, Carlos Sudá de. Realizações do Corpo de Saúde do Exército. *Nação Armada*: Rio de Janeiro, nº 1, p. 79-82. nov. 1939.

_____. Exército e Eugenia. *Nação Armada*: Rio de Janeiro, nº 3, p. 76-82. fev. 1940.

_____. Realizações do Espírito Criador Brasileiro. 2 – O “Instituto Oswaldo Cruz” de Manguinhos. *Nação Armada*: Rio de Janeiro, nº 13, p. 79-96. dez. 1940.

_____. Realizações do Espírito Criador Brasileiro. 6 – O Saneamento da Baixada Fluminense. *Nação Armada*: Rio de Janeiro, nº 23, p. 86-104. out. 1941.

_____. Saudação a Caxias e Ana Nery. *Nação Armada*: Rio de Janeiro, nº 34, p. 34. set. 1942.

_____. **Dados biográficos. Documento providenciado por funcionários do arquivo a partir da Pasta nº XXX – 83 – 46 – SAP - AHEx (Arquivo Histórico do Exército). 2 jul. 2009.**

Andrade, Paulo de. Uma sugestão à margem do problema das promoções no Exército. *Nação Armada*: Rio de Janeiro, nº 73, p. 10-17. dez. 1945.

Amaral, Azevedo. O Exército e a educação nacional. *Nação Armada*: Rio de Janeiro, nº 4, p. 26-30. mar. 1940.

_____. 7 de abril. *Nação Armada*: Rio de Janeiro, nº 29, p. 8-12. abr. 1942.

Banquete ao Dr. Carlos Chagas. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, p. 3. 22 out. 1916.

Barroso, Gustavo. O elogio da espada. *Nação Armada*: Rio de Janeiro, nº 78, p. 5-8. jun./jul. 1946.

_____. O rebenque de Iataiti-corá. *Nação Armada*: Rio de Janeiro, nº 79, p. 5-9, ago./set. 1945.

Bilac, Olavo. *A defesa nacional* (discursos). Rio de Janeiro: Ed. Liga da Defesa Nacional. 1917.

Brasil. Senado Federal. Lei nº 1860. 4 jan. 1908. Disponível em:

<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=102641>. Acesso em: 26 ago. 2008.

_____. Exército Brasileiro. Decreto-lei 1.187 de 4 abr. 1939. *Boletim do Exército*, nº 20 s, p. 1419-56. 15 abr. 1939.

_____. Ministério da Guerra. Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil. nov. 1940. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2341/000051.html>. Acesso em: 8 fev. 2010.

Calmon, Pedro. A inquietação militar de 1870. *Nação Armada*: Rio de Janeiro, nº 5, p. 14-7. abr. 1940.

_____. O soldado na História do Brasil. *Nação Armada*: Rio de Janeiro, nº 19, p. 12-28. jun. 1941.

_____. Caxias três vezes grande. *Nação Armada*: Rio de Janeiro, nº 34, p. 41-3. set. 1942.

_____. Prefácio. In: Carvalho, Affonso de. *Caxias*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército. p. xiii-xv. 1976.

Capanema, Gustavo. Carta de Gustavo Capanema ao Major Affonso de Carvalho. 4 maio 1940. Arquivo Gustavo Capanema, série b - Correspondentes; GCb Carvalho, A. Arquivo sob a guarda do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC)/Fundação Getúlio Vargas.

_____. Caxias. In: Carvalho, Affonso de. *Antologia Patriótica*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora. p. 179-81. 1940.

Carvalho, Affonso de. *Poemas parnasianos*. São Paulo: Typographia Revista dos Tribunaes. 1920.

_____. *Vale a pena acordar amanhã?* Rio de Janeiro: Ed. Guanabara Waismann Koogan. 1920.

_____. *1ª Bateria, fogo!* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1931.

_____. *Capacete de aço: cenas da luta do Exército de Leste no Valle do Parahyba*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1933.

_____. *Viagem pelo Brasil (do Chuy ao Oyapock)*: romance de turismo. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara. 1935.

_____. *O Brasil não é dos brasileiros*. São Paulo: Ed. Revista Panorama, 1937.

_____. *Teu filho não voltará mais!* Rio de Janeiro: José Olympio Ed. 1941.

_____. *Bilac: o homem, o poeta, o patriota*. Rio de Janeiro: José Olympio Ed. 1942.

_____. *Poesias*. Rio de Janeiro: José Olympio Ed. 1943.

_____. Palavras aos Oficiais e Médicos estagiários da Fortaleza de S. João. *Nação Armada*: Rio de Janeiro, nº 41, p. 10-20. abr. 1943.

_____. *Rio Branco*. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar. 1945.

_____. *Caxias*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército. 1976.

_____. Dados biográficos. Documento providenciado por funcionários do arquivo a partir da Pasta nº XVIII – 14 – 2 – SAP – AHEx (Arquivo Histórico do Exército). 2 jul. 2009.

Carvalho, Gil de. A educação integral, como fator eugênico. *Nação Armada*: Rio de Janeiro, nº 20, p. 110-112. jul. 1941.

Cidade, Francisco de Paula. *Síntese de três séculos de literatura militar brasileira*. Rio de Janeiro: BibliEx. 1998.

_____. Dados biográficos. Documento providenciado por funcionários do arquivo a partir da pasta nº XXX – 22 – 190A – SAP – AHEx (Arquivo Histórico do Exército). 2 jul. 2009.

Confederação Nacional dos Municípios. Disponível em:
<http://www.cnm.org.br>. Acesso em: 8 fev. 2010.

Conversa telefônica entre Affonso de Carvalho e Lourival Fontes. 6 jan. 1940. Arquivo Getúlio Vargas, série confid – Confidência; GV confid 1940.01.06. Arquivo sob a guarda do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil(CPDOC)/Fundação Getúlio Vargas.

Copacabanovitch. Informações e Comentários. *Nação Armada*: Rio de Janeiro, nº 24, p. 158. nov. 1941.

Dados estatísticos do concurso da admissão à Escola Militar. *Nação Armada*: Rio de Janeiro, nº 7, p. 116-118. jun. 1940.

Departamento Nacional de Imigração e Serviços de Estatística da Previdência e Trabalho. Tabela extraída de: *Anuário estatístico do Brasil 1939/1940*. Rio de Janeiro: IBGE, v. 5. 1941. Disponível em:
<http://www.ibge.gov.br/seculoxx/temas/shtm>. Acesso em: 8 dez. 2009.

Desligado do Gabinete o Tenente-Coronel Affonso de Carvalho. Noticiário. *Nação Armada*: Rio de Janeiro, nº 20, p. 154. jul. 1941.

Dias, Carlos Malheiros. Carta a um sorteado. *Nação Armada*. Rio de Janeiro, nº 5, p. 59-60. abr. 1940.

Dutra, Eurico Gaspar. O Exército em dez anos de governo do Presidente Getúlio Vargas (1930-1940). *Nação Armada*. Rio de Janeiro, nº 14, p. 14-36. jan. 1941.

_____. Carta ao Presidente Getúlio Vargas. 19 jul. 1941. Arquivo Eurico Dutra, série Vida Pública; ED vp 1940.11.01. Arquivo sob a guarda do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC)/Fundação Getúlio Vargas.

_____. Parecer do Ministério da Guerra ao Presidente Getúlio Vargas. 14 fev. 1942. Arquivo Eurico Dutra, série Vida Pública; ED vp 1940.11.01. Arquivo sob a guarda do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC)/Fundação Getúlio Vargas.

_____. Relatório expondo a situação real do Exército ao Presidente Getúlio Vargas. 26 fev. 1942. Arquivo Eurico Dutra, série Vida Pública; ED vp 1940.11.01.

Arquivo sob a guarda do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC)/Fundação Getúlio Vargas.

Editorial. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro, nº 1, p. 1-2. out. 1913.

Editorial. *Nação Armada*. Rio de Janeiro, nº 1, p. 1-3. nov. 1939.

Editorial. *Nação Armada*: Rio de Janeiro, nº 4, p. 3-7. mar. 1940.

Em prol da Saúde Militar. *Revista de Medicina e Higiene Militar*: Rio de Janeiro, nº 2, p. 69-70. fev. 1921.

Explicação Necessária. *Revista de Medicina e Higiene Militar*: Rio de Janeiro, nº 1, p. 301. jan. 1921.

Freitas, J. Almeida. Educação Física e o Oficial de Estado-Maior. *Nação Armada*: Rio de Janeiro, nº 19, p. 64-6. jun. 1941.

Incapazes para o serviço militar. Informações e Comentários. *Nação Armada*: Rio de Janeiro, nº 13, p. 142. dez. 1940.

Informações e Comentários. *Nação Armada*: Rio de Janeiro, nº 12. p. 111-120. nov. 1940.

Informações e Comentários. *Nação Armada*: Rio de Janeiro, nº 51. p. 146-147. nov. 1944.

Instituto de Geografia e História Militar do Brasil. Histórico. Quem somos. Disponível em:

<http://www.ighmb.org.br>. Acesso em: 8 fev. 2010.

Jerusa...Leme e Jacob...pacabana. Informações e Comentários. *Nação Armada*: Rio de Janeiro, nº 26. p. 151-152. jan. de 1942.

José, Dom. Alguns erros contra a Fé e a Moral. *Nação Armada*: Rio de Janeiro, nº 27, p. 52-68. fev. 1942.

Lisbôa, Achiles. Si vis pacem, para bellum! *Nação Armada*: Rio de Janeiro, nº 13, p. 97-103. dez. 1940.

Lisbôa, Rosalina Coelho. Glória a ti, Soldado do Brasil! *Nação Armada*: Rio de Janeiro, nº 11, p. 16-8. out. 1943.

Lobo, Arthur. Ligeiras notas sobre as últimas estatísticas sanitárias do Exército Brasileiro. *Nação Armada*: Rio de Janeiro, nº 11, p. 19-32. out. 1940.

_____. O Serviço Militar e a Juventude Brasileira. *Nação Armada*: Rio de Janeiro, nº 16, p. 49-57. mar. 1941.

_____. *O Serviço de Saúde do Exército Brasileiro*: história evolutiva desde os seus primórdios até os tempos atuais. Rio de Janeiro: Ed. BibliEx. 1958.

_____. Dados biográficos. Documento providenciado por funcionários do arquivo a partir da pasta nº I – 25 - 27 – SAP – AHEx (Arquivo Histórico do Exército). 2 jul. 2009.

Magarinos, Domingos. Nacionalização do Brasil e personalização do brasileiro. *Nação Armada*: Rio de Janeiro, nº 9, p. 70-72. ago. 1940.

Monteiro, Góes. Um programma de trabalho. *Revista Militar Brasileira*: Rio de Janeiro, nº 1-4, p. 13-19. jan. – dez. 1937.

Moura, Raul. O que vale a Higiene para o soldado. *Nação Armada*: Rio de Janeiro, nº 38, p. 64-6. jan. 1943.

Nação Armada. Rio de Janeiro: nov. 1939 – mar. 1947.

Novos rumos dos Serviços de Saúde e Intendência do Exército. *Nação Armada*: Rio de Janeiro, nº 13, p. 104-10. dez. 1940.

O deformista da pintura. Informações e Comentários. *Nação Armada*: Rio de Janeiro, nº 12, p. 122. nov. 1940.

O Patrono do Serviço de Saúde do Exército. *Nação Armada*: Rio de Janeiro, nº 7, p. 105-115. jun. 1940.

Penna, Belisário. *Exército e Saneamento*. Rio de Janeiro: Typ. Revista dos Tribunaes. 1920.

_____. *Saneamento do Brasil*. Rio de Janeiro: Typ. Revista dos Tribunaes. 1918.

Picchia, Menoti del. O Exército brasileiro. *Nação Armada*: Rio de Janeiro, nº 13, p. 20-2. dez. 1940.

_____. A Pátria é hoje uma imensa caserna. *Nação Armada*: Rio de Janeiro, nº 25, p. 9-10. dez. 1941.

Pinto, Adolfo. Aspectos Gerais da Educação Física. *Nação Armada*: Rio de Janeiro, nº 9, p. 73-9. ago. 1940.

Prazeres, Otto. O Exército é a Nação. *Nação Armada*: Rio de Janeiro, nº 1, p. 16-19. nov. 1939.

República dos Estados Unidos do Brasil. *Anais da Assembléia Constituinte*. Volume IV. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. p. 235-359. 1947.

_____. Força Aérea Brasileira. *Manual de uso da marca da Força Aérea Brasileira*. 2010. Disponível em:

http://www.fab.mil.br/portal/manual_marca/download/manualdamarca.pdf. Acesso em: 8 fev. 2010.

Revista de Medicina Militar: Rio de Janeiro, nº 1-3. jan. – jun. 1933.

Salsano, Erlindo. Educação Física e Eugenia. *Nação Armada*: Rio de Janeiro, nº 16, p. 78-84. out. – dez. 1946.

Teixeira, Napoleão L. Panorama sanitário do Brasil, em face das últimas estatísticas. *Nação Armada*: Rio de Janeiro, nº 16, p. 38-40. mar. 1941.

2. Bibliografia:

Alessio, Márcia Mansor d'. Estado-nação e construções identitárias. Uma leitura do período Vargas. In: Brepohl, Marion; Bresciani, Maria S.; Seixas, Jacy (org.). *Razão e paixão na política*. Brasília: Editora UNB. p. 159-180. 2002.

Alonso, Angela. *Idéias em movimento*: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império. São Paulo: Paz e Terra. 2002.

Anderson, Benedict. Introducción. In: _____. *Comunidades imaginadas*: reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica. p. 17-25. 2000.

Bardin, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70. 1976.

Beattie, Peter M. *The tribute of blood*: army, honor, race, and nation in Brazil, 1864-1945. Durham: Duke University Press. 2001.

Beloch, Israel; Abreu, Alzira. A. de (orgs.). Carvalho, Afonso de. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (1930-1983)*. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, FGV, CPDOC, Finep. p. 1157. 1984.

_____. Dutra, Eurico. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (1930-1983)*. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, FGV, CPDOC, Finep, p. 1126-1154. 1984.

_____. Fontes, Lourival. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (1930-1983)*. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, FGV, CPDOC, Finep. p. 1309-1312. 1984.

_____. Monteiro, Góis. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (1930-1983)*. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, FGV, CPDOC, Finep. p. 2246-2259. 1984.

Benchimol, Jaime L. (Coord.) *Febre Amarela: a doença e a vacina, uma história inacabada*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, Bio-Manguinhos. 2001.

Bomeny, Helena (org.). *Constelação Capanema: intelectuais e políticas*. Rio de Janeiro: Editora FGV. 2001.

Britto, Nara. *Oswaldo Cruz: a construção de um mito na ciência brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz. 1995.

Campanhole, Adriano, Campanhole, Hilton L. *Todas as Constituições do Brasil*. São Paulo: Ed. Atlas. 1978.

Campos, André Luiz V. Políticas internacionais de saúde na Era Vargas: o Serviço Especial de Saúde Pública. In: Gomes, Angela de Castro (org.). *Capanema: o ministro e seu ministério*. Rio de Janeiro: Ed. FGV. p. 195-220. 2000.

_____. *Políticas internacionais de saúde na Era Vargas: o Serviço Especial de Saúde Pública, 1942-1960*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz. 2006.

Capelato, Maria Helena R. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. Campinas: Papirus. 1998.

_____. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: Ferreira, Jorge; Delgado, Lucilia de Almeida N. (org.) *O Brasil Republicano*. V. 2. O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. p. 107-144. 2003.

Cardoso, Ciro, Vainfas, Ronaldo. História e análise de textos. In: _____ *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, p. 536-567. 1997.

Carneiro, Maria Luiza Tucci. *O Anti-semitismo na era Vargas: fantasmas de uma geração*. São Paulo: Brasiliense. 1988.

_____. O Estado Novo, o Dops e a ideologia da segurança nacional. In: Pandolfi, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. FGV. p. 327-340. 1999.

Carone, Edgar. *O Estado Novo (1937-1945)*. Rio de Janeiro: DIFEL. 1977.

Carvalho, José Murilo de. As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador. In: Holanda, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel. p. 181-234. 1985.

_____. Vargas e os militares. In: Pandolfi, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. FGV. p. 341-345. 1999.

_____. Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador. In: _____. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., p. 13-61. 2005a.

_____. Forças Armadas e Política, 1930-1945. In: _____. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., p. 62-101. 2005b.

_____. Vargas e os militares: Aprendiz de Feiticeiro. In: _____. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., p. 102-117. 2005c.

Castro, Celso. O Espírito Militar: um estudo de antropologia social na Academia Militar das Agulhas Negras. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1990.

_____. *In corpore sano* – Os militares e a introdução da Educação Física no Brasil. *Antropolítica*: Niterói, nº 2, p. 61-78. 1º sem. 1997.

_____. *A invenção do Exército brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2002.

_____; Izecksohn, Vitor; Kraay, Hendrik. *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. FGV. 2004.

Castro-Santos, Luiz Antônio de. O pensamento sanitário na Primeira República: uma ideologia de construção de nacionalidade. *Dados, Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, v. 28, nº 2, p. 193-210. 1985.

_____. *Power, ideology and public health in Brazil (1889-1930)*. PhD Thesis. Cambridge/Mass., Harvard University. 1987.

Coelho, Edmundo Campos. *Em busca de identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. Forense-Universitária. 2000.

Cueto, Marcos. Los ciclos de la erradicación: la Fundación Rockefeller y la salud pública latinoamericana, 1918-1940. In: _____ (ed.). *Salud, Cultura y Sociedad en la América Latina*. Lima: IEP/OPS. p. 179-201. 1996

Cunha, Olívia M. G. Sua alma em sua palma: identificando a “raça” e inventando a nação. In: Pandolfi, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. FGV. p. 257-288. 1999.

D'Araujo, Maria Celina. (org.). *As instituições brasileiras da Era Vargas*. Rio de Janeiro: Ed. Uerj/Ed. FGV. 1999.

_____. *O Estado Novo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora. 2000.

Déloye, Yves. A nação entre identidade e alteridade: fragmentos de identidade nacional. In: Brepohl, Marion; Bresciani, Maria S.; Seixas, Jacy (org.) *Razão e paixão na política*. Brasília: Ed. UNB. p. 95-112. 2002.

Dutra, Eliana de Freitas. *O Ardil totalitário: imaginário político no Brasil dos anos 30*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ. Belo Horizonte: Ed. UFMG. 1997.

Fausto, Boris. O Estado Novo no contexto internacional. In: Pandolfi, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. FGV. p. 17-20. 1999.

_____. *O pensamento nacionalista autoritário: 1920-1940*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2001.

Fernandes, Francisco. *Dicionário Brasileiro Contemporâneo*. Porto Alegre: Ed. Globo. 1970.

Ferraz, Francisco César. *Os brasileiros e a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2005.

Ferreira, Jorge. *Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas. 1997.

_____; Delgado, Lucilia de Almeida N. (org.) *O Brasil Republicano*. V. 2. O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2003.

Fonseca, Cristina M. Oliveira. *Saúde no governo Vargas (1930-1945): dualidade institucional de um bem público*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz. 2007.

_____. A I Conferência Nacional de Saúde: reformas, políticas e saúde pública em debate no Estado Novo. In: Gomes, Angela de Castro (org.). *Capanema: o ministro e seu ministério*. Rio de Janeiro: Ed. FGV. p. 173-193. 2000.

Gertz, René. Estado Novo: um inventário historiográfico. In: Silva, José Luiz Werneck da (org.) *O Feixe e o Prisma: uma revisão do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora. p. 111- 131. 1991.

Gomes, Angela de Castro. A construção do homem novo: o trabalhador brasileiro. In: Oliveira, Lúcia Lippi, Velloso, Monica P., Gomes, Angela de Castro. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora. p. 151-166. 1982.

_____. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará. 1994.

_____. Ideologia e trabalho no Estado Novo. In: Pandolfi, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. FGV. p. 53-72. 1999.

_____(org.). *Capanema: o ministro e seu ministério*. Rio de Janeiro: Ed. FGV. 2000.

Guimarães, Manoel L. S. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma identidade nacional. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, nº 1, p. 5-27. 1988.

Haroche, Claudine. O que é um povo? Os sentimentos coletivos e o patriotismo do final do século XIX. In: Brepohl, Marion; Bresciani, Maria S.; Seixas, Jacy (org.). *Razão e paixão na política*. Brasília: Ed. UNB. p. 81-94. 2002.

Hayes, Robert A. *Nação armada: a mística militar brasileira*. Rio de Janeiro: BibliEx. 1991.

Hobsbawn, Eric J. *A invenção das tradições*. São Paulo: Paz e Terra. 1987.

_____. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*, Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1990.

Hochman, Gilberto. *A era do saneamento: As bases da política de saúde pública no Brasil*. São Paulo: Hucitec/ANPOCS. 1998.

_____. A saúde pública em tempos de Capanema. In: Bomeny, Helena (org.). *Constelação Capanema: intelectuais e políticas*. Rio de Janeiro: Editora FGV. p. 127-152. 2001.

Hochman, Gilberto, Fonseca, Cristina. O que há de novo? Política de saúde pública e previdência, 1937-45. In: Pandolfi, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. FGV. p. 73-94. 1999.

Kropf, Simone P. *Doença de Chagas, doença do Brasil: ciência, saúde e nação, 1909-1962*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz. 2009.

Labra, Maria Eliana. *O movimento sanitarista nos anos 20. Da conexão sanitária internacional à especialização em saúde pública no Brasil*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: Escola Brasileira de Administração Pública/Fundação Getúlio Vargas. 1985.

Lenharo, Alcir. *Sacralização da política*. São Paulo: Ed. Campus / Papyrus. 1989.

Lima, Magali Alonso de. *O Corpo no Espaço e no Tempo: educação física no Estado Novo (1937-1945)*. Dissertação (Mestrado) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1980.

Lima, Nísia Trindade. Missões civilizatórias da República e interpretação do Brasil. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, 5, supl., p. 163-193. 1998.

_____. *Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Revan/IUPERJ. 1999.

_____. Hochman, Gilberto. Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo Movimento Sanitarista da Primeira República. In: Maio, Marcos Chor; Santos, Ricardo V. (orgs.). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz / Centro Cultural Banco do Brasil. p. 23-40. 1996.

Luca, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: Pinsky, Carla B. (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto. p. 111-153. 2006.

Luz, Madel T. *Medicina e ordem política brasileira: políticas e instituições de saúde (1850-1930)*. Rio de Janeiro: Graal. 1982.

Marques, Vera Regina Beltrão. *A medicalização da raça: médicos, educadores e discurso eugênico*. Campinas: Ed. da UNICAMP. 1994.

_____, Raça e noção de identidade nacional. O discurso médico-eugenista nos anos 1920. In: Brepohl, Marion; Bresciani, Maria S.; Seixas, Jacy (org.) *Razão e paixão na política*. Brasília: Editora UNB. p. 181-195. 2002.

Martinez-Echazábal, Lourdes. O Culturalismo dos anos 30 no Brasil e na América Latina: deslocamento retórico ou mudança conceitual? In: Maio, Marcos Chor; Santos, Ricardo V. (orgs.). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz / CCBB. p. 107-124. 1996.

McCann, Frank D. *A nação armada: ensaios sobre a história do Exército brasileiro*. Recife: Guararapes. 1982.

_____. *Soldados da Pátria: história do Exército brasileiro 1889-1937*. São Paulo: Cia das Letras. 2007.

Maio, Marcos Chor. Qual anti-semitismo? Relativizando a questão judaica no Brasil dos anos 30. In: Pandolfi, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. FGV. p. 201-245. 1999.

_____ ; Cytrynowicz, Roney. Ação Integralista Brasileira: um movimento fascista no Brasil (1932-1938). In: Ferreira, Jorge; Delgado, Lucilia de Almeida N. (org.) *O Brasil Republicano*. V. 2. O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. p. 39-62. 2003.

Menezes, Raimundo de. *Dicionário Literário Brasileiro*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos. 1978.

Miceli, Sérgio. A política cultural. In: Pandolfi, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. FGV. p. 191-196. 1999.

Mosse, George L. *The Image of Man: the creation of modern masculinity*. New York: Oxford University Press. 1996.

Oliveira, Lúcia Lippi. Velloso, Mônica P., Gomes, Angela de Castro. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora. 1982.

_____, *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Ed. Brasiliense. 1990.

_____ ; Vargas, os intelectuais e as raízes da ordem. In: D'Araujo, Maria Celila (org.). *As Instituições Brasileiras da Era Vargas*. Rio de Janeiro: Ed. Uerj / Ed. FGV. 1999.

Packard, Randall, Gadelha, Paulo. A land filled with mosquitos: Fred L. Soper, the Rockefeller Foundation and the *Anopheles gambiae* invasion of Brazil. *Parasitologia*, nº 36. p. 197-213. 1994.

Packard, R., Brown, P. Rethinking health, development and malaria: historicizing a cultural model in International Health. *Medical Anthropology*, nº 17. p. 181-94. 1997.

Pandolfi, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. FGV. 1999.

_____. Os anos 1930: as incertezas do regime. In: Ferreira, Jorge; Delgado, Lucília de Almeida N. (org.) *O Brasil Republicano*. V. 2. O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. p. 13-38. 2003.

Pécaut, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ed. Ática. 1990.

Pinto, Sérgio Murillo, A Doutrina Góis: síntese do pensamento militar no Estado Novo. In: Pandolfi, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. FGV. p. 291-308. 1999.

Pondé, Francisco de Paula e Azevedo. *Organização e Administração do Ministério do Exército*. Brasília: ENAP, Rio de Janeiro: BibliEx. 1994.

Prado, Adonia Antunes, *Os Conceitos de Homem e de Educação do Estado Novo (1937-1945)*. Tese (Doutorado) – FE/UFRJ, Rio de Janeiro. 1995.

Reichel, Peter. *La fascination du Nazisme*. Paris: Ed. Odile Jacob. 1993.

Rey, Luís C. *Dicionário de termos técnicos de Medicina e saúde*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 1999.

Sá, Dominichi Miranda de Sá. *A ciência como profissão: médicos, bacharéis e cientistas no Brasil (1895-1935)*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz. 2006.

_____; A voz do Brasil: Miguel Pereira e o discurso sobre o 'imenso hospital'. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, 16 (supl. 1). p. 333-348. 2009.

_____; Sá, Magali Romero; Lima, Nísia Trindade. Telégrafos e inventário do território no Brasil: as atividades científicas da Comissão Rondon (1907-1915), *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*: nº 15. p. 779-810. 2008.

Santos, Francisco Ruas. *Coleção bibliográfica militar*. Rio de Janeiro: BibliEx. 1960.

Schwarcz, Lilia M. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras. 1993.

_____. O espetáculo da miscigenação. In: Domingues, Heloisa Maria; Glick, Thomas; Sá, Magali R. (org.). *A recepção do Darwinismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz. p. 165-180. 2003.

Sevcenko, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense. 1995.

Seyferth, Giralda. A assimilação dos imigrantes como questão nacional. *Mana*. Rio de Janeiro, vol. 3, nº 1. 1997. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93131997000100004...

Acesso em: 27 dez. 2009. abr. 1997.

_____. Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo. In: Pandolfi, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. FGV. p. 199-228. 1999.

_____. Roquette-Pinto e o debate sobre raça e imigração no Brasil. In: Lima, Nísia Trindade, Sá, Dominichi Miranda de (orgs.). *Antropologia Brasileira: ciência e educação na obra de Edgard Roquette-Pinto*. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz. p 147-177. 2008.

Silva, Zélia Lopes da. Imagens do Trabalhador Brasileiro nos Anos 30. In: *História: Unesp*, São Paulo, V. 12, p. 273-281. 1993.

Soares, Lucilia. *Rua do Ouvidor, 110*. História da Livraria José Olympio. Rio de Janeiro: Jose Olympio Ed. 2006.

Sodré, Nelson Werneck. *A história militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1979.

Souza, Wanderley Sebastião. *A política biológica como projeto: a “Eugenia Negativa” e a construção da nacionalidade na trajetória de Renato Kehl (1917-1932)*. Dissertação (Mestrado) – Casa de Oswaldo Cruz, Fiocruz, Rio de Janeiro. 2006.

Stepan, Alfred. *Os Militares na política*. Rio de Janeiro: Ed. Artenova. 1975.

Stepan, Nancy L. Eugenia no Brasil, 1917-1940. In: Hochman, Gilberto; Armus, Diego (org.) *Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz. p. 331-391. 2004.

_____. *A Hora da Eugenia: raça, gênero e nação na América Latina*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz. 2005.

Stickel, Erico João Siriuba. Alberto Lima. In: _____. *Uma pequena biblioteca particular: subsídios para o estudo da iconografia no Brasil*. São Paulo: Ed. USP, Imprensa Oficial de São Paulo. p. 324. 2004.

Velloso, Monica Pimenta. Cultura e poder político: uma configuração do campo intelectual. In: Oliveira, Lúcia Lippi de; Velloso, Monica P.; Gomes, Angela de Castro. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora. p. 71-108. 1982.

_____. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. In: Ferreira, Jorge; Delgado, Lucilia de Almeida N. (org.) *O Brasil Republicano*. V. 2. O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. p. 145-80. 2003.

Zilio, Carlos. *A Querela do Brasil: a questão da identidade na arte brasileira: a obra de Tarsila, Di Cavalcanti e Portinari (1922-45)*. Rio de Janeiro: Funarte. 1982.

ANEXOS



Figura 1 - O símbolo oficial da revista *Nação Armada*. Sobre a silhueta do mapa do Brasil, marcada pela constelação do Cruzeiro do Sul, a arma representa os desejos dos criadores da revista: a “defesa” do país contra as “forças ameaçadoras” da nacionalidade, bem como a necessidade de militarização de setores/aspectos da sociedade para o “fortalecimento” e “engrandecimento” nacionais.

Fonte: *Nação Armada*: Rio de Janeiro, nº 1. nov. 1939.



Figura 2 – O logotipo de Nação Armada. Presente em todas as capas, junto ao Sumário, era a marca mais visível da revista.

Fonte: *Nação Armada*: Rio de Janeiro, nº 1. nov. 1939.

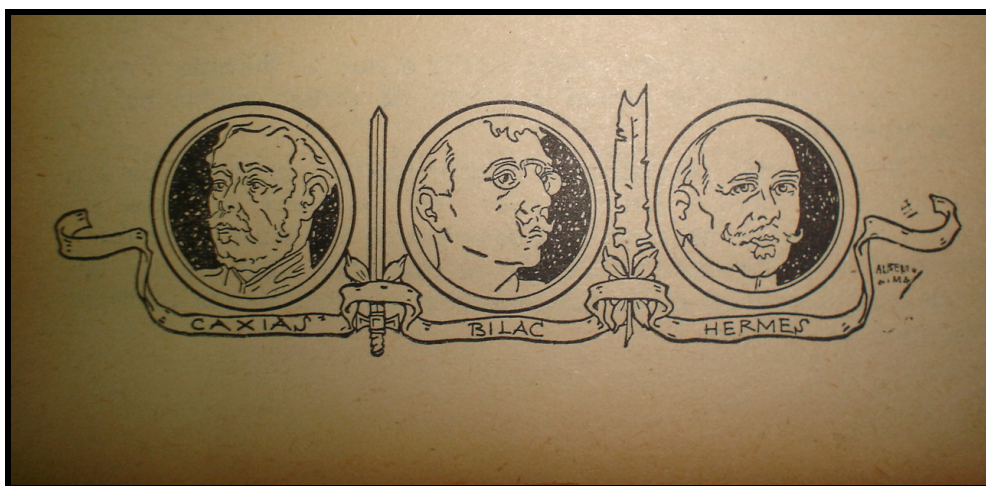


Figura 3 – O “panteão” do serviço militar obrigatório: Duque de Caxias, Olavo Bilac e Hermes da Fonseca.

Fonte: *Nação Armada*: Rio de Janeiro, nº 33. ago. 1942.



Figura 4 – O Ministro da Guerra, Eurico Gaspar Dutra, por ocasião das comemorações de quatro anos como ministro de Getúlio Vargas. “Homem forte” do Estado Novo, Dutra foi uma das figuras responsáveis pelas transformações no âmbito do Exército naquela época.

Fonte: *Nação Armada*: Rio de Janeiro, nº 14. jan. 1941.

Figura 5 – General Pedro Aurélio de Góes Monteiro. O Chefe do Estado-Maior do Exército no Estado Novo. Responsável, juntamente com Dutra, pela afirmação do Exército como importante força política e ideológica neste regime. Foto da época em que foi Ministro da Guerra entre 1934 e 1935.



GENERAL PEDRO AURELIO DE GÓES MONTEIRO
 Expressão culminante da classe, assume o posto de Guerra, num momento difícil, após a Revolução de São Paulo. Reorganiza o Exército e põe em execução uma nova legislação militar, imposta por imperiosas necessidades do Exército. É o criador da arma da aviação. Dirige a pasta da Guerra de 23-7-34 a 7-5-35.



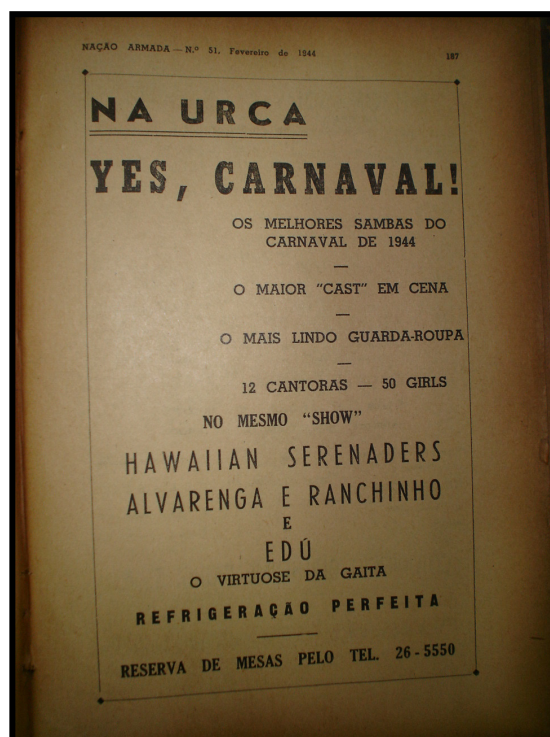
Fonte: *Nação Armada*: Rio de Janeiro, nº 25. dez. 1941.

Figura 6 – Desenho de Alberto Lima, redator artístico da revista, para texto de Francisco de Paula Cidade. Lima, reconhecido desenhista, heraldista e ilustrador, trabalhou com Affonso de Carvalho em vários de seus livros.

Fonte: *Nação Armada*: Rio de Janeiro, nº 25. out. 1941.

Figura 7 – Publicidade de chamamento ao carnaval do Cassino da Urca. Nesta mesma edição da revista, fez-se grande propaganda contra esta festa popular.

Fonte: *Nação Armada*: Rio de Janeiro, nº 51. fev. 1944.



* CONTINENTAL



A GRANDE VENTURA

A grande ventura de ser mãe! Fazer de seu filho uma criança forte robusta! Realize este ideal, tomando Malzbier Progresso, a cerveja das lactantes.

O malte é ótimo elemento nutritivo e muito recomendado para as lactantes.



MALZBIER PROGRESSO

UM PRODUTO DA ANTARCTICA

TODOS OS BRASILEIROS estão sendo CHAMADOS!



Quando a pátria em perigo mobiliza seus filhos e cidadãos o glorioso trabalho de desobediência, aqueles que ficam e conhecem uma palavra de ordem — produzir cada vez mais!

Para que os defensores de nossa integridade, vigília de noite ao sul, possam lutar com a alma libertadora, é preciso que todos contribuam.

Tomem parte ativa na batalha de produção, subvertendo a guerra de guerra. Contribua para que as Democracias levem de vitória as forças do mal.

De hoje a tua vitória sobre a guerra para ser a liberdade de ver que a paz duradoura e o mundo livre de amaldiçoar a guerra, em parte, obra tua!

BRASILEIRO:
O teu sacrifício de produção voluntária, livre e digna de um trabalho produtivo, é o BÔNUS DE GUERRA.

LIBERDADE PELA LIBERDADE

CONTRIBUIÇÃO DA
Fab. ALIANÇA de ARTEFATOS de METAIS

Figuras 8 e 9 – A diversidade na publicidade é uma marca de *Nação Armada*, fato que nos faz inferir um público-alvo igualmente diversificado. Com frequência, imagens ligadas ao mundo feminino e/ou infantil, bem como ao conflito bélico apareciam nas propagandas para incentivar o consumo dos produtos anunciados.

Fonte: *Nação Armada*: Rio de Janeiro, nº 47 e 49. out. e dez. 1943.

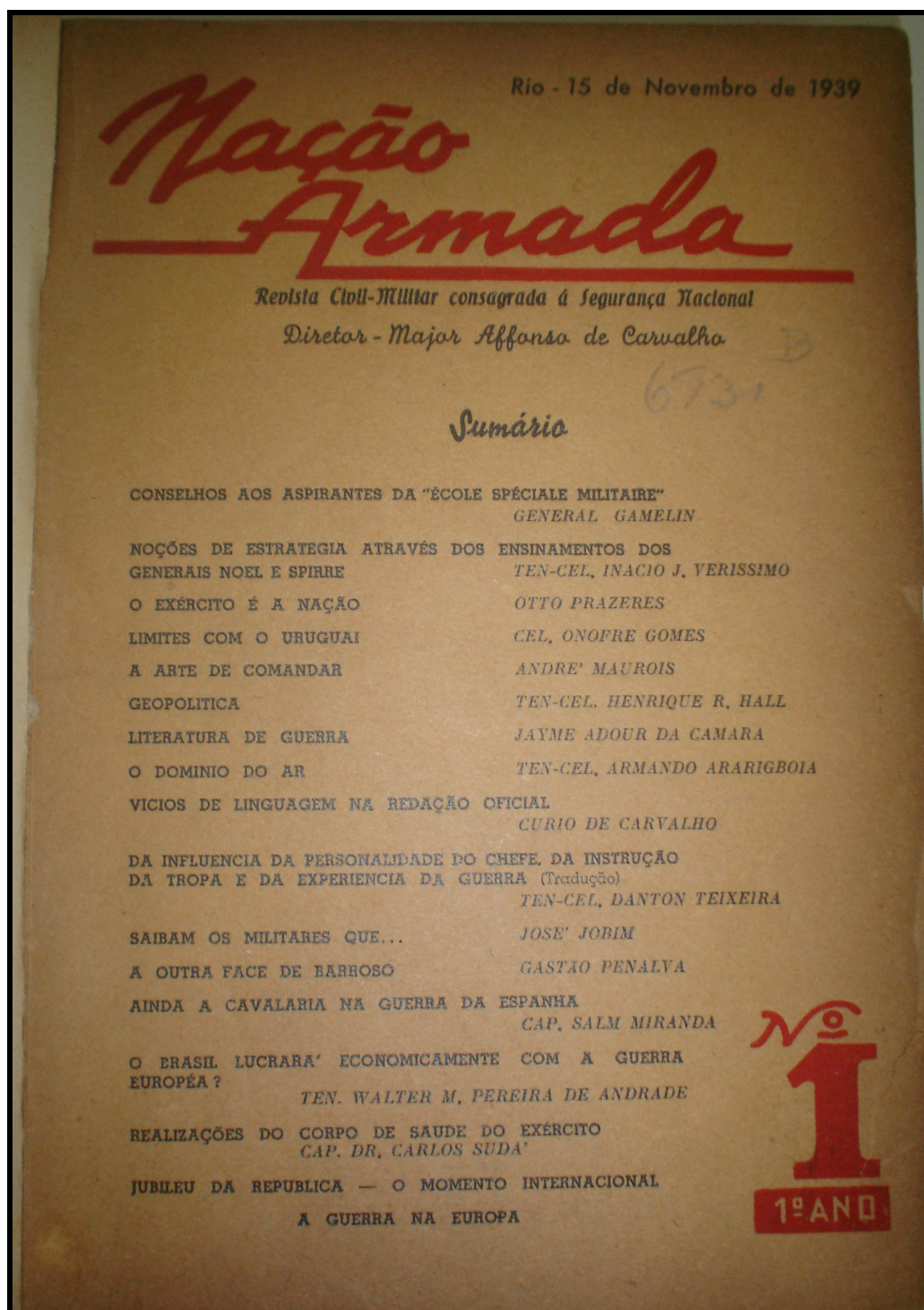


Figura 10 – A capa com o sumário do primeiro número da revista. *Nação Armada* apareceu dois meses após o início da Segunda Guerra Mundial. Suas características gráficas chamaram a atenção por conta do cuidado estético peculiar, tão raro, na época, entre revistas militares.

Fonte: *Nação Armada*: Rio de Janeiro, nº 1. nov. 1939.



Figuras 11 e 12 – Affonso de Carvalho em dois momentos: em cima no único número da revista cujos textos vinham acompanhados das fotos de seus autores; em baixo no lançamento de seu livro *Bilac: o homem, o poeta, o patriota*, na Fortaleza de São João, no Rio de Janeiro, acompanhado de autoridades políticas, militares e intelectuais: Carvalho é o primeiro à esquerda, na outra ponta, Lourival Fontes, Diretor do DIP.



Fonte: *Nação Armada*: Rio de Janeiro, nº 38. jan. 1943 e nº 27. jun. 1942.

Figura 13 – Desenho de Alberto Lima acerca de canhão e guarita da Fortaleza de São João, no Rio de Janeiro. Sob o lema de “vigiar e defender”, tal fortificação, assim como outras de artilharia de costa, era responsável por resguardar a nacionalidade. Affonso de Carvalho, por algum tempo comandante desta unidade militar, sendo oficial da Arma de Artilharia, também tinha este *ethos*, refletido para a sua criação – a revista *Nação Armada*.

Fonte: *Nação Armada*: Rio de Janeiro, nº 38. jan. 1943.

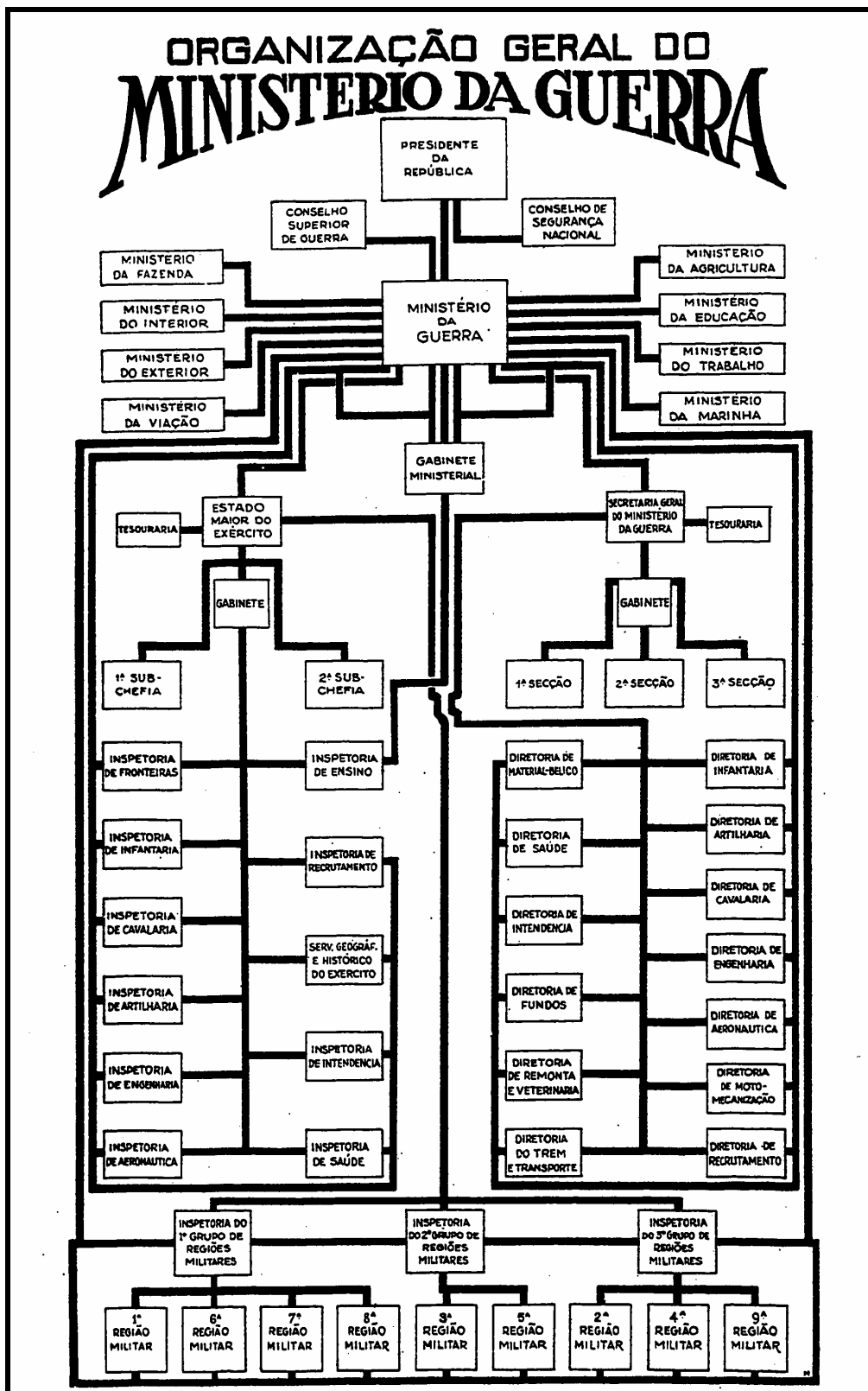


Figura 14 – Organograma do Exército válido para o ano de 1939.



Fonte: Brasil. Ministério da Guerra. Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil. nov. 1940.

Figura 15 – A divisão do Brasil em Regiões Militares (RM), mecanismo organizacional do Exército para administrar as tropas nas diversas áreas do país.

Fonte: Brasil. Ministério da Guerra. Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil. nov. 1940.



Figura 16 – O “panteão” do Exército brasileiro: os patronos das Armas e Serviços do Exército em torno do maior símbolo desta instituição, Duque de Caxias. “Eleito” nas páginas de *Nação Armada*, o general João Severiano da Fonseca, patrono do Serviço de Saúde do Exército, abaixo e à esquerda.

Fonte: *Nação Armada*: Rio de Janeiro, nº 33. ago. 1942.



Figura 17 – Representando esqualidez, fraqueza e estranheza, este desenho acompanhou texto sobre indivíduos incapazes ao serviço militar. Tal figura humana reflete bem a idéia de “exército de sombras”.

Fonte: *Nação Armada*: Rio de Janeiro, nº 13. dez. 1940.



Colheita de sangue, em pleno campo, pela turma de profilaxia anti-malária, no seu trabalho de polícia sanitária sistemática.

Figura
 “polícia
 sanitária”
 ação:
 de
 no
 combate
 malária



18 – A
 em
 coleta
 sangue
 à
 em

reportagem de Nação Armada. A revista acompanhava e reverberava ações em saúde pública como um elemento importante na formação nacional.

Fonte: *Nação Armada*: Rio de Janeiro, nº 23. out. 1941.

Figura 19 – Ladeados, os ícones da preocupação com a saúde e a defesa nacional. A junção destes dois aspectos simboliza bem os ideais de *Nação Armada*.

Fonte: *Nação Armada*: Rio de Janeiro, nº 34. set. 1942.

Figura 20 – Imagem “apolínea” de beleza característica da valorização da educação física e dos esportes como forma de criar corpos para representarem a coletividade (no caso da revista, a nação), preparados para enfrentar as agruras daqueles tempos belicosos de *Nação Armada*.

Fonte: *Nação Armada*: Rio de Janeiro, nº 9. ago. 1940.

